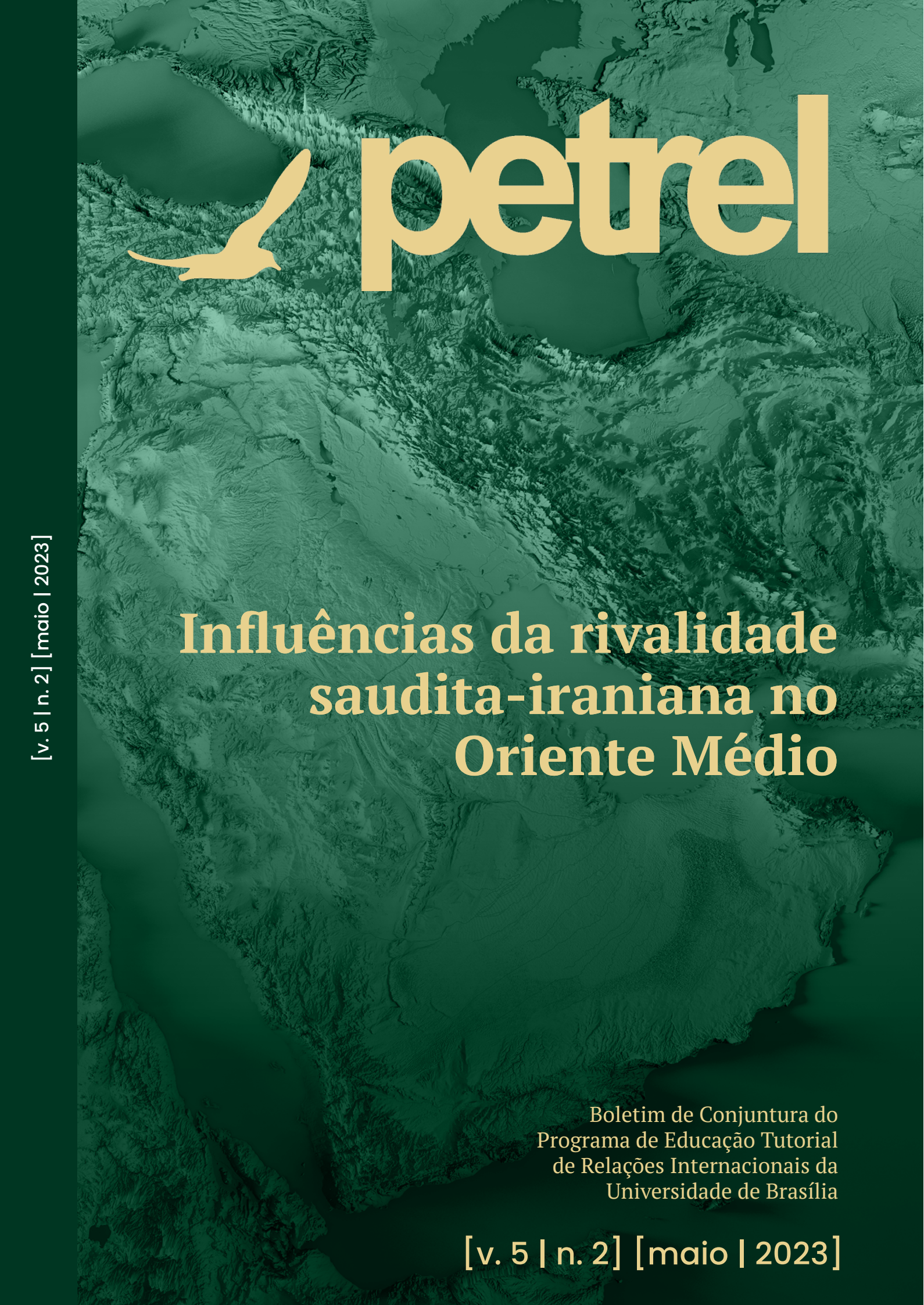


petrel

Influências da rivalidade saudita-iraniana no Oriente Médio

Boletim de Conjuntura do
Programa de Educação Tutorial
de Relações Internacionais da
Universidade de Brasília

[v. 5 | n. 2] [maio | 2023]

[v. 5 | n. 2] [maio | 2023]

Boletim de Conjuntura do
Programa de Educação Tutorial
de Relações Internacionais da
Universidade de Brasília

Expediente

Conselho Editoral:
Ana Helena Resende
Marina Morena Caires Santos
Marco Octávio de Meneses
Thiago Gehre Galvão

Projeto Gráfico e Diagramação:
Felipe Alexandre Moura
Marco Octávio de Meneses

Revisão:
Thiago Gehre Galvão

Programa de Educação Tutorial - Relações Internacionais [PET-REL]
Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília [IREL-UnB]
Universidade de Brasília, Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte - Brasília [DF]

CEP 70910-900 | *petrel.unb.br*

Criado e implantado em 1979 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o PET – então Programa Especial de Treinamento e hoje Programa de Educação Tutorial – é um Programa acadêmico direcionado a alunos regularmente matriculados em cursos de graduação. Tais estudantes são selecionados pelas instituições de ensino superior de que participam e se organizam em grupos, recebendo orientação acadêmica de professores-tutores. O PET visa envolver os alunos que dele participam num processo de formação integral, propiciando-lhes compreensão abrangente e aprofundada de sua área de estudos. São objetivos deste Programa: a melhoria do ensino de graduação, a formação acadêmica ampla do estudante, a interdisciplinaridade, a atuação coletiva e o planejamento e a execução, em grupos sob tutoria, de uma gama diversificada de atividades acadêmicas. Até o ano de 1999, o Programa foi coordenado pela CAPES. A partir de 31 de dezembro de 1999, o PET teve sua gestão transferida para a Secretaria de Educação Superior, ficando sob a responsabilidade do Departamento de Projetos Especiais de Modernização e Qualificação do Ensino Superior. Desde então, vem sendo executado levando em conta as diretrizes e os interesses acadêmicos das universidades às quais se vincula, e que passaram a ser responsáveis por sua estruturação e coordenação. O PET-REL – Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais – foi criado em 1993. Inserido nos grupos PET da Universidade de Brasília, destaca-se por seu pioneirismo em levar o campo de estudos das relações internacionais para o âmbito do Programa. O PET-REL é constituído por estudantes, que desenvolvem atividades baseadas nas três funções básicas da Universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília

O Laboratório de Análise de Relações Internacionais (LARI) é um dos principais instrumentos pedagógicos do PET-REL. O LARI estabelece-se pelo uso de um conjunto de metodologias consagradas no campo das Relações Internacionais, tais como Análise de Política Exterior, Análise Histórica de Relações Internacionais, Análise Crítica de Discurso, dentre outras. Com isso, constitui-se como esforço intelectual de captura, explicação e entendimento das dinâmicas das Relações Internacionais. O LARI oportuniza aos estudantes aprofundar e aprimorar conhecimentos essenciais para sua formação cidadã exigindo dedicação, disciplina, criatividade e pensamento crítico na construção e produção de análises internacionais. O LARI, pensado como um observatório da conjuntura internacional, permite aos estudantes produzir interpretações sobre as dinâmicas globais e que sejam cientificamente embasadas. O cerne das atividades do LARI compõe-se organicamente ao longo de todas as atividades desenvolvidas pelo PET-REL, com momentos especiais de encontros para discussão sobre temas pré-definidos, com base em um termo de referência construído coletivamente pelo grupo. O termo de referência (briefing) visa guiar os participantes e estimular o debate em torno de elementos de análise relevantes, possibilitando identificar variáveis e questões para serem consideradas nas análises. Vale pontuar que o LARI está aberto à participação de estudantes de outros cursos e instituições, no sentido de enriquecer a experiência e tornar o Laboratório ponte na construção de articulações interinstitucionais. Após o debate coletivo com base no termo de referência, os participantes partem para a etapa de produção de suas análises de conjuntura, teórica e metodologicamente embasadas. O conjunto dessas análises, corrigidas por pares pelos petianos e avaliadas pelo tutor, resulta na "Revista Petrel", um Boletim de Conjuntura do Programa de Educação Tutorial de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Por fim, podemos afirmar que o PET-REL, através de atividades como o LARI, consolida-se como espaço de comunhão das atividades de ensino, pesquisa e extensão, conectando o trabalho do grupo com o de nossa comunidade acadêmica.

O Laboratório de Análise de Relações Internacionais (LARI)

Apresentação

As linguagens de poder no Oriente Médio

Thiago Gehre Galvão

O Oriente Médio é uma das regiões mais vibrantes do planeta. É um palco protagônico de histórias conectadas, possuidor de elementos culturais milenares que constituem as bases civilizacionais da sociedade global no século 21. É também um entroncamento geopolítico que enreda países do norte e do sul globais em disputas por poder, liderança ideológica e preocupações com a estabilidade e a segurança em múltiplas dimensões (Halliday 2005).

As bases históricas da região remontam à dissolução do Império Turco-Otomano após a Grande Guerra (1914-1918). O acordo de Sykes-Picot (1916) – como um plano de fracionamento do Oriente Médio entre franceses e britânicos – estabelecia zonas de influência e áreas de controle direito destas potências. O Tratado de Sèvres (1920) criou protetorados britânicos e franceses, prevendo uma zona desmilitarizada e de controle internacional ao redor dos estreitos de Bósforo e Dardanelos. Esta dinâmica marcaria a lógica da presença ocidental na região e alimentaria uma grande insatisfação nas sociedades locais em relação à presença estrangeira

Por exemplo, a guerra de independência turca (1919-1923), liderada por Mustafá Kemal Atatürk, procurou frear o ímpeto imperialista europeu, ao mesmo tempo em que sufocou a possibilidade de estabelecimento de um possível Estado curdo. Ajustes que geram desajustes. Populações sem nação e sem território povoam esta região e sofrem com sua invisibilização perante as normas e instituições internacionais.

O desfecho da 2ª Guerra Mundial, com a Resolução 181 das Nações Unidas e a partilha da Palestina em um Estado árabe e um Estado judeu, acendeu o pavio do conflito. A primeira guerra Árabe-Israelense (1948) chancelou a ocupação israelense sobre grande parte do território

palestino, a ocupação egípcia sobre a Faixa de Gaza e da Jordânia sobre a Cisjordânia. A região mergulharia em uma sucessão de conflitos localizados. A Guerra de Suez (1956) foi motivada pela nacionalização do Canal pelo governo de Nasser e o bloqueio à passagem de Israel. A Guerra dos Seis Dias (1967) foi precipitada por um ataque preventivo de Israel contra uma aparente ofensiva árabe, mas que resultou na anexação completa da Palestina, das Colinas de Golã e da Península do Sinai. A Guerra do Yom Kippur (1973), ataque sírio-egípcio contra instalações israelenses, levou à retomada da Península do Sinai pelo Egito. Neste contexto, a Organização pela Libertação da Palestina (OLP) surge para antagonizar Israel e, sob a liderança de Yasser Arafat, lutar pelo reconhecimento do Estado da Palestina e contra os abusos cometidos por diferentes governos israelenses.

Nos anos 1970, as crises do petróleo alavancaram países como Irã, Iraque e Arabia Saudita, tanto individualmente em seus projetos de poder nacional, como na construção de uma organização capaz de estabelecer um regime internacional na arena energética mundial. A OPEP se tornaria tão importante quanto superpotências por sua capacidade de controlar um dos setores mais estratégicos da economia política internacional.

Dois movimentos complementares tornaram a governança regional fragmentada e super instável. Por um lado, a presença das superpotências em uma lógica de extensão do conflito da Guerra Fria para a periferia. EUA e URSS atuaram tanto alimentando os conflitos com suas máquinas de guerra, como tentando administrar a paz por meio de apoios diplomáticos, acordos de paz ou pelo menos simulacros deles. Dinâmica que se estabelece na atualidade com o apoio russo ao regime de Bashar al Assad na guerra da Síria em oposição aos EUA. Por outro, a eclosão e atores não estatais insatisfeitos com as tratativas diplomáticas e políticas pressionaram por soluções violentas. Hamas e Hezbollah ou mesmo o Estado Islâmico (ISIS) tornaram-se a epitome de um sentimento antiocidentalista que permeia a política, a ideologia e o poder no Oriente Médio. A sua própria existência justificaria uma era de Guerra ao Terror promovida por Washington após os atentados de 11 de setembro de 2001.

A complexidade do xadrez geocultural e político do Oriente Médio região tem no Irã um papel pivotal. Considerado o maior inimigo concreto dos EUA na região, rotulado como um Estado paria, membro do eixo do mal, desde que a Revolução Islâmica em 1979 estabeleceu uma teocracia desafiante da ordem liberal norte-americana. A Guerra Irã-Iraque (1980-88) e as Guerras do Golfo (anos 1990) marcaram uma possível disputa pela hegemonia regional.

Este boletim do LARI se debruça sobre a rivalidade Irã e Arabia Saudita como foco pedagógico para o desenvolvimento de um conjunto de análises sobre temas correlatos e diversos. É neste sentido, material de apoio intelectual e formador de opinião para se decifrar o vocabulário geopolítico sob o qual se assentam a linguagens de poder no Oriente Médio.

Boa Leitura!

Referências

GALVÃO, Thiago Gehre. Responsabilidade sistêmica e o conflito no Oriente Médio. Meridiano 47 n. 102, jan. 2009 [p. 18 a 21]

HALLIDAY, Fred. The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology. Cambridge University Press, 2005.

Sumário

Crisis stability in the Saudi-Iranian rivalry 12
Marco Octávio de Meneses

A rivalidade entre Arábia Saudita e Irã no contexto da Liga dos Estados Árabes 19
Sofia Lopes Martins

Influência dos Estados Unidos e a Soberania no Oriente Médio 28
Vítor Vieira Branquinho

Seria a religião a principal razão para o conflito entre Arábia Saudita e Irã? 37
Mariana Nascimento

O islamismo e a guerra: O peso da religião no conflito Arábia Saudita e Irã 43
João Paulo Bezerra Urbano

A constituição de uma aliança circunstancial entre Arábia Saudita e Israel? 48
Lenira Vitoria Barroso de Oliveira

A influência da diplomacia curda na disputa de poder entre Irã e Arabia Saudita 56
Marina Morena Caires e Isis Aquino

Rivalidade Irã x Arabia Saudita: o papel da "Soccer Diplomacy" 63
Vinícius Nunes Aguiar

How the geopolitical rivalry between Saudi Arabia and Iran shapes China's behavior in the Middle East 69
Lucas Cavalcanti dos Santos

Dilema de Segurança e sua influência na relação da Arábia Saudita e do Irã na Guerra do Iêmen 75
Anna Luiza Fagundes e Cecília Dias

Sumário

Impactos da desigualdade entre Arábia Saudita e Irã sobre os direitos humanos no Oriente Médio 84
Ana Helena Resende e Felipe Alexandre Moura

A Guerra Esquecida e o impacto na vida cotidiana da população 93
Camila Gomes

Ending conflicts as a path to solve the war against hunger in Middle East 100
Natália Gráss

Cruelty hidden in plain sight: starvation of civilian population as a weapon of war in Yemen 105
Amanda Pereira Arrigo

Direitos das Mulheres no Irã e na Arábia Saudita 110
Melissa Aska e Nathália Rabelo

Crisis stability in the Saudi-Iranian rivalry

Marco Octávio de Meneses

Discussing the Saudi-Iran rivalry means that a few issues come to the fore: Iranian support of Hezbollah and the Houthis, the Iranian nuclear program, relations with Israel, the orientation of the Syrian, Iraqi, Jordanian and Lebanese governments, and much more. Thus, this analysis seeks to shed light on the Iranian nuclear program and its effects on the region's crisis stability utilizing theories such as Snyder's Stability-Instability Paradox (1965), Rauchhaus' statistical analysis of escalations when nuclearly armed States are involved, seeking to answer the question of: where is crisis stability in the region headed?

Peace in the Middle-East seems impossible, given the complexity of the region, and the years of conflict that marked it. Sørli and his team argued that there is nothing special in the Middle-East that makes it more prone to conflict. Economic development, ethnic or social fractionalization, etc. were general variables that influence the likelihood of war, making regions more unstable. Variables specific to the Middle-East were analyzed along with the general variables. The specific ones were shown to not make much of a difference, supporting the claim that the region is no more prone to conflict than others (SØRLI, GLEDITSCH, STRAND 2005). With that in mind, nuclear weapons can come into play investigating stability. Nuclear deterrence optimists, such as Kenneth Waltz (2013), view Iran achieving nuclear capabilities as stabilizing for the region. What is Iran capable of now? What will it be capable of in the future? What does that mean for the region? These questions demand answers, but first, we must understand concepts used in this analysis.

Securitization and crisis stability

Understanding patterns of conflict and cooperation in the Middle East requires using the idea of securitization, that is: the process by which things are turned into threats, meaning they are delivered into the realm of "security politics" instead of staying in the realm of "normal politics"

(BETTINA, STIVACHTIS, 2019). The crux of this argument is that nothing is automatically a threat, au contraire, things must be constructed into a threat by an agent, not without reason. Why is this important? Saudi Arabia and Iran, as States, seek to increase their security, minimizing threats. However, one must keep in mind that the coalition of forces in control of these governments are the ones making foreign policy decisions, which means that the State apparatus is used by elites to keep them in power.

With that, we learn that anything can be turned into a threat, even the existence of a different political regime, which can question foundational principles and ideologies of another State, placing the survival of the regime in check. For example, the Arab Spring called into question the legitimacy of autocratic regimes in the Middle-East. Therefore, Saudi Arabia, an autocratic regime, considered it a political threat, due to the question of founding political principles in Saudi political organization.

The other main concept used in this analysis is "crisis stability", defined by Nye and Welch as "a measure of the pressure leaders feel to escalate to war during an international crisis" (2014). In other words, an astute observer should look for the incentives and costs States have to escalate into war, that is precisely what this analysis intends to do in the case of Saudi Arabia and Iran, the Middle-East's regional powers, namely looking at nuclear capabilities.

Basis of the Saudi-Iranian Rivalry and military competition

Saudi Arabia is a status-quo power, defined by Daehnhardt as countries that ensure the health of the international system by supporting the existing distribution of power "through the institutionalized mechanisms" that underpin it (2018, p. 2). Thus, Saudi Arabia seeks to maintain relations as they are, externally and internally, even more so as a result of their eternal quest for survival of their regime and State, i.e., threat perception as their main driver (ALMOMANI, 2019). E. H. Carr (1981, p.51-3) said it best: peace, or even pacifism, aren't values States care about ipso facto, these are values of countries satisfied by the status-quo. Saudi Arabia, therefore, seeks stability in the region. So the resolution of threats to that stability, like the Houthis in Yemen or the Iranian nuclear program, become primary goals.

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

(BETTINA, STIVACHTIS, 2019). The crux of this argument is that nothing is automatically a threat, au contraire, things must be constructed into a threat by an agent, not without reason. Why is this important? Saudi Arabia and Iran, as States, seek to increase their security, minimizing threats. However, one must keep in mind that the coalition of forces in control of these governments are the ones making foreign policy decisions, which means that the State apparatus is used by elites to keep them in power.

With that, we learn that anything can be turned into a threat, even the existence of a different political regime, which can question foundational principles and ideologies of another State, placing the survival of the regime in check. For example, the Arab Spring called into question the legitimacy of autocratic regimes in the Middle-East. Therefore, Saudi Arabia, an autocratic regime, considered it a political threat, due to the question of founding political principles in Saudi political organization.

The other main concept used in this analysis is "crisis stability", defined by Nye and Welch as "a measure of the pressure leaders feel to escalate to war during an international crisis" (2014). In other words, an astute observer should look for the incentives and costs States have to escalate into war, that is precisely what this analysis intends to do in the case of Saudi Arabia and Iran, the Middle-East's regional powers, namely looking at nuclear capabilities.

Basis of the Saudi-Iranian Rivalry and military competition

Saudi Arabia is a status-quo power, defined by Daehnhardt as countries that ensure the health of the international system by supporting the existing distribution of power "through the institutionalized mechanisms" that underpin it (2018, p. 2). Thus, Saudi Arabia seeks to maintain relations as they are, externally and internally, even more so as a result of their eternal quest for survival of their regime and State, i.e., threat perception as their main driver (ALMOMANI, 2019). E. H. Carr (1981, p.51-3) said it best: peace, or even pacifism, aren't values States care about ipso facto, these are values of countries satisfied by the status-quo. Saudi Arabia, therefore, seeks stability in the region. So the resolution of threats to that stability, like the Houthis in Yemen or the Iranian nuclear program, become primary goals.

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Iran is Saudi Arabia's regional rival, meaning the country opposes the status quo. Drivers for this tendency mainly include Iran's grand strategic ambitions of exporting the revolution (NAVAZENI, 2010), and dealing with perceived threats to Iranian sovereignty and its ambitions, with much pragmatism (PERTHES, 2010). Thus, Saudi Arabia and Israel are perceived as political threats to Iran. Since Saudi Arabia benefits from an established order that Iran opposes, and is backed by the US, which Iran perceives as a great threat, Saudi Arabia is perceived as a threat to Iran, creating a situation in which crises are more likely to arise.

One of the key areas that this rivalry manifests itself is in direct military competition, wherein the topic of the Iranian Nuclear Program is of utmost importance. Iran may be attempting to force major powers to negotiate by means of having nuclear weapons, or perhaps it's a way to guarantee Iranian security in an environment where hostile powers have access to nuclear arms (Israel). It might be something else, either way, Iran's Nuclear Program looks strategically appealing.

Likely Scenarios

In the case of the Iran nuclear program, we have a few realistic scenarios: Iran succeeds in getting the bomb, while Saudi Arabia doesn't; Iran succeeds in getting the bomb, and Saudi Arabia also has the bomb; Iran doesn't have the bomb, and Saudi Arabia also doesn't. It's not realistic to consider Saudi Arabia having the bomb while Iran doesn't, because there is little reason to create another nuclear power (that can go rogue, and the alliance is contingent on having a dangerous rival) in another region. Thus, we are left with the three scenarios. The first scenario would generate nuclear asymmetry between the Saudis and Iran; the second scenario leaves us with nuclear symmetry, with nuclearly armed States; finally, we have symmetry, but without nuclear arms involved. In the following paragraphs, I explore the ramifications of each of these scenarios.

In the first scenario, one country doesn't have the means to deliver a sufficiently crippling blow to the other's territory, thereby decreasing the costs of escalation for the nuclearly armed State. Major and minor military action can come to the table. Thus, it follows that crisis stability would decrease, and the region would be more prone to conflict, this is not to say who would have the upper hand in actually winning wars on the ground, but human life in the region can be made worse by more violence (RAUCHHAUS, 2009).

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

In the second scenario, both Saudi Arabia and Iran continue without nuclear arms. So things would tend to continue as they are: Iran utilizes intelligence, superior drones, and indirect warfare capabilities to exert influence in conflicts in the Middle-East, as well as maintaining financial and military support for allies such as Hezbollah and the Syrian government. Saudi Arabia, who, although struggles to translate that power into results (like in Yemen), has a superior army (CHIPMAN ET AL., 2022), would continue to have the upper hand in a direct conflict, but appears to prefer peace. This scenario hardly yields variations in crisis stability.

It would appear that the second scenario is less likely, as Iran presses forward with its uranium enrichment capabilities. Sanctions imposed in 2012 were enough to stop the program when the Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA) came about in 2015 (ROBINSON, 2022). It seems that, as Josep Borrell claimed, the JCPOA, or the Iran Nuclear deal, is the only option available to stop Iran from getting the bomb (WALL..., 2023). Knowing that Biden declared the deal "dead" (IRAN..., 2023), but is still willing to use "all options available" to deter Iran from getting the bomb (AL..., 2023) leaves what US action will be open for interpretation. On the other hand, the Iranian economy isn't looking the best (REUTERS, 2023), so returning to the JCPOA could increase the government's income, alleviating their budget squeeze. Economic weapons make decisions more costly, but don't seem to have a dissuading effect. The stakes are high, and the US is militarily disengaging from the region (WHITE..., 2022), thus, a balancing act strengthening Israel and Saudi Arabia (US allies in the region) may occur, which leads us to the last scenario.

Similarly, in the third scenario, crisis stability remains unaltered, or may slightly increase. However, it would have a tendency to produce low-intensity, rather than high-intensity conflicts, not entirely unlikely, however extreme it may sound. In this scenario Iran's success in getting the bomb triggers the US to slightly revert their decision of disengagement from the Middle-East region, by the least costly manner to maintain balance in the region without more engagement, which is with nuclear arms (as seen in post–war Europe). There are reasons to believe that the US could do that, since Iran has been identified as a major threat to global security (WHITE..., 2022), therefore containing Iranian power and influence is a top priority, especially if there are no other means available.

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Neorealism also provides an explanation for that course of action: it makes good strategic sense for the US, as a regional hegemon, to stop other States from becoming regional hegemons, meaning, to eliminate all other possible rivals in the region. Any bid to regional hegemony by what the US considers an enemy power demands a reaction (MEARSHEIMER, 2014, p.140-143).

The nuclearly armed rivals would engender a Stability-Instability paradox, as proposed by Snyder (1965). In other words: major conflicts risk nuclear catastrophe, so major conflicts are unlikely, both because they won't be directly started, and because minor conflicts won't escalate, rendering minor conflicts more common. This is corroborated by the statistical analysis in Rauchhaus (2009). Again, crisis stability would remain equal, according to this theory, but with a tendency of producing lower-intensity conflicts. Perhaps this is more desirable from a human rights perspective, though unlikely.

Out of the three possible scenarios, the first seems most likely, since Iran appears to be hellbent (and closer than ever) on developing nuclear weapons. This may be a case of brinkmanship, if being able to reinsert Iran into regular relations with the world is the goal, and not actually developing nuclear arms. However, this doesn't map onto reality. In the same way that Saudi Arabia wishes to maximize its security against perceived threats, Iran is on the same quest. Thus being able to deal with the US in the region as a nuclear power, at the same time that it strengthens Iran's position versus Israel and Saudi Arabia, makes achieving nuclear capabilities sound way too good to be discarded, especially when so much has been invested towards enriching uranium to arms-grade levels.

Conclusions

Easy solutions for instability don't exist, it seems that nuclear deterrence is too good to be true. More likely is that Iran succeeds in getting the bomb, bringing with that a nuclear imbalance to the rivalry, making the situation more unstable. On the other hand, the US may extend nuclear protection to Saudi Arabia, a move that is possible by the US, and is rooted in good strategic thinking. If Iran doesn't get the bomb, crisis stability doesn't vary. If Iran does get the bomb and Saudi Arabia doesn't have a nuclear deterrent, the situation becomes more crisis-unstable. If Iran and Saudi Arabia have nuclear backing, crisis stability decreases or may stay the same, this measurement is hard to give.

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Referências

ALMOMANI, Hasan Mohammad. Saudi Arabia's Geopolitical Interests in the Levant and theThreat Perception 2011-2017. Dirasat: Human and Social Sciences. Volume 46, nº 4, p.524-536, 2019.

BLINKEN: All options available to prevent Iran from aquiring a nuclear weapon. Al Arabya News. Dubai, 29th of January 2023. Available at: https://english.alarabiya.net/News/saudi-arabia/2023/01/29/Blinken-All-options-available-to-prevent-Iran-from-acquiring-a-nuclear-weapon. Accessed on 12th of February, 2023.

CARR, Edward H. The Twenty Years Crisis. 2nd edition. The Macmillan Press ltd, Hong Kong, 1981

Chipman, John; et al. The military balance 2022. IISS, Oxfordshire: Routledge Journals.

DAEHNHARDT, Patricia. German Foreign Policy, the Ukraine Crisis and the Euro-Atlantic Order: Assessing the Dynamics of Change. German Politics, v. 27, n. 4, p. 516–538, 2018.

EU's Top Diplomat Says Iranian Deal Is Only Way To Stop Tehran's Nuclear Program. Wall Street Journal, Kyiv, 6th of February 2023. Available at: https://www.wsj.com/articles/eus-top-diplomat-says-iranian-deal-is-only-way-to-stop-tehrans-nuclear-program-11675681424. Accessed on: 12th of February, 2023.

IRAN'S Nuclear Negotiator Says Messages Being Exchanged With US. Iran International News Room. London, 12th of February 2023. Available at: https://www.iranintl.com/en/202302124205. Accessed on 12th of February, 2023.

IRAN swells budget to boost growth, cut inflation. Reuters, Dubai, 11th of January 2022. Available at: https://www.reuters.com/world/middle-east/iran-swells-budget-boost-growth-cut-inflation-2023-01-11/. Accessed on 12th of February, 2023

LIM, Kevjn. Iran's Grand Strategic Logic. Survival: Global Politics and Strategy. Volume 62, nº 5, p.157-172, 2020.

MEARSHEIMER, John J. The Tragedy of Great Power Politics. Norton & Company, New York, 2014.

NAVAZENI, Bahram. Three Decades of Iran's Policy of Exporting the Islamic Revolution: Politics, Ends, and Means. American Journal of Islam and Society, v. 27, n. 1, p. 136–148, 2010.

NYE, Joseph S. Jr.; WELCH, David A. Understanding global conflict and cooperation: introduction to theory and history. 9th edition. Edinburgh: Pearson, 2014.

PERTHES, Volker. Ambition and Fear: Iran's Foreign Policy and Nuclear Programme. Survival, v. 52, n. 3, p. 95–114, 2010.

RAUCHHAUS, Robert. Evaluating the Nuclear Peace Hypothesis: A Quantitative Approach. Journal of Conflict Resolution. Volume 53, no 2, p. 258–77, 2009. https://doi.org/10.1177/0022002708330387.

REMARKS by national security advisor Jake Sullivan. THE WHITE HOUSE. Available at: https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2022/09/16/remarks-by-national-security-advisor-jake-sullivan-at-the-special-competitive-studies-project-global-emerging-technologies-summit/. Accessed on: December 1st, 2022.

ROBINSON, Kali. What Is the Iran Nuclear Deal? Council on Foreign Relations, 2022. Available at: https://www.cfr.org/backgrounder/what-iran-nuclear-deal. Accessed on 12th of February, 2023.

SNYDER, Glenn H. The Balance of Power and the Balance of Terror. San Francisco: Chandler, 1965.

STIVACHTIS, Yannis; BETTINA, Koch. . Introducing Regional Security in the Middle East. In: STIVACHTIS, Yannis; BETTINA, Koch. Regional Security in the Middle East: Sectors, Variables and Issues. Bristol: E-International Relations, 2019. Introduction: p. 1-21.

SØRLI, Mirjam E.; GLEDITSCH, Nils P.; STRAND, Håvard . Why Is There So Much Conflict in the Middle East?. Journal of Conflict Resolution 49, nº1 (fevereiro de 2005): 141–65,2005. Available at: https://doi.org/10.1177/0022002704270824. Accessed on 7th January 2023.

WALTZ, Kenneth N. Why Iran Should Get the Bomb: Nuclear Balancing Would Mean Stability. Foreign Affairs. Volume 91, no 4, p 2–5, 2012.

A rivalidade entre Arábia Saudita e Irã no contexto da Liga dos Estados Árabes

Sofia Lopes Martins

Introdução

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial e a consequente discussão sobre a necessidade de uma paz permanente, a comunidade internacional tratou com enorme preocupação do estabelecimento de instituições supranacionais que atuariam em prol da manutenção de um sistema internacional pacífico. Neste contexto, as organizações regionais atuam sob o Capítulo VIII da Carta da ONU como uma parte importante deste processo de pacificação mundial. Assim, esta análise de conjuntura tem como objetivo estudar a rivalidade entre Arábia Saudita e Irã no contexto da Liga dos Estados Árabes, percebendo sua posição política e econômica no seio desta rivalidade.

Organizações Regionais e o Multilateralismo na promoção da paz

No pós-Segunda Guerra Mundial, normas e instituições multilaterais foram creditadas como fundamentais para auxiliar a estabilização do cenário internacional e promover uma mudança pacífica na configuração de poder. O próprio Capítulo VII da Carta das Nações Unidas explicita isso, e declara uma crença de que as organizações regionais agiriam em prol da prevenção de conflitos em consonância com o Conselho de Segurança da Organização (BARNETT, 1995).

É interessante destacar, no entanto, que o multilateralismo requerido na promoção da paz, para ser eficiente, deveria ser substantivo. Isso significa ser baseado em certos princípios de ordenação das relações entre os Estados, como a indivisibilidade e a reciprocidade difusa. A partir destes princípios, os Estados que se envolvem em iniciativas multilaterais estão atados a uma coletividade sujeita à

uma única ameaça existente no sistema internacional que pode agir em qualquer momento sob qualquer membro. Além disso, essa coletividade está envolta em um acordo no qual os efeitos equivalentes de benefício estão condicionados ao longo prazo (RUGGIE, 1992).

Diante de um processo de multilateralização, próspero ou não, presenciamos o desenvolvimento de organizações regionais. Estas existem quando um processo de integração regional – um processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência das relações entre atores no âmbito de uma região geográfica específica – é institucionalizado mediante um documento constituinte e observa-se o estabelecimento de uma sede. Destaca-se, entretanto, uma diferenciação conceitual pontual: organizações regionais funcionais (ou de segurança) não são organizações de integração regional. As primeiras são organizações com uma abrangência temática específica; já as segundas se referem a organizações criadas no contexto de um processo de integração regional, que abrangem várias áreas temáticas de cooperação (HERZ; HOFFMAN, 2004).

Neste contexto, a Liga dos Estados Árabes (LEA) foi pensada para desempenhar um "papel relevante como veículo para cooperação nos campos político, econômico e cultural nas relações interárabes." (TAYLOR apud ZAHREDDINE; TEIXEIRA, 2015). Quando observamos a Carta constituinte da Liga dos Estados Árabes (1945) nos deparamos com uma declaração que não deixa dúvidas acerca das intenções de fortalecer a integração regional. Destaca-se, com grifos nossos, o Artigo II da Carta da Liga Árabe:

"ARTIGO II

A Liga tem como objetivo o fortalecimento das relações entre os Estados membros, a coordenação de suas políticas a fim de alcançar a cooperação entre eles e salvaguardar sua independência e soberania; e uma preocupação geral com os assuntos e interesses dos países árabes. [...]"

(Pacto da Liga dos Estados Árabes, 1945)

A Liga Árabe: histórico em perspectiva

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

A Liga dos Estados Árabes foi a primeira organização regional no mundo após 1945, sendo fundada naquele ano inspirada pelo Protocolo de Alexandria (1944) que tratava da cooperação harmoniosa entre os Estados árabes soberanos e da importância da solução pacífica de controvérsias na região. Na época, participaram do Pacto da Liga dos Estados Árabes: Egito, Síria, Transjordânia, Iraque, Arábia Saudita, Líbano e Iêmen. Hoje, a Liga totaliza vinte e dois membros, em adição aos 7 originais: Argélia, Bahrein, Catar, Comores, Djibuti, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Omã, Palestina, Somália, Sudão e Tunísia.

No contexto de sua criação, durante o pós-guerra, a Liga foi fundada em resposta às preocupações sobre as divisões coloniais do território posteriores à Primeira Guerra Mundial. Entre as preocupações destaca-se principalmente a preocupação de reverter o Acordo de Sykes-Picot (1916), o qual consistia em um ajuste secreto entre os governos do Reino Unido e da França para definir suas respectivas esferas de influência no Oriente Médio, diante da hipótese de uma derrota do Império Otomano na Grande Guerra.

Além disso, a Liga articulava uma forte oposição ao surgimento de um estado judeu no território palestino. Os países estabeleceram o objetivo de perseguir uma estreita cooperação em questões de economia, comunicação, cultura, nacionalidade, bem-estar social, e saúde – assuntos determinados pelo Artigo II da Carta da Liga dos Estados Árabes. Assim, eles tinham o compromisso de renunciar à violência como meio de resolver conflitos entre os membros e, assim, trabalharam em prol da capacitação de escritórios da Liga para mediar tais disputas, inclusive em conflitos envolvendo não-membros (MASTERS; ALY SERGIE, 2020).

Neste contexto, é interessante destacar como panarabismo está presente nas ideias fundadoras da Liga. O panarabismo é descrito como um movimento cuja premissa central é que os povos do mundo árabe constituem uma só nação unida por patrimônio linguístico, cultural, religioso e histórico comum. Há um apelo ao sendo de comunidade supranacional entre os Estados árabes baseado em preceitos nacionalistas, por isso, opõe-se ao colonialismo e à política ocidental de intervencionismo no mundo árabe (PINTO, 2016).

Diante do panarabismo, alguns autores esclarecem que os países árabes tinham tudo para prosperarem com a Liga: seus membros compartilham uma língua, identidade

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

e cultura comuns; existia uma ameaça compartilhada focada em Israel e no Ocidente; e havia expectativas de ganhos conjuntos do comércio e das trocas comerciais. Além disso, poder-se-ia defender que nenhum país árabe pode, por si só, alcançar adequadamente um progresso social e económico (BARNETT; SOLINGEN, 2007).

No entanto, desde cedo havia desentendimentos sobre o que realmente seria alcançado com o panarabismo e a LEA. Para alguns o estreitamento dos laços econômicos, culturais e de segurança, com respeito à soberania estatal, era o bastante no âmbito do panarabismo. No entanto, para outros, as fronteiras territoriais estipuladas pelas potências coloniais deveriam ser apagadas, dando origem a um Estado Árabe Unido, correspondente à Nação Árabe (FERABOLLI, 2007).

Ademais, embora a Liga tenha tido uma certa influência na socialização de algumas elites árabes, ela falha em promover uma mudança nas preferências do Estado, em forçar um ajuste significativo de políticas anteriores, e em alcançar um plano panárabe para orientar o comportamento coletivo, já que não possui mecanismos que compelem seus membros a cumprirem suas resoluções. Assim, em geral, é criticada pela inação diante de assuntos internos de grande relevância (BARNETT; SOLINGEN, 2007).

Desde modo, a constituição dos povos do mundo árabe em uma só nação unida por patrimônio linguístico, cultural, religioso e histórico comum no seio da LEA foi sendo percebida como uma utopia. As discordâncias e as divergências quanto o que realmente significa o panarabismo para cada nação árabe fomentaram o nacionalismo de maneira a ofuscar a Liga Árabe, ao mesmo tempo que projetava outra organização regional – a União Africana. Esta outra organização, tão incipiente no sentido do multilateralismo efetivo quanto a Liga Árabe, se utiliza justamente da premissa pan-islâmica. Portanto, diante da tamanha falta de unidade árabe, países do Oriente Médio começaram a se virar para a África, como forma de identificação e cooperação, e o panarabismo perdeu a sua força, tendo sido substituído gradativamente pelo pan-islamismo (PINTO, 2016).

A LEA no conflito saudita x iraniano

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Para fins desta Análise de Conjuntura, levando em consideração o exposto até o momento, discute-se a relação entre a Liga Árabe e a rivalidade Arábia Saudita-Irã. Sabe-se que, em geral, as rivalidades entre esses países do Oriente Médio se embasam em princípios religiosos e competições econômicas, principalmente quanto aos recursos escassos da região como água e petróleo. As diversas guerras que ocorreram na região, como a Guerra de Suez (1956), a Guerra entre Irã e Iraque (1980 – 1988), e a Guerra do Golfo (1990) são exemplos desta afirmação (ZAHREDDINE; TEIXEIRA, 2015).

No entanto, o que se encontra no cerne dessas relações pouco amistosas é uma luta pela hegemonia religiosa e econômica. Tradicionalmente, o Irã se projeta internacionalmente como um líder regional, fazendo uso de atributos culturais, históricos e geográficos presentes na religião islã para tal. Um exemplo disso é a convicção dos líderes iranianos de que o país deve ser reconhecido como um ator dominante por ser uma nação milenar que resistiu às adversidades regionais e logrou construir um império (ALTORAIFI, 2012; TAKEYH, 2009 apud. CERIOLI, 2016). Por outro lado, a Arábia Saudita se apresenta internacionalmente como um protetor do islã, e um dos principais argumentos para sustentar a naturalidade deste papel é o fato de que o país é lar de duas das três cidades sagradas do islã: Medina e Meca (CERIOLI, 2016).

Neste contexto, fazendo-se uso de uma leitura realista das relações internacionais, cada Estado observa o outro como uma verdadeira ameaça aos seus interesses no sistema internacional. Portanto, questiona-se, principalmente, a atuação da Liga diante do conflito e como as condições adversas da região – como escalada de conflitos e rivalidades expostas – poderiam influenciar negativamente essa atuação.

Destaca-se, primeiramente, que a Liga vem adotando um posicionamento pró-Arábia Saudita. Em 2016, em meio à crise da guerra na Síria e uma semana depois de a Arábia Saudita ter anunciado o rompimento diplomático com o Irã, a Liga aprovou um documento apoiando o país em sua disputa com o Irã, citando “atos hostis e provocações”. Em consonância, Bahrein também rompera relações diplomáticas, Emirados Árabes Unidos decidiram reduzir as relações diplomáticas com Teerã, e o Kuwait, o Catar e as ilhas Comores convocaram seus embaixadores para consultas. A declaração principal era de que os países árabes estavam unidos à Arábia Saudita (G1, 2016).

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Do mesmo modo, em 2017 representantes sauditas, do Egito, Emirados Árabes Unidos e Bahrein se reuniram e repudiaram a influência iraniana sobre assuntos árabes, em especial, sobre a crise envolvendo o Catar (ESTADO DE MINAS, 2017). Já em 2018, durante a 29ª edição da Cúpula da Liga Árabe, o rei Abdullah II da Jordânia, acusou Teerã de ser uma "ameaça à segurança nacional árabe" por se envolver nos assuntos internos da região e por suas "tentativas de desestabilização da segurança" e de propagar "a intolerância". O discurso permanece o mesmo até o momento (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

Consonantemente, fica claro que a parcialidade da Liga em prol da Arábia Saudita tem atravancado o avanço da cooperação entre as partes beligerantes e tem influenciado negativamente os sentimentos de rivalidade. No contexto da LEA, o Irã se sente cada vez mais isolado e o objetivo máximo de cooperação e paz da Liga vai sendo mitigado pelos posicionamentos regionais.

Ademais, neste contexto de organizações regionais é interessante traçar um paralelo entre a Liga dos Estados Árabes e a Organização dos Estados Americanos. Vimos, na década de 1960 em plena Guerra Fria, a OEA agir como um verdadeiro instrumento da política externa norte-americana no continente que trazia conotações negativas às ideias de autonomia e democracia no continente americano. Do mesmo modo, observamos que a Arábia Saudita reuniu aliados importantes em sua posição contra o Irã e tem usado o espaço da Liga para exibir poder e exercer pressão sobre os Estados-membros de maneira quase imperativa (HERZ, 2008).

No entanto, a melhor fase da OEA se deu justamente após a Guerra Fria, mediante reformulações institucionais sobre as ideias de democracia e segurança, que trouxeram mais autonomia aos Estados-membros (HERZ, 2008). Deste modo, depreende-se que um futuro mais próspero para a Liga Árabe só será possível quando no seu centro não tivermos mais uma segmentação generalizada entre Arábia Saudita e Irã, como proposto pela China em recente reaproximação diplomática – em março de 2023 – entre os países árabes em questão (G1, 2023). Em um novo contexto, poderíamos favorecer as autonomias nacionais, fomentar o espírito de cooperação entre os países e induzir os países árabes a chegar em um acordo entre si sobre o que precisam de fazer para tomarem o seu lugar na nova Ordem Mundial.

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Considerações Finais

Em suma, a análise da rivalidade regional – destrinchada ao longo desta análise – entre Arábia Saudita e Irã a partir da Liga dos Estados Árabes nos deixa visível a relevância do conflito para a região do Oriente Médio: ele influencia posicionamentos políticos e dita a orientação da política externa dos Estados Árabes. Ainda que se possa dizer que a Liga tem evitado um conflito in loco entre os países, a própria natureza do conflito é de ataques dispersos em outras regiões como nas águas do golfo ou na Síria, mediante apoio a grupos beligerantes.

Assim, a Liga tem falhado com seu objetivo máximo e principal: perseguir uma estreita cooperação em questões de economia, comunicação, cultura, nacionalidade etc. e renunciar à violência como meio de resolver conflitos entre os membros. Além disso, o próprio cerne ideológico da Liga – o pan-arabismo – tem encontrado dificuldades para sobreviver em meio as escaladas de conflito e tensão na região e presencia-se uma tendência ao pan-islamismo como fonte da identificação e da cooperação exitosa. Por fim, fica claro a forma como a Liga tem atuado como um verdadeiro instrumento da política externa da Arábia Saudita contra o Irã, desmobilizando as possibilidades de construir uma unidade árabe.

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Referências

ARÁBIA SAUDITA DISCUTE IRÃ COM ALIADOS ANTES DE REUNIÃO DA LIGA ÁRABE. Estado de Minas. Cairo. 19 de novembro de 2017. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/11/19/interna_internacional,917875/arabia-saudita-discute-ira-com-aliados-antes-de-reuniao-da-liga-arabe.shtml. Acesso em: 10 de fev. de 2023.

BARNETT, Michael. Partners in peace? The UN, regional organizations, and peace-keeping. Review of International Studies (1995), 21, 411-433.

CERIOLI, Luíza Gimenez. A Rivalidade entre Irã e Arábia Saudita através da Teoria dos Papéis após a Primavera Árabe: os casos do Bahrein e do Iêmen. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais. Brasília, 2016. 110 f

FERABOLLI, Silvia. Relações Internacionais do Mundo Árabe (1954-2004): Os Desafios para a Realização da Utopia Pan-arabista. Revista Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 1, janeiro/junho 2007, p. 63-97.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andréa. Organizações Internacionais: história e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HERZ, Mônica. Does the Organization of the American States Matter? Crisis States Working Papers Series No.2. Working Paper 34 - Regional and Global Axes of Conflict.

Irã e Arábia Saudita concordam em reatar relações — o que pode afetar conflito no Iêmen. G1 por France Presse. 10 de março de 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/03/10/ira-e-arabia-saudita-concordam-em-reatar-relacoes-o-que-pode-afetar-conflito-no-iemen.ghtml. Acesso em 23 de mar. De 2023.

LIGA ÁRABE ABRE CÚPULA NA ARÁBIA SAUDITA COM CRÍTICAS AO IRÃ. Agência Brasil. Brasília. 15 de abril de 2018. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-04/liga-arabe-abre-cupula-na-arabia-saudita-com-criticas-ao-ira. Acesso em: 10 de fev. de 2023.

LIGA ÁRABE APOIA ARÁBIA SAUDITA FRENTE A “ATOS HOSTIS” NO IRÃ. G1. 10 de janeiro de 2016. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/01/liga-arabe-apoia-arabia-saudita-frente-a-atos-hostis-do-ira.html. Acesso em: 10 de fev. de 2023.

MASTERS, Jonathan; ALY SERGIE, Mohammed. The Arab League. Council on Foreign Relations. Disponível em: https://www.cfr.org/backgrounder/arab-league#:~:text=Founded%20in%201945%2C%20the%20Arab,members%20to%20comply%20with%20resolutions.

Pact of the League of Arab States, March 22, 1945. Yale Law School. The Avalon Project. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/arableag.asp. Acesso em: 10 de fev. de 2023.

PINTO, Maria do Céu. Nacionalismo árabe e pan-arabismo. Repositório Institucional Camões. Universidade Autônoma de Lisboa. OBSERVARE: Observatório de Relações Exteriores. JANUS: Anuário de Relações Internacionais. 2016. Disponível em: http://hdl.handle.net/11144/2945

RUGGIE, John Gerard. Multilateralism: the Anatomy of an Institution. International Organization, Vol. 46, No. 3 (Summer, 1992), pp. 561-598 Published by: The MIT Press. Stable URL: http://www.jstor.org/stable/2706989.

The Alexandria Protocol; October 7,1944. Yale Law School. The Avalon Project. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/alex.asp. Acesso em: 10 de fev. de 2023.

UNITED NATIONS. United Nations Development Programme, Arab Fund for Economic and Social Development. Arab Human Development Report 2002. Chapter 8. Dispónível em: https://www.undp.org/arab-states/publications/arab-human-development-report-2002. Acesso em 24 de fev. de 2023.

ZAHREDDINE, Danny; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. A ordem regional no Oriente Médio 15 anos após os atentados de 11 de Setembro. Revista de Sociologia e Política. v. 23, n. 53, p. 71-98, mar. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1678-987315235305.

Influência dos Estados Unidos e a Soberania no Oriente Médio

Vítor Vieira Branquinho

Soberania é a autoridade de um Estado de governar livre de controle externo (DAVIES, 2016). Essa característica imprescindível a um Estado moderno, aquele que possui uma administração e justiça unificadas, bem como um sistema burocrático (FLORENZANO, 2007), garante que ele seja suficiente para tomar suas decisões, formular suas agendas políticas e agir segundo seus interesses no sistema internacional, com uma menor interferência de outros atores no sistema internacional.

Com isso, a análise estará composta de uma contextualização histórica introdutória sobre as relações internacionais no Oriente Médio, seguida pela mudança da política dos Estados Unidos nessa região e como essa afetou o desenvolvimento de cada Estado e suas relações, sendo finalizada por uma conclusão que considera a veracidade da soberania desses países.

Nesse contexto, cabe destacar como foi construída e estabelecida as relações internacionais do Oriente Médio com base no princípio da soberania. Esses emergiram a partir da queda do Império Otomano, como consequência do resultado da Primeira Guerra Mundial, em 1918. Após esse acontecimento, na Conferência de Versailles, em 1919, as delegações árabes buscaram se estabelecer como um Estado moderno, desenvolvendo os principais atributos desse: equidade jurídica com os outros Estados e soberania absoluta. Todavia, havia dois impedimentos para essas aspirações: a ausência de consenso entre os árabes acerca de qual estrutura de governo deveria ser levantada e a aversão eurocêntrica à inserção de países não-europeus ao sistema (ROGAN, 2016). Assim, somente perante o reconhecimento internacional da soberania, um dos princípios do direito internacional público, pelos Estados já constituintes do sistema é que ela poderia ser alcançada, deixando de se efetivar caso ele não acontecesse.

Desse modo, nota-se que quando a delegação árabe foi se apresentar à Conferência, havia um vazio diplomático, visto que essa, durante o Império Otomano, era centralizada

em Istambul, representando o todo. Logo, quando houve a queda do império, não havia uma união entre os países árabes estável e experiente diplomaticamente. Por isso, o surgimento desses Estados foi marcado por anos de tutoria em statecraft, a habilidade de governar um Estado, e bureaucracy, a estruturação do governo em múltiplas camadas para sua organização, seguido por quatro acordos entre europeus nos anos seguintes, sendo majoritariamente uma constituição europeia, uma vez que o território árabe era considerado como um espólio da guerra (ROGAN, 2016). Diante desse contexto, os Estados Unidos intercederam, com os "14 Pontos para a Paz", propostos por Woodrow Wilson, então presidente do país, pelas aspirações diplomáticas árabes. O 12º dos pontos, direcionado aos árabes, à concessão de soberania para a Turquia e o auxílio e oportunidade para o desenvolvimento autônomo dos outros países da região (VOILLIARD, 1976) não aconteceu.

Assim, quatro anos após a queda do Império Otomano, o mapa do Oriente Médio estava construído, quase exclusivamente, por medidas ocidentais. Três países, entretanto, apesar da forte influência europeia presente ao longo de sua consolidação, conseguiram escapar da dominação direta do colonialismo: a Turquia, com uma guerra de independência em 1921-22; o Irã, com um movimento proto-nacionalista em 1921 que colocaria a dinastia Pahlavi no governo até 1979, encerrada com a Revolução Iraniana; e a Arábia Saudita, com a unificação realizada por Ibn Saud, em 1924.

A mudança estadunidense

Por causa do auxílio e apoio de Wilson na Conferência de Versailles diante do sentimento revanchista do Oriente Médio contra a divisão territorial e colonial, a qual foi submetido pela Europa, os Estados Unidos tiveram sua relação com os povos árabes, persas e turcos ainda bem-vista. Entretanto, a partir da Segunda Guerra Mundial, os países árabes mudaram essa relação à medida que os Estados Unidos alteraram sua política no tocante ao Oriente Médio. Tal fato aconteceu por causa de três razões: a ameaça comunista, o comércio do petróleo e o estabelecimento do Estado de Israel. Embora, no início, os Estados Unidos terem apoiado a delegação árabe, a imanência desses três fatores fizeram que, ao invés de um país auxiliador, ele se tornasse uma polícia que defendia seus próprios interesses naquela região, focando suas próximas ações naquele território com o intuito de lidar

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

com esses três quesitos (HUDSON, 2016)

A partir da Guerra Fria, os Estados Unidos visavam conter o comunismo soviético de conquistar o Oriente Médio, já que, uma vez que a região apoiasse a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o petróleo árabe poderia ajudá-la a vencer a disputa armamentista contra os Estados Unidos durante esse conflito hegemônico. Logo, em 1953, os Estados Unidos, que apesar de apoiar a soberania desses países na Conferência de Versalhes, trabalharam para suprimir o nacionalismo iraniano, ajudando a destituir o Primeiro-Ministro da época. Já em 1960, não hesitaram em apoiar o regime tradicionalista saudita quando foi desafiado por Nasser (HUDSON, 2016), de modo a explicitar suas questões ideológicas nessas ações.

Viu-se três dos principais interesses no Oriente Médio e como os Estados Unidos estão atuando para garanti-los, suprimindo a soberania dos Estados da região, financiando golpes e revoluções, estabelecendo bases militares em Estados para manter a pretensa segurança internacional, apoiando países em certas guerras e discriminando outros.

Acerca do petróleo, antes da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos já demonstravam interesse nessa commodity, e, por meio de tratados firmados com a Arábia Saudita em 1928, chegou a extrair mais de 32 milhões de barris nos 45 anos seguintes (HUDSON, 2016). Contudo, com a emergência dessa guerra, os Estados Unidos precisaram firmar uma segurança estratégica, não só mantendo a influência ideológica da URSS longe desses países, mas também os impedindo de possuírem qualquer chance de nacionalizarem o petróleo, restringirem sua produção, aumentarem o preço ou trocarem de regime político. Com esse intuito, em 1953, devolveram o trono do Irã ao antigo shah da dinastia Pahlavi, e, além disso, firmaram uma cooperação de petróleo com a criação da Arabian-American Oil Company (ARAMCO), que constituiu um consórcio de empresas americanas ativas na Arábia Saudita, se mantendo até 2010 (HUDSON, 2016). Desde então, a soberania desses Estados ainda podia ser contestada, havendo forte influência de agentes externos nas decisões internas do país, como o próprio shah iraniano e o governante saudita da dinastia Ibn Saud, aliados políticos dos Estados Unidos. Foi em 1973, no "Choque do Petróleo", que esses países puderam exercer a soberania que lhes cabia. Isso se deu com a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a qual realizou um boicote aos consumidores, dos quais se destacavam os Estados Unidos e os países europeus,

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

pela Arábia Saudita. Assim, esse evento decorreu em anos de faíscas trocadas e, devido à sequência de eventos, como a Revolução Iraniana (1979-80) e Guerra do Iraque (1980-88), a afetividade e a necessidade mútua, outrora indispensável aos Estados Unidos, entre OPEP e não-OPEP se perdeu, destruindo a oil weapon (HUDSON, 2016) que esses países haviam construído para impedir influência externas em seus Estados (YERGIN, 2012).

Um último caso de interesse forte dos Estados Unidos no Oriente Médio se constituiu a partir da existência e permanência do Estado de Israel. Desde a década de 1960, os Estados Unidos aproximaram paulatinamente sua relação com Israel, uma vez que esse Estado teve papel importante, obstruindo o programa nuclear do Irã, outrossim, sendo uma democracia no meio de diversos países autoritários. Então, possuindo um país com valores e interesses parecidos, os Estados Unidos investe na segurança de Israel, seja de maneira militar, econômica, política, tecnológica ou bélica (BYMAN, MOLLER, 2016).

Consequências da interferência norte-americana

Viu-se três dos principais interesses no Oriente Médio e como os Estados Unidos estão atuando para garanti-los, suprimindo a soberania dos Estados da região, financiando golpes e revoluções, estabelecendo bases militares em Estados para manter a pretensa segurança internacional, apoiando países em certas guerras e discriminando outros.

No tocante ao Irã, a disputa pelo domínio do mercado do petróleo faz os Estados Unidos excederem seu poder para beneficiar as empresas nacionais, uma vez que hoje países como Irã e Venezuela sofrem uma série de embargos e sanções econômicas, impedindo-os de obter o lucro devido com a venda do petróleo (ROMANO, 2021). Não somente, essa série de políticas são uma iniciativa de controle político e dominação territorial, como expressam a necessidade de impedir o desenvolvimento de países não alinhados (ROMANO, 2021). Hodiernamente, o Irã disputa com a Arábia Saudita, por meio de uma guerra de procuração, ser a maior potência no Oriente Médio. Isso afeta diretamente o poder dos Estados Unidos sobre a região, visto que, caso o Irã consiga se estabelecer, o contato entre Oriente Médio e Ocidente será menor (IGHANI, 2016), além fazer com que o governo dos EUA tema que exemplos de desobediência global, como o mostrado

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

pelo Irã, inspirem outros movimentos que podem debilitar a zona de influência estadunidense (CHOMSKY, 1992, 2019). Algo que também possui influência no assunto é que durante o final do governo Obama, havia uma tendência de apaziguamento das relações entre ambos países, com a aproximação das relações via acordos contra armas nucleares em troca do fim dos embargos. Porém, com Donald Trump assumindo o governo, essa aproximação se desfez e os embargos econômicos foram retomados, assumindo um discurso mais feroz e violento contra o Irã (BBC News Mundo, 2020).

Por sua vez, a Arábia Saudita se mantém com uma relevância crítica ao contraterrorismo construído pelos Estados Unidos e no mercado petrolífero (HUDSON, 2016). Assim, sobre o comércio de petróleo, sua importância se dá com seu poder de reserva de petróleo, isso assegura uma segurança em caso de novos choques de ofertas ou de revoluções que podem levar ao aumento dos preços. Ademais, no tocante ao contraterrorismo, a relação entre Arábia Saudita e Estados Unidos aproximou-se, abrindo uma relação bilateral entre os dois países sobre o assunto, havendo muito progresso nos programas de contra-radicalização e reabilitação, diminuindo o número de participantes extremistas, desconsiderando o trabalho de inteligência compartilhada e na luta contra os financiamentos aos movimentos terroristas. Por fim, houve o trabalho mútuo de proteção das reservas de petróleo contra possíveis ataques (LEMOS, PACHECO, 2016).

Conclusão

Após os fatos e acontecimentos apresentados, desde a construção histórica às relações e conflitos recentes, pode-se perceber um padrão de atitudes. A formação dos Estados árabes, a busca por soberania e independência, a influência comunista ascendente durante a Guerra Fria, as reservas de petróleo, a relação conflitiva entre os Estados e as guerras de procuração tiveram a presença dos Estados Unidos, seja como intermediador, financiador, conselheiro, ator direto ou influenciador, o Estado marcou sua presença na política interna e externa desses países. Isso é visto à medida que ele se aproxima cada vez mais daqueles que podem ajudá-lo em manter seu auto-concedido papel como agente mantenedor da ordem mundial (FENG, HE, 2020) e se retalia contra aqueles que não desejam sua interferência nos assuntos domésticos (DORSEY, 2018). Independentemente do acontecimento, os Estados Unidos firmaram sua política e influência nas dos países citados,

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

por interesses e objetivos próprios, descartando as vivências internas e fomentando uma construção idiossincrática de seu próprio governo (SAID, 1990).

Nesse contexto, o conceito apresentado no início sobre soberania tratava da possibilidade de um Estado poder exercer seu governo sem a influência de terceiros nas suas decisões, sejam internas ou externas. Ao aplicar esse conceito em países como Arábia Saudita e Irã, verá que se apresenta algo fragmentado, fragilizado e, principalmente, falsificado pelo ocidente. Fragmentado à medida que não há controle centralizado das ações, havendo sempre pontos de interesses estadunidenses na formação dessas agendas. Fragilizado porque, uma vez que caso os Estados Unidos se ausentassem de qualquer acontecimento relacionado a esses países, sua influência ao longo dos anos foi tão marcante e presente que os Estados árabes continuarão suas guerras de procuração num sistema primordialmente marcado pelo ocidentalismo. Finalmente, é falsificado pois, nesse contexto, a capacidade do Estado de governar e tomar suas decisões sem influências externas não foi concretizada, estando os Estados Unidos ponderado nelas. Portanto, quanto tempo as raízes estadunidenses darão vida ao conflito e às políticas desses países é a questão que determinará quando eles poderão exercer, de fato, suas respectivas soberanias.

Em suma, na perspectiva internacional, a reafirmação e efetivação da soberania pelos países árabes lhes garantiria um papel mais importante e assegurado no sistema internacional, ao passo que, com a estabilidade firmada, poderiam expor seus interesses e propostas em futuras delegações, somado também à capacidade de trocas diplomáticas entre as outras nações, possibilitando a formação de acordos duradouros, política e economicamente. Não somente, no escopo civil, os cidadãos poderiam exercer seus desejos como povo, sem a presença de ideologias externas, mas com a formação una e perene de uma nação ligado, outrossim, à ausência de políticas externas outorgadas a ela.

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Referências

BYMAN, Daniel; MOLLER, Sara Bjerg. The United States and the Middle East : Interests, risks and costs. In: SURI, Jeremi ; VALENTINO, Benjamin. Sustainable Security: Rethinking American National Security Strategy. Oxford: Oxford University Press, 2016.

CHOMSKY, Noam. Deterring Democracy. 1ª edição. Canada: Harper Collins Canada, 1992.

CHOMSKY, Noam. We Must Stop War with Iran before It's Too Late. These Times, maio 2019. Disponível em: https://inthesetimes.com/article/iran-war-trump-bolton-neoliberalism-venezuela-cuba-world-order. Acesso em: 6 de fevereiro de 2023.

DAVIES, Gareth. Sovereignty and Collaboration Report Subtitle: Affordable Strategies in Times of Austerity? Air University Press, 2016.

DORSEY, James M. Iran and Saudi Arabia: Saudi Arabia, the Gulf, and the New Regional Landscape. Begin-Sadat Center for Strategic Studies. Paper No. 723, January 24, 2018.

EUA x Irã: o que originou a rivalidade de décadas entre os dois países. BBC News Mundo, São Paulo, jan 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50983943. Acesso em: 6 de fevereiro de 2023.

FENG, Huiyun ; HE, Kai. International Institutions, Institutional Balancing, and Peaceful Order Transition. In : Carnegie Council. Ethics & International Affairs. Cambridge : Cambridge University Press, 2020. cap. 4, pp. 487–501.

FLORENZANO, Modesto. Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado moderno no Ocidente. Lua nova. São Paulo: 2007, 71, 11-39.

HUDSON, Michael C.. The United States in the Middle East. In: FAWCETT, Louise. International Relations of the Middle East. Oxford : Oxford University Press, 2016. cap. 16, 356-379.

IGHANI, Helia. Managing the Saudi-Iran Rivalry. Council on Foreign Relations, 2016.

LEMOS, José; PACHECO, Cristina. As crises do petróleo e a geoestratégia dos Estados Unidos para o Golfo Pérsico entre 1945 e 1980. In: Estudos Internacionais. Belo Horizonte: 2016, v. 4, n. 2, p. 17-34.

ROGAN, Eugene L.. The Emergence of the Middle East into the Modern State System. In: FAWCETT, Louise. International Relations of the Middle East. Oxford: Oxford University Press, 2016, 2, 39-61.

ROMANO, Gabriel. O longo conflito do Ocidente com o Irã: qual o interesse dos EUA hoje?. Le Monde Diplomatique Brasil, Acervo Livre, fev 2021. Disponível em: https://diplomatique.org.br/o-longo-conflito-do-ocidente-com-o-ira-qual-o-interesse-dos-eua-hoje. Acesso em: 6 de fevereiro de 2023.

SAID, Edward. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VOILLIARD, O et al. Documentos de História. In: FREITAS, Gustavo de. 900 textos e documentos de História. Lisboa, Plátano, 1976, s/d, v. III, p. 273.

YERGIN, Daniel. O petróleo: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro. 1ª edição. São Paulo: Paz & Terra, 2012.

Seria a religião a principal razão para o conflito entre Arábia Saudita e Irã?

Mariana Nascimento

É muito comum a mídia ocidental estabelecer as diferenças religiosas entre xiitas e sunitas como a principal - às vezes única - motivação para os conflitos no Oriente Médio. Porém, algumas rivalidades, como a da Arábia Saudita e do Irã, são absolutamente mais complexas do que a simples divergência religiosa, ainda seja inegável a influência da religião tanto no processo de formação dos Estados, como na elaboração e execução de suas políticas externas.

Assim, essa análise busca identificar como as diferenças religiosas influenciam a rivalidade entre a Arábia Saudita e o Irã. Entendendo a ligação entre o islamismo e o processo histórico de formação dos países e também a influência das suas divergências religiosas nos objetivos de suas políticas externas pós-Primavera Árabe.

Diferença entre sunitas x xiitas

Irrompendo pouco após a morte de Maomé, a divisão entre sunitas e xiitas provém da divergência dos grupos quanto a quem deveria ser o sucessor de Maomé (BERGER & STERN, 2015). Enquanto os sunitas defendiam a eleição de Abu Bakr - sogro de Maomé - como Califa, considerando a antiguidade de sua fé, os xiitas advogavam por Ali - primo e genro de Maomé - como chefe do islã, pois assim seria conservada a liderança do Islamismo aos descendentes de Maomé, através de sua filha Fátima (MARQUES, 2015).

Com as diferentes interpretações sobre quem deveria suceder o grande profeta, as lideranças islâmicas, após Maomé, foram instáveis. O primeiro Califa foi Abu Bakr, sucedido por Omar, Uthman e Ali, último dos "Califas bem Orientados". Sua morte dividiu de maneira definitiva a religião, já que os sunitas acreditavam que todos os quatro Califas foram governantes misericordiosos e capazes, ao passo que os xiitas viam essas características somente em Ali (MARQUES, 2015).

Isso levou a outra diferença entre os grupos. Os sunitas admitiram que a Sharia, fosse composta pelo Alcorão e pela Suna - conjunto de tradições e costumes passados pelos profetas para a comunidade islâmica - de Abu Becre, dos três primeiros califas e dos Omíadas. Já os xiitas, embora possuíssem também uma Suna, ela é composta apenas dos ensinamentos de Ali, que, na visão do grupo, havia sido lesado pela eleição de seus antecessores (BERGER & STERN, 2015).

Com a morte de Ali, os xiitas foram perseguidos e depositaram sua liderança nos Imans, sucessores de Ali. A perseguição, fez com que diversas seitas xiitas ficassem escondidas e ganhassem um caráter mais "místico" e "messiânico" (MARQUES, 2015).

Influências da religião nos conflitos entre Arábia Saudita x Irã

Como os povos islâmicos não fazem separação do campo político do religioso, é claro que diversas ações políticas terão justificativas na religião. Porém, qual é a relevância dessa influência no conflito entre Arábia Saudita e Irã?

Para responder essa pergunta é importante considerar a Revolução Iraniana de 1979. Com a deposição do governo monárquico de Xá Reza Pahlevi, um regime modernizador e pró ocidental, e instaurou uma República Teocrática Islâmica, com o ideal de reacender os princípios xiitas. Isso fez com que o Irã não apenas tivesse como base os ideais islâmicos, mas também se colocasse contra o Ocidente. A Revolução permitiu uma emergência autônoma do Irã, tanto em quesitos econômicos quanto militares, projetando seu poder sobre o Oriente Médio e abrindo espaço para uma nova potência na região (FIOREZE, 2018).

Com a ascensão da República Islâmica Iraniana, no decorrer dos anos 1980, percebe-se um afastamento dos países da região e consequente isolamento do Irã. Isso aconteceu principalmente por parte das monarquias do Golfo, que se uniram contra a ameaça de levantes populares antimonárquicos (FRANCO, 2012). Isso levou a um tensionamento das relações e criação das alianças na região. Tendo o Irã se aproximado da Síria e do Hezbollah e do outro lado a Arábia Saudita, que se aliou às monarquias petrolíferas, aos Estados Unidos e, menos abertamente, a

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Israel (FIOREZE, 2018).

A formação do Estado Saudita também tem relação indissociável com a religião. Entre o aparecimento do profeta e da corrente Wahabita, a Arábia era um território fragmentado, até que o fundador e pregador da ideologia wahabita, Muhammad Ibn Abd al-Wahhab, foi acolhido pelo Emir da época. Os dois fundaram uma das mais fortes e duradouras alianças da história do islamismo. Al-Wahhab pregava na escola sunita uma doutrina anti-idolatria, anti-xiita e anti-costumes populares (GONÇALVES, 2022).

Porém, foi no final do século XX que a Arábia Saudita, reino como conhecemos hoje, emergiu. Contudo, é possível notar também que a influência da religião no conflito é diferente da divulgada na mídia ocidental mainstream. E o estabelecimento desse Estado está ligado a três características principais: i) A cultura "tribal" tradicional beduína; ii) a doutrina religiosa wahabita; iii) a cultura "moderna" importada do Ocidente. Esses aspectos tornam a formação do Estado Saudita completamente diferente da dos outros países do Oriente Médio (ibid.).

Dessa forma percebe-se que é impossível desassociar a religião da formação do Estado saudita e do iraniano. O islamismo também teve influência no início dos conflitos entre Arábia Saudita e Irã, uma vez que a Revolução Iraniana de 1979 e a forma como a Arábia se formou propiciou a aproximação do país com as monarquias do Golfo, tencionando relações e favorecendo a criação de alianças que se mantém até hoje.

Política Externa da Arábia Saudita a partir de 2015

Após a Primavera Árabe, a Arábia Saudita se viu afrontada por diversas ameaças regionais, sendo a principal delas o Irã. O país costumeiramente não é muito preocupado com a dependência de potências externas, e em uma realidade a qual está cercada de problemas regionais, a aproximação com o globo configura uma opção muito agradável (GONÇALVES, 2022). A relação do país com os Estados Unidos é antiga, e por isso terá um foco nessa análise. Porém, essa é uma aproximação que muitas vezes deixa os estadunidenses em uma posição desconfortável, já que eles precisam equilibrar muito bem a "balança de vantagem estratégica" entre Israel e a Arábia Saudita, mantendo a vantagem do estado israelense, pelo menos

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

na que diz respeito ao hard power (GONÇALVES, 2022). Prova disso é que existem indícios de que o envio de armas estadunidenses para os sauditas passa primeiramente por uma etapa de pré-negociação com o Estado judeu (EKOVICH, 2016 apud GONÇALVES, 2022). A Arábia Saudita consegue também fortalecer sua influência em solo estadunidense, a partir de mecanismos como o Arab American Institute e também com o financiamento de Think Tanks.

A economia saudita é a maior do Oriente Médio, sendo o único país da região a participar do G20 (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2023). Esse fator demonstra que o país é detentor de um reconhecimento global, pelo menos na área de economia e finanças, diferenciado dos seus vizinhos (GONÇALVES, 2022).

Uma vez que o país está mais alinhado ao ocidente, um dos maiores problemas, relacionados à política externa, enfrentado pela Arábia Saudita atualmente são as diversas críticas às violações de direitos humanos. O governo, embora tente promover eventos internacionais que o desvincule dessa imagem, continua sofrendo represálias por conta da falta de liberdade de expressão no país e as punições aplicadas a jornalistas e a imprensa, por exemplo (HOFFMAN, 2020). Esse é um grande problema porque a ajuda externa é uma das ferramentas fundamentais para a diplomacia econômica de qualquer Estado e um dos artifícios indispensáveis dos sauditas na sua política econômica. Por isso, nos últimos anos o país vem tentando expandir uma imagem "futurista" para o mundo, empenhando-se também em tornar um polo turístico como uma alternativa a Dubai (GONÇALVES, 2022).

Política Externa do Irã a partir de 2015

A constituição vigente no Irã, atualmente, é a de 1979, implementada após a Revolução Iraniana. Mesmo fora do marco temporal da análise é importante investigá-la uma vez que ela determina quatro pilares para a política externa do país, sendo eles:

> *"i) rejeição de todas as formas de dominação estrangeira; (ii) preservação da independência e integridade territorial do país; (iii) defesa dos direitos de todos os muçulmanos sem alinhamento às*

Recebido em 14 fev. 2023| Publicado em 05 maio| 2023

> *potências hegemônicas; e (iv) manutenção do relacionamento com países não beligerantes" (EHTESHAMI E ZWEIRI, 2008 apud SANTO & BALDASSO, 2018).*

Esses preceitos guiam a política externa do país até hoje e por isso o Irã mantém medidas anti ocidentais e tenta fortalecer grupos xiitas, julgados oprimidos, na região.

Os meios utilizados pelo Irã para atingir esses objetivos são seis: i) as organizações multilaterais, nos quais o governo iraniano sugestiona a criação de novos organismos islâmicos; ii) a propaganda, com o objetivo de difundir a imagem do país no mundo; iii) peregrinações para lugares santos; iv) a subversão; v) os movimentos revolucionários; vi) a guerra, como princípio de autodefesa (ZAHAR, 1991).

Esses princípios e meios se mantêm até hoje graças a necessidade, vinda desde a Revolução, de afirmar sua autonomia e independência no mundo. As diversas interferências externas em conflitos iranianos, como a intervenção estadunidense na Guerra contra o Iraque, fez com que o rancor ocidental só aumentasse e o Irã tivesse mais motivos para manter e insistir nessa política (LEVERETT; LEVERETT, 2013). Assim, as políticas da República Islâmica do Irã vem sendo conduzidas de acordo com os interesses da nação, guiadas pela constituição, utilizando da ideologia religiosa para alcançar os objetivos do país. (ROBERTO, 2015)

Conclusão

A partir dessa análise é possível concluir que embora a religião tenha sim influenciado o processo de formação dos Estados e contribuído para o surgimento da rivalidade, é incorreto afirmar que ela seja a principal, ou mesmo a única, motivação, como alguns jornais insistem em veicular. Definitivamente, é importante que o histórico religioso seja levado em consideração para compreensão mais completa do conflito, principalmente ao observar a política externa do Irã, que ainda mantém fortes tendências teocráticas. Contudo, atualmente as políticas externas da Arábia Saudita indicam outras preocupações e interesses, e a difusão da religião ou ainda a disputa religiosa não parece estar no topo da lista.

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Referências

BERGER, J.M. & STERN, Jessica. Estado Islâmico: Estado de Terror. 1. ed. Portela: Vogais, 2015.

FIOREZE, Rafaela Elmir. A Revolução Iraniana e a projeção regional do Irã: impactos e

impasses atuais (1979-2018). Salão UFRGS 2018: SIC - XXX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS. Campus do Vale - UFRGS , 2018. Resumo da palestra disponível em: file:///C:/Users/MZ4L8C/Downloads/Resumo_60115.pdf. Acessado em 12 jun. 2023.

FRANCO, Raquel Trabazo Caballal. O redimensionamento da Arábia Saudita como centro de poder no Oriente Médio e seus reflexos nas relações com o Irã.

. Monografia (Especialista em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

GONÇALVES, Mathilde Filomena da Silva. A Política Externa da Arábia Saudita a partir de 2015 - Mudanças e Continuidades. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2022.

HOFFMAN, A. G20 in Riyadh: Saudi Arabia's Global Moment. Obtido de Moshe Dayan Center for Middle Eastern and African Studies. 4 dez. 2020. Disponível em: https://dayan.org/content/g20-riyadh-saudi-arabias-global-moment. Acessado em: 14 dez. 2023.

LEVERETT, Flynt; LEVERETT, Hillary. Going to Tehran: Why the United States Must

Come to Terms with the Islamic Republic of Iran. Nova York: Metropolitan Books, 2013.

MARQUES, Francisco Henriques de Jesus Soromenho. As tensões intra-islâmicas: a oposição entre sunitas e xiitas no contexto geopolítico do médio oriente. Tese (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa. Lisboa, 2015.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Grupo dos 20 - G20. Disponível em: https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/assuntos-economicos-internacionais/cooperacao-internacional/grupo-dos-20-g20 . Acesso em: 14 fev. 2023.

O islamismo e a guerra: Análise da relevância da religião no conflito Arábia Saudita e Irã

João Paulo Bezerra Urbano

A religião, em específico, o islamismo, é um fator inegavelmente presente no Oriente Médio, e portanto de grande relevância na esfera da geopolítica e das relações internacionais entre os países da região. A grande discussão que se sucede aqui é em que nível está essa relevância. Muitas análises do mundo ocidental costumam isolar o particular da religião dentro do universal dos conflitos e resumi-los a um mero "desentendimento" religioso. Entretanto, é importante entender a religião como uma das várias fontes de tensão desses conflitos, e buscar entender a complexidade das questões em jogo.

É costumeiro também analisar a partir de um prisma orientalista que busca reduzir, mistificar ou até mesmo desumanizar os assuntos que vêm do mundo oriental. Alguns preconceitos estão inclusive perpetuados no senso comum de populações ocidentais, como o uso do termo Xiita enquanto sinônimo de "radical" e até mesmo de terrorista. Para além dessa mistificação é incorreto fazer essa associação, uma vez que grupos como DAESH, o Autointitulado Estado Islãmico e Al-Qaeda têm orientação Sunita (FOR CONSERVATIVE...; 2006).

Para fins analíticos, pretendo isolar o fator 'religião' dentro do conflito entre Irã e Arábia Saudita, tendo como objetivo medir o impacto dessa esfera no conflito em si. Isto posto, é preciso uma breve contextualização dos ramos que o islamismo tomou nesses dois países. A partir daí, as atuais persistências desse caráter no conflito atual de forma a compreender a totalidade do impacto religioso nesse contexto longe de um prisma orientalista. (Aqui poderia vir um brve resumo dos pontos principais que serão tratados adiante)

Primeiramente, podemos notar que o conflito em análise tem como fonte de tensão a própria história do islamismo (BARATA, 2007). Logo após a morte de Maomé, o profeta do Islã, no ano 632 d.C, que ocorre a cisão entre o Xiismo e o Sunismo. A cisão em si pode ser resumida pela disputa de que grupo seriam os sucessores legítimos de

Maomé e, de forma geral, essa cisão gerou ao longo dos séculos, correntes diferentes de interpretação do alcorão. Outras vertentes do islamismo também coexistem com o Xiismo e o Sunismo, mas para fins analíticos, iremos focar apenas nessas duas e em suas correntes que são as mais presentes na Arábia Saudita e no Irã.

A complexidade dos fatores gera uma cisão que perdura até os dias de hoje, tendo como seus representantes internacionais a Arábia Saudita, um país propagador do Sunismo, e o Irã, que propaga e defende o Xiismo internacionalmente. Como de costume das religiões abraâmicas, cada vertente se enxerga com um exclusivismo natural. Dessa forma, a defesa de uma vertente significa,necessariamente, a invalidação e por vezes, o combate aberto a vertentes diferentes já que cada qual entende que existe apenas uma forma correta de se viver e praticar o Islã- a sua.Para além disso, essas vertentes em disputa possuem correntes internas que também disputam a exclusividade apontada. No caso saudita, isso cria um particular que ajuda a explicar certos pontos da totalidade do conflito e da própria política interna do país. A família Saud, que comanda através de uma monarquia teocrática o estado saudita, adotou a vertente wahhabista Sunita que alguns críticos consideram a ortodoxia dentro do já ortodoxo sunismo (CRISIS GROUP, 2005). Logo, poderíamos dizer que o Wahhabismo é a corrente ultra-conservadora do Sunismo (ILIAS, 2021). Tal corrente teve origem numa revitalização da era moderna, de outra corrente, a Salafista, que é do século XVII d.Cl (COMMINS, 2009).

O interessante aqui é notar que isso implica diretamente no apoio do Estado Saudita a grupos jihadistas como o DAESH, o autointitulado Estado Islâmico, e também como a própria Al-Qaeda. Esses grupos têm ligação direta tanto com o Wahhabismo , no caso do DAESH, e o salafismo no caso da Al-Qaeda. A interpretação geral é de que no caso da Arábia Saudita, se tem não apenas um estado teocrático, mas sim, um estado missionário. Isso significa que o Estado deve se preocupar em propagar a sua versão do Islã para o mundo e mais que isso, defender aqueles que estão exportando e combatendo as outras vertentes existentes, como no caso do DAESH no Irã.

Por exemplo, os ataques orquestrados pelo DAESH contra o Irã (ALKHSHALI, 2023) chegaram inclusive a assassinar um grupo de sunitas em um santuário, reforçando a ideia e que a fonte de tensão não se resume à cisão Suita/Xiita mas leva em conta estritamente as vertentes de cada uma.

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

ntes de cada uma. Os mortos sunitas, nas palavras do DAESH, foram mortos por serem considerados "infiéis", ou seja, eram adeptos de outras vertentes (ENTENDA...; 2023). Este é o nível de complexidade material que é imposta aonível de análise: revitalizações modernas de pensamentos medievais de uma cisão ocorrida ainda na época dos sucessores de Maomé, no século XII, atuam diretamente como fonte de tensão em conflitos atuais do mundo islâmico.

Já para o caso Iraniano, após a Revolução Iraniana de 1979, processo político que levou à implementação da República Islâmica do Irã,, o caráter missionário foi reforçado enquanto uma política de Estado. O Irã passaria a se portar no plano geopolítico e internacional como propagador da sua versão do Islã, e da mesma forma que a Arábia Saudita, defendendo os praticantes de sua fé.

É a partir desses contextos históricos políticos, que entendo o particular da religião no conflito Irã e Arábia Saudita como possuidor de alta relevância para a questão analisada. Entender a difusão da religião em estados teocráticos é essencial, pois nesses governos a fé ocupa o lugar de definidor de políticas públicas. Em particular, no caso do Islamismo a exclusividade defendida por ambas as partes no quesito religioso, leva, cada qual a sua maneira, a se comportarem no campo internacional como detentores do legítimo e da verdade- o que, por si só, é uma fonte de tensões diplomáticas entre os países. Por óbvio, entretanto, a complexidade e os multifatores que criaram e geraram o conflito não podem ser resumidos a essa disputa religiosa, mas é preciso de uma olhar aprofundado na questão religiosa se quiser entender o conflito dentro de sua totalidade.

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Referências

ALKHSHALI, A. P., Hamdi. Ataque terrorista reivindicado pelo Estado Islâmico deixa 15 mortos no Irã. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/ataque-terrorista-reivindicado-pelo-estado-islamico-deixa-15-mortos-no-ira/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

Barata, M. J. (2007). A oposição Sunismo/Xiismo enquanto fonte de tensão e conflito no Médio Oriente contemporâneo. Ensaio para o Seminário de Geopolítica da Paz e dos Conflitos. Programa de Doutoramento de Política Internacional e Resolução de Conflitos. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Commins, David (2009). The Wahhabi Mission and Saudi Arabia. [S.l.]: I.B.Tauris.

Crisis Group (2005), "The Shiite Question in Saudi Arabia – Executive Summary", Middle East Report, nº45, 19 de Setembro. URL a 1/7/2007.

Entenda por que o Irã foi alvo do Estado Islâmico. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/entenda-por-que-ira-foi-alvo-do-estado-islamico-21445954>. Acesso em: 14 fev. 2023. às 21:40

For Conservative Muslims, Goal of Isolation a Challenge. www.washingtonpost.com, 5 set. 2006. Acessado em: 14 de fev, 2023 às 21:44.

Ilias, M. H. (2021). Of Passport and Politics: Faith and Politics Among the 'Neo-Salafis' of South India. Sociological Bulletin, 70(4), 542–556. https://doi.org/10.1177/00380229211051036

Entenda por que o Irã foi alvo do Estado Islâmico. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/entenda-por-que-ira-foi-alvo-do-estado-islamico-21445954>. Acesso em: 14 fev. 2023. às 21:40

ROBERTO, William Moraes. A política externa do Irã e o impacto do conflito na Síria: alterações geopolíticas regionais e a estratégia iraniana. TCC (Bacharel em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

SANTO, Murillo Müller do Espirito; BALDASSO, Tiago Oliveira. A Revolução Iraniana: Rupturas e Continuidades na Política Externa do Irã. Perspectiva: Reflexões Sobre a temática Internacional, RS, v. 10, n. 1, p. 70-84, fev./2018. Disponível em: https://www.seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/view/80167 . Acesso em: 14 fev. 2023.

ZAHAR, León Rodríguez. La revolución Islâmica-clerical de Irán, 1978-1989. El Colégio de México: México, D. F., 1991.

A constituição de uma aliança circunstancial entre Arábia Saudita e Israel?

Lenira Vitoria Barroso de Oliveira

A rivalidade entre Arábia Saudita e Irã em busca de hegemonia no Oriente Médio (CHEN, 2017), molda um conjunto de alianças entre países da região. A aproximação, nas últimas décadas, entre Arábia Saudita e Israel, reflete, em determinada medida, as articulações feitas nesse sentido. Destarte, a análise buscará explorar os fatores que condicionam o estabelecimento de relações entre esses dois países, a fim de que se possa compreender se a aliança entre eles é sustentável à longo prazo ou se é apenas uma aliança circunstancial, isto é, está circunscrita à determinadas conjunturas no cenário nacional, regional ou internacional que favoreça o estabelecimento de relações entre os dois Estados.

Uma breve contextualização histórica

No que se refere à relação entre Arábia Saudita e Irã, cabe pontuar que esta tem evoluído ao longo do tempo. Nesse ínterim, durante a Guerra de Yom Kippur em 1973 – em que os governos da Síria, do Egito e do Iraque invadiram Israel, a fim de reivindicar territórios em disputa desde os anos 1940 –, a Arábia Saudita se aliou aos países árabes contra Israel (CARTER, 2021, p. 20). Todavia, desde então, a Arábia Saudita tem mudado a sua relação com Israel, de maneira a se aproximar desse país, devido a mudanças no cenário sociopolítico da região, principalmente, levando em considerações as implicações das guerras civis nos Estados dessa região, em que surgem novos atores que possuem influência neste cenário.

Nesse viés, faz-se possível enfatizar ainda a Revolução Iraniana de 1979, como sendo um grande desafio político e ideológico para a Arábia Saudita (PODEH, 2018, p. 575), à medida que o Irã emerge como uma república teocrática de maioria xiita, se contrapondo a monarquia saudita majoritariamente sunita. O regime iraniano tem buscado se tornar um ator hegemônico tanto no Golfo Pérsico

quanto no Oriente Médio, de maneira mais abrangente. Desse modo, cabe enfatizar ainda que a Guerra do Golfo representou uma mudança paradigmática na relação entre esses dois países, à medida em que ambos se viram ameaçados por um inimigo em comum – o Iraque de Saddam Hussein (ibid., p. 572).

Pode-se salientar ainda que a mudança no posicionamento israelense, no que se refere a Arábia Saudita se deu após a Guerra do Líbano em 2006, haja visto que foi neste momento que vários políticos israelenses se deram conta que os dois países compartilhavam interesses regionais em comum, especialmente, no que tange ao Irã, as formas violentas de extremismo islâmico e o Hezbollah – uma organização política e paramilitar xiita apoiada pelo governo iraniano (ibid., p. 584).

Por fim, faz-se possível inferir que esses dois países estão se aproximando em temas considerados que são de interesses de ambos, como conter inimigos em comum, ou seja, o Irã e os grupos jihadistas (PODEH, 2018). No entanto, essa aproximação vem sendo realizada não de forma explícita, mas sim de maneira mais discreta, por meio de encontros secretos entre as delegações que representam os países (ibid., p. 563). Desse modo, alguns autores concluem que as relações entre esses dois Estados passam por um processo que pode ser considerado uma revolução silenciosa ("quiet revolution") (RYNHOLD; YAARI, 2019).

Como a rivalidade regional no Oriente Médio aproxima Arábia Saudita e Israel?

Nas últimas décadas as relações entre a Arábia Saudita e Israel têm avançado devido a alguns interesses em comuns entre os países, especialmente, no que refere à contenção do poder iraniano no Oriente Médio. Nesse contexto, destaca-se que ambos desenvolveram uma relação estratégica no que se refere a conter o Irã, à medida que esse país tem se tornado uma ameaça cada vez maior para eles (RYNHOLD; YAARI, 2019). Para a Arábia Saudita, conter o Irã seria, concomitantemente, refrear as tendências expansionistas de um regime político e ideológico que se contrapõe ao da monarquia saudita. Já para Israel, refrear o Irã significa manter sob controle um país que apoia grupos militantes islâmicos da Palestina,

Recebido em 14 fev. 2023| Publicado em 05 maio| 2023

como o Hamas, que se contrapõem ao governo israelense, promovendo ataques a fim de destruir esse país (HAMAS: O QUE É..., 2021). Desse modo, pode-se argumentar que a aproximação entre esses dois países possui como uma de suas principais causas a ameaça representada pelo Irã e a possibilidade de Israel auxiliar a Arábia Saudita em contê-lo.

Tendo em vista a conjuntura do Oriente Médio marcada, sobretudo, pela rivalidade entre Arábia Saudita e Irã, alguns analistas vêm à aproximação do primeiro com Israel como sendo impulsionada por motivos de segurança, ainda que o governo israelense também tenha interesses securitários, principalmente no que diz respeito a expansão iraniana na região (BLIGH; COHEN, 2022).

Nesse contexto, cabe salientar, ainda, a dimensão religiosa presente na rivalidade entre Arábia Saudita e Irã como sendo um aspecto importante nessa conjuntura, haja visto que cada país representa uma vertente distinta do islã. Desse modo, torna-se relevante o fato da Arábia Saudita, uma monarquia islâmica de maioria sunita, estar construindo uma relação de maior proximidade com Israel, uma democracia judaica – sendo que essas duas religiões possuem certas divergências e, por isso, vem a outra como herege –, a fim de formar uma oposição capaz de deter o avanço do Irã - uma república islâmica de maioria xiita - no Oriente Médio; de modo a conter o avanço dos ideais ideológicos e políticos desse país. Destarte, faz-se possível inferir que a dimensão religiosa da rivalidade entre as duas potências da região é um fator importante, haja visto que alinhamentos, outrora inimagináveis, como entre Arábia e Saudita e Israel, podem ser firmados, a fim de se estabelecer uma hegemonia político-religiosa na região.

Já outro fator que corrobora para uma maior aproximação entre os dois países está relacionado à esfera econômica. O príncipe que rege a monarquia saudita, Mohammed Bin Salman, tem buscado diversificar a economia do país e, por conseguinte, uma cooperação com a indústria israelense pode ser bastante relevante nesse processo (RYNHOLD; YAARI, 2019). Assim, pode-se inferir que uma maior cooperação entre esses dois países, também na esfera econômica, pode aumentar o poderio político e econômico deles no Oriente Médio, de maneira com que a Arábia Saudita fortaleça sua posição relativa em relação ao Irã; haja visto que, segundo Waltz (1979), a posição das unidades no sistema internacional está relacionado com suas capacidades materiais relativas (WALTZ, 1979, p. 82).

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Nessa perspectiva, pode-se salientar que a aproximação com Israel acaba sendo vantajoso para o país, agindo como uma fonte de estabilidade e de sobrevivência para a monarquia saudita (PODEH, 2018, p. 584), ao auxiliar tanto na contenção do Irã quanto na dinamização da economia saudita. No entanto, evidencia-se ainda a existência de alguns fatores que impedem uma maior aproximação entre os dois países, como explicita o caso palestino.

A questão da Palestina também é um fator importante para compreender a relutância saudita em estreitar ainda mais os seus laços com Israel, visto que continuamente o governo saudita insiste publicamente que a normalização de qualquer acordo entre os dois países requer uma solução do conflito (FAR-RIGHT MK'S..., 2022). Desse modo, pode-se inferir que a Arábia Saudita muito provavelmente não firmará relações mais estreitas com o país antes de um progresso rumo à solução do conflito entre Israel e Palestina (ibid., p. 585).

A aproximação entre os dois países e a influência dos Estados Unidos

No que se refere a Israel, cabe destacar que sua principal potencialidade é sua economia, especialmente, em relação à inovação tecnológica que permite com que o país detenha Forças Armadas extremamentes avançadas e fortes (PEREIRA, 2020, p. 58). Todavia, o país ainda tem uma enorme questão que envolve a sua legitimidade internacional, haja vista as latentes aspirações palestinas de possuir um Estado nacional (ibid., 58); assim, torna-se notória a importância do reconhecimento e do apoio estadunidense ao governo israelense.

Já no que diz respeito às potencialidades da Arábia Saudita, ressalta-se o fato de ser considerada a "Guardiã dos Lugares Sagrados" - mesquitas de Meca e Medina -, o que lhe confere uma forte legitimidade religiosa, sendo considerada a líder do mundo islâmico (ibid., 59). Ademais, esse país possui abundantes fontes de petróleo, de forma a possuir uma grande influência na economia mundial. No entanto, a Arábia Saudita possui uma grande vulnerabilidade, no que se refere a sua segurança, possuindo Forças Armadas pouco desenvolvidas – diferentemente de Israel, que possui Forças Armadas robustas – e, por conseguinte, depende dos Estados Unidos

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

para sua proteção e segurança (ibid., 59).

Nessa perspectiva, cabe evidenciar ainda que a Arábia Saudita é o maior exportador global de petróleo, bem como é o país que mais compra armamentos da indústria bélica estadunidense (CIA, 2018; SIPRI, 2019 apud GASTALDI; MENDONÇA, 2019). Assim, pode-se inferir que existe, de certa forma, uma relação de interdependência entre as duas nações no que diz respeito a compra e venda de petróleo e de armamentos bélicos (GASTALDI; MENDONÇA, 2019). Desse modo, faz-se possível notar que os Estados Unidos se beneficiam de uma relação tão estreita com a monarquia saudita por conta das reservas de petróleo desse país, bem como do comércio de armamentos estabelecido entre os dois países e, por fim, pelo papel que assume a Arábia Saudita em conter o avanço do poder iraniano no Oriente Médio.

Os Estados Unidos possuem interesses em manter relações com Arábia Saudita e Israel, primeiramente, pelos países estarem em uma posição geoestratégica no Oriente Médio (ibid., 107). Além disso, pode-se evidenciar que esses países são, outrossim, economias muito relevantes na região, sendo a Arábia Saudita um país extremamente importante no que se refere a questão petrolífera e Israel possuindo uma indústria bastante inovadora, especialmente no setor de defesa e no setor farmacêutico.

Nesse contexto, salienta-se que os Estados Unidos, de certa forma, pressionam o regime saudita a avançar no que diz respeito às suas negociações com Israel, assim como a ausência de uma postura do governo estadunidense mais ofensiva em conter o Irã, faz com que os dois países busquem cooperar entre si para atingir esse fim (CARTER, 2021, p. 7).

Considerações finais

No que tange a aproximação cada vez maior entre Arábia Saudita e Israel, apesar dos país não possuírem formalmente relações diplomáticas, cabe evidenciar que ambos buscam restringir o poder iraniano no Oriente Médio, assim como ambos têm fortes vínculos com os Estados Unidos (CARTER, 2021). No entanto, pode-se conjecturar que esses países não estreitam seus laços ainda mais em função da questão dos palestinos, haja visto que a religião ainda é um aspecto central na tradição saudita (CARTER, 2021). Destarte, a aproximação entre esses dois Estados tende a se limitar até onde é benéfico para ambos em

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

termos de oportunidades conjunturais.

Para além disso, uma possível aproximação entre Arábia Saudita e Irã, como a que foi anunciada após uma reunião entre os países mediada pela China no início de março de 2023, que levou a um acordo de normalização das relações entre os países (FANTAPPIE; NASR, 2023), possui um grande potencial de levar a transformações relevantes nos planos regional e internacional.

O acordo firmado entre os países pode transformar o Oriente Médio, de forma a impactar diretamente na rivalidade existente entre esses Estados, podendo criar, a partir disso, um conjunto de relações complexas entre eles. Ademais, pode-se inferir que a China busca ocupar o papel, comumente, ocupado pelos Estados Unidos, como importante mediador e influenciador nas discussões entre esses países. Desse modo, nota-se uma tendência de distanciamento entre Arábia Saudita e Israel, à medida em que um fator relevante que corrobora na compreensão da relação construída entre eles, está baseado na contenção da expansão do Irã na região do Oriente Médio.

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Referências

BLIGH, A.; COHEN, E. A comparative analysis of the israeli and saudi economies and an argument for bilateral cooperation. Asian Affairs, nov. 2022. DOI: 10.1080/03068374.2022.2134657.

CARTER, R. O. Against the Grain: Saudi Arabia and Israel's Warming Relations. Thesis (Master of Art in Security Studies) - Naval Postgraduate School. Monterey, CA, 95 p. 2021.

Chen, Victoria. Saudi Arabia and Iran: Sectarianism, a Quest for Regional Hegemony, and International

Alignments. Syracuse University Honors Program Capstone Projects, 2017.

Fantappie, M.; Nasr, V. A New Order in the Middle East?. Foreign Affairs, mar., 2023. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/china/iran-saudi-arabia-middle-east-relations. Acesso em: 31 mar. 2023.

Far-right MKs said to agree not to impede Netanyahu efforts to normalize with Saudis. Times of Israel, dez., 2022. Disponível em: https://www.timesofisrael.com/far-right-mks-said-to-agree-not-to-impede-netanyahu-efforts-to-normalize-with-saudis/. Acesso em: 11 fev. 2023.

GASTALDI, F. C.; MENDONÇA, F. Petróleo, armas e dinheiro: A Arábia Saudita e o poder global dos Estados Unidos (2001 - 2018). OIKOS, v. 18, n. 2, pp. 55-65, 2019.

Hamas: o que é o grupo palestino que enfrenta Israel. BBC News Brasil, 14 mai. 2021. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57114157. Acesso em: 18 fev. 2023.

KOSTINER, J. Saudi Arabia and the Arab-Israeli Peace Process: The Fluctuation of Regional Coordination. British Journal of Middle Eastern Studies, vol. 36, n. 3, pp. 417-429.

PEREIRA, M. R. De Washington D.C. a Telavive a Riade: As relações entre os Estados Unidos da América, Arábia Saudita e Israel. Tese (Ciência Política e Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Campolide, 205 p. 2020.

PODEH, E. Saudi Arabia and Israel: From Secret to Public Engagement. Middle East Journal, vol. 72, n. 4, pp. 563-586.

RYNHOLD, J.; YAARI, M. The quiet revolution in Saudi-Israeli relations. Mediterranean Politics, vol. 26, n. 2, pp. 260-268, 2019.

WALTZ, Kenneth. Theory of International Politics. Berkeley, Addison-Wesley Publishing Company Inc., 1979.

A influência da diplomacia curda na disputa de poder entre Irã e Arabia Saudita

Marina Morena Caires e Isis Aquino

A rivalidade entre Irã e Arábia Saudita se desdobra em uma batalha por influência e controle regional, seja através de proxy wars, prática caracterizada pela interferência indireta em conflitos extraterritoriais (MUMFORD, 2013), ou do uso de afinidades culturais e políticas. Tais práticas se intensificam ainda mais em países cuja estrutura interna esteja fragilizada por guerras civis e instabilidade de poder (MABOM, 2015; GRUMET, 2015). Dentro desse complexo contexto, emergem, desde o início do século XX, as reivindicações curdas por segurança e um território autônomo, que vem sendo largamente influenciada pela disputa entre Irã e Iraque (AHMED, 2016).

O povo curdo é o maior povo sem nação própria na atualidade e o quarto maior grupo étnico do Oriente Médio, localizado entre a Turquia, Síria, Irã e Iraque. Centralizados numa área conflituosa, a luta curda por um território independente é altamente reprimida pelos governos locais, e como resposta vêm se estruturando em partidos e organizações armadas ilegais. Ao mesmo tempo, a questão ganha camadas de complexidade pois é diretamente afetada pelos múltiplos conflitos locais, como no caso da Guerra da Síria, da Invasão Estadunidense no Iraque em 2003 e até mesmo pela recente onda de protestos no Irã (MCDOWALL, 2021).

Ainda que movidos pelo ideal comum da construção de um Curdistão, diferentes organizações articulam-se para lidar com os desafios regionais da população curda, uma vez que diferem a depender do Estado sitiado (BRUINESSEN, 1986). A luta curda no Iraque, que se desenvolveu e conseguiu avanços inéditos, vem sendo atravessada em diferentes âmbitos pela rivalidade entre Irã e Arabia Saudita, uma vez que trata-se de um território vizinho ao Irã e pode influenciar as lutas curdas iranianas e, ainda, é uma potencial zona de influência local para sauditas, que vem tendo dificuldade em obter espaço político no território iraquiano desde o fim da invasão estadunidense. Assim, nas últimas décadas, o agrupamento se estabeleceu enquanto um importante ator de influência sub estatal no

Oriente Médio, desenvolvendo uma articulação paralela e independente com atores internacionais, mesmo estando interligado com a administração federal iraquiana (CENGIZ, 2022)..

Dentro do país, a luta pelo Curdistão ganhou um viés bastante particular. Povoando o norte da nação, curdos no Iraque estabeleceram uma cadeia de poder local após o fim da Guerra do Iraque e da retomada de seu território. Diante da pressão exterior contra a declaração de independência e a instabilidade governamental iraquiana no período pós-guerras, a Constituição do Iraque de 2005 permitiu aos curdos um governo federativo regional com algum nível de soberania territorial. Assim se constituiu o Governo Regional Curdo ("KRG", de acordo com seu nome em inglês), território ao norte do Iraque que vem ganhando importância diplomática e estratégica diante das tensões do Oriente Médio (AHMED, 2015).

O papel-chave da diplomacia dos curdos

Com a invasão estadunidense em 2003, que desestabilizou o governo iraquiano, e a relativa autonomia conquistada em 2005, os curdos iraquianos ganharam uma chance de se expandir além do governo de Bagdá. O mercado do petróleo e do gás natural, a abundância de água, as terras férteis e a relativa segurança – quando comparada ao resto do Iraque -, tornam a região bastante atrativa para investidores de empresas europeias e vizinhas em diversos setores como infraestrutura, projetos industriais, rodovias e agricultura (AHMED, 2012). Além disso, os oficiais curdos também buscam bastantes investimentos na área de turismo e de exploração de gás e petróleo. O governo curdo se esforça na implementação de medidas e concessões à parte do governo iraquiano, que potenciaria o seu número de investidores e suas relações exteriores.

O cultivo dessas relações diplomáticas seria essencial daqui em diante para que o KRG, buscando reconhecimento, legitimação e investimentos exteriores, pudesse se desenvolver. Como atores-chave dentro do território e com um longo histórico de tendências separatistas, os curdos viam com apreensão sua relativa autonomia sustentada pelo frágil Estado iraquiano, o qual era apoiado e reconhecido mundialmente. Após 2005, mesmo que reafirmassem que não buscavam independência enquanto o Iraque fosse um governo federativo e

Recebido em 14 fev. 2023| Publicado em 05 maio| 2023

democrático que lhes concedesse autonomia, seus Estados vizinhos mantinham-se com suspeitas (AHMED, 2012) acerca de suas reais intenções. Dessa forma, um dos primeiros deveres do KRG era apresentar uma visão do Curdistão iraquiano como uma nação pacífica e central para a manutenção da unidade iraquiana, enquanto ainda buscavam seus objetivos, por meio de suas ferramentas diplomáticas e campanhas fortemente incentivadas pelo então presidente curdo, Nechirvan Idris Barzani.

Inicialmente, o governo projetou a região ao cenário externo por meio de relações pautadas por questões econômicas, como a atratividade da indústria curda de extração de petróleo. Em 2007, o parlamento curdo aprovou uma lei diferente da nacional sobre petróleo e gás que foi considerada ilegal pelo governo iraquiano (ZADEH; KIRMANJ, 2017), mas que foi fortemente encorajada por empresas estrangeiras. Isso levou os representantes do KRG a diversas visitas e reuniões com líderes da Europa, Ásia e América do Norte, sempre se apresentando com simbolismo curdo. Internacionalmente, o KRG passou a ser tratado cada vez mais como um país independente (ZADEH; KIRMANJ, 2017), levando os curdos a se tornarem um agente cada vez mais relevantes na política do Oriente Médio.

No início dos anos 2010, a guerra volta ao Curdistão com os ataques do grupo terrorista Daesh, autodenominado Estado Islâmico (“ISIS”, conforme o nome em inglês) . A necessidade da retomada da luta armada no território que vinha se tornando mais pacifico trouxe diversas consequências internas. Em 2014, com a sobreposição de problemas econômicos, de segurança e humanitários, a KRG se viu em uma crise econômica em grande escala (OZDEMIR; ALACA, 2021). No entanto, trouxe também um benefício político: a luta curda pela defesa do território reforçou a importância da região para a manutenção da unidade regional na campanha contra grupos terroristas. A ameaça do terrorismo fortaleceu os laços políticos, militares e econômicos entre o Ocidente e os curdos do Iraque (ZADEH; KIRMANJ, 2017). A coalização anti-Daesh também reforçou a capacidade curda de manter relações independentes do governo de Bagdá (ZADEH; KIRMANJ, 2017).

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

O impacto regional da aliança entre KRG e a Árabia Saudita

Ainda no início do século, o fim do governo de Saddam Hussein e o início de um governo xiita preocupou os países do Golfo Pérsico em relação à estabilidade regional e à sua própria segurança (CENGIZ, 2022). O rombo de poder resultante da invasão estadunidense abriu espaço para novos agentes conduzirem a política do que antes era uma das três potências da região. Assim, as demais forças regionais no Irã e Arábia Saudita teriam chance de aumentar seu poder. Em contrapartida, o vácuo de poder levou à expansão da influência do Irã no novo governo iraquiano e a inanição da Arábia Saudita, os quais tinham relações complexas com o líder pró-xiita, Nouri al-Maliki, primeiro-ministro iraquiano entre 2006 e 2014, deixando-os por fora da política iraniana depois de 2003. Isso passou a ser outro fator de extrema preocupação para a monarquia. No entanto, a posição estratégica geopolítica do KRG, tanto para a economia, quanto como um contraponto entre a Arabia Saudita e o Irã, conduziu o governo saudita a estabelecer laços com a região.

A partir da tomada de poder do príncipe-herdeiro Mohammad bin Salman, a estratégia política regional da Arábia Saudita mudou. No Oriente Médio pós-invasão estadunidense e Primavera Árabe, a analista política Sinem Cengiz (2022) acredita que a combinação de uma liderança com hard (militar) e soft (diplomacia e economia) power se tornou o novo enfoque. É dessa mudança que surgem as relações diplomáticas cada vez mais fortes entre KRG e Riad, a capital saudita. A busca saudita por apoio regional sunita de forma não violenta auxilia o contrabalancear do poder xiita na região e aumenta a sua influência local. Visitas oficiais entre a monarquia saudita e a liderança política curda já levaram à abertura de um consulado em Arbil, capital da região do Curdistão iraquiano, em 2016 e a um encontro em 2018, que resultou no debate sobre estreitar laços econômicos usando o Curdistão iraquiano como ponto de partida dos investimentos na agricultura, energia, indústria e turismo no Iraque.

Até então, os esforços de Riad estiveram voltados à proteção de seu poder local e ao combate do Irã regionalmente (CENGIZ, 2022). A nova política busca tirar o Irã e o KRG da órbita iraquiana, prevenindo essas áreas de se tornarem campos de batalha para grupos como o Daesh (ZEIDEL, 2018 apud CENGIZ, 2022). Isso leva a Arábia Saudita a uma

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

posição complexa de apoio à autonomia curda, mas não por vias oficiais. Em 2017, o presidente Barzani lançou um referendum que buscava entender quantas pessoas da região apoiariam a independência curda. Em meios oficiais, o rei saudita não ofertou apoio ao KRG, mas a opinião pública em redes sociais e nas mídias do país foi bem clara em seu pensamento favorável à separação. Mesmo que a independência possa ser benéfica à monarquia saudita, a medida que causa um efeito cadeia prejudicial em Teerã, sua concretização não é um cenário absolutamente positivo nem para o país do Golfo, nem para a região, pois abalaria ainda mais uma área já instável e prejudicaria as relações que Riad vem formando com o novo governo iraquiano.

O Irã e o KRG

No pós-guerra iraquiano, a tensão entre Riad e Bagdá criou espaço para o estabelecimento de uma área de influência iraniana no território recentemente desocupado pelas forças estadunidenses e de orientação xiita. Teerã se tornou um dos mais fortes aliados de Bagdá e um dos principais investidores no Iraque Curdo, vendo como seu quintal e ressabiado diante das investidas sauditas (HAWRAMY, 2018 apud CENGIZ, 2022).

Apesar de não tomar posição oficial em conflitos sectários, enquanto um elemento sunita diante do projeto de influência xiita, o Curdistão iraquiano busca e serve como ferramenta ao balanceamento de forças. Não se trata do único elemento de interesse para as relações internacionais curdas, que vem ocupando um papel como mediador internacional, mas como um desdobramento da rivalidade entre dois atores-chave dentro dos conflitos regionais (CENGIZ, 2022).

As movimentações entre árabes e curdos alarmam o governo iraniano à medida que geram ameaças internas e externas. A nação persa lida com suas próprias insurreições curdas, e vê com maus olhos a expansão no território vizinho, à medida que este cria um precedente para o partido local Kurdish Democratic Party of Iran (KDPI) e, mediante crescimento e investimentos monetários, pode ajudar a financiar a independência dos curdos iranianos.

Historicamente, a abordagem aos povos que habitam a cadeia montanhosa ao noroeste do Irã e norte do Iraque é bastante intervencionista (CENGIZ, 2022). Desde 2003, diante do estabelecimento do KRG, vem acontecendo uma

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

movimentação étnico-nacionalista por reconhecimento nacional, na qual os governantes não vêm sendo efetivos nas medidas de mitigação (GRESH, 2009). Muito do controle iraniano sobre a KRG é exercido através do medo e da ameaça armada, incluindo invasões periódicas da sua artilharia no território, (EISENSTADT et al., 2011 apud CENGIZ, 2022) entretanto a intervenção também é feita ao nível de influência política.

As tentativas falhas de manipulação da imagem da causa como violenta e antinacionalista alarmam ainda mais o presidente atual, Ebrahim Raisi . Diante da eclosão da onda de protestos em setembro de 2021, Teerã tentou atribuir ao movimento nacionalista curdo a responsabilidade por um movimento de caráter disruptivo. Em contrapartida, as manifestações iniciadas a partir do assassinato da jovem curda Jina Amini, que foi morta por agentes do governo ao supostamente não seguir restrito código de vestimenta feminino, se espalharam pelo país e desafiaram o controle autoritário local (DAOU, 2022). A impossibilidade do uso do conflito étnico curdo como bode expiatório no caso supracitado demonstra a dificuldade em conter o fluxo de informações e manipular a opinião interna, a fim de evitar que as conquistas vizinhas em se estabeleçam como incentivadoras para uma insurreição interna (GRESH, 2009).

O futuro curdo

É evidente o papel crucial que a diplomacia tomou para que o Curdistão iraquiano pudesse se projetar como um importante ator não-governamental dentro da política do Oriente Médio, principalmente na sua influência para o conflito entre Arabia Saudita e Irã.

No entanto, independentemente de seu potencial inicial e do seu desenvolvimento diplomático para conseguir apoio regional e internacional e poder, a independência do Curdistão parece distante. Os interesses sauditas na região, pensando a desestabilização do Irã, não são o suficiente para angariar suporte de Riad. O custo da pouca estabilidade que seria perdida em um país de destaque no globo, principalmente devido a sua indústria de petróleo, quando se questiona o seu governo, deixando em posição vulnerável a organizações como o Daesh, é um perigo grande a se correr. Ainda mais por um governo que vem sofrendo grandes crises econômicas, políticas e sociais.

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Referências

AHMED, Mohammed M. A. Iraqi Kurds and Nation-Building. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 6 set. 2012.

ALACA, Mehmet; ÖZDEMIR, Alper Cezmi. Migration Phenomenon in the KRG: why are the Kurds going west? Policy Brief, vol. 199, 2021.

BRUINESSEN, Martin Van. The Kurds Between Iran and Iraq. MERIP Middle East Report, No. 141, Jul. - Aug., 1986, pp. 14-27.

CENGIZ, S. Dynamics of Saudi Arabia–KRG Relations: From 2003 Iraq War to 2017 Referendum and Beyond. Contemporary Review of the Middle East, vol. 9, nº 3, p. 321-340, 2022.

THE Kurds are the 'ideal scapegoat for both Turkey and Iran'. France 24, Paris, nov 2022. Disponível em: https://www.france24.com/en/middle-east/20221123-the-kurds-are-the-ideal-scapegoat-for-both-turkey-and-iran . Acesso em: 15 fev 2023.

GRESH, G. F. (2009). Iranian Kurds in an Age of Globalisation. Iran and the Caucasus, v. 13, n. 1, p. 187–196. doi:10.1163/160984909x12476379008241

GRUMET, T. New Middle East Cold War: Saudi Arabia and Iran's rivalry. Tese (Master of Arts) - The Faculty of the Joseph Korbel School of International Studies University of Denver. Denver. 2015.

KIRMANJ, Sherko; ZADEH, Yoosef Abbas. The Para-Diplomacy of the Kurdistan Region in Iraq and the Kurdish Statehood Enterprise. Middle East Journal, vol. 71, nº 4, p. 587-606, 2017.

MABON, Simon. Saudi Arabia and Iran: Power and Rivalry in the Middle East. Estados Unidos: Bloomsbury Publishing, 2015.

MCDOWALL, David. A Modern History of the Kurds. Estados Unidos: Bloomsbury Publishing, 2021.

Rivalidade Irã x Arabia Saudita: o papel da “Soccer Diplomacy”

Vinícius Nunes Aguiar

O futebol é um esporte com longas raízes e popularidade no Oriente Médio. Introduzido no final do Século Dezenove, desde então se instalou nas diversas culturas da região, com diferentes velocidades e intensidades. O nascimento e desenvolvimento do esporte na região foi interseccionado por diversos movimentos históricos e sociais, como o colonialismo, a ascensão do nacionalismo, a industrialização, a globalização, as revoltas populares e os movimentos de libertação da mulher, e as disputas esportivas frequentemente oferecem uma reflexão política e socioeconômica acerca das realidades dos países (AL-ARIAN, 2022).

Durante sua popularização, o futebol foi, por diversas vezes, combatido por líderes políticos e religiosos como uma ferramenta de ocidentalização, tais tentativas se demonstraram inúteis, como exemplificado durante a Copa do Mundo de 2010, quando autoridades sauditas, receosas de que os fãs iriam abandonar suas obrigações religiosas, trouxeram mesquitas móveis, em caminhões aos cafés onde os torcedores se encontravam, esperando que pelo menos rezassem durante o intervalo. Hoje, os governantes admitem o futebol como uma notável ferramenta.

Tal importância foi evidenciada recentemente durante a Copa do Mundo do Qatar. No caso, o esporte foi levado por trabalhadores petrolíferos (provavelmente britânicos), em 1948. No Iran, algo semelhante aconteceu, sendo introduzido por militares ingleses e trabalhadores da Companhia de Petróleo Anglo-Iraniana. Desde então, adquiriu importante papel comercial, geopolítico e social (RAAB, 2012).

Atualmente, entre os seis clubes com maior geração de renda do mundo, dois têm patrocinadores baseados no Oriente Médio. Tais investimentos derivam da capacidade do esporte em reforçar as identidades nacionais de países muitas vezes fragilizados, estimular o crescimento e a diversificação econômica e auxiliar na chamada “National brand-building”, atraindo investimentos externos, e como uma ferramenta de declaração de valores, desejos de

interação com outras nações e afirmação das capacidades de realização de grandes eventos.

A compra de grandes clubes, como Everton e Arsenal (no caso do Irã), CS Sedan Ardennes e Almeria (no caso da Arabia Saudita), também providenciam plataformas de influência em federações internacionais, contestando o esporte como uma instituição ocidental e fortalecendo as capacidades decisórias de seus proprietários (HANSCOMB; STIBBS, 2021). O esporte, então, se analisado pela luz do trabalho original de Nye, no qual acentua o soft power a partir de seu papel de atração, como um meio pelo qual influenciar as percepções e comportamentos de outrem, seria um exemplo desta categoria de poder. O futebol no Oriente Médio é terreno contestado, com disputas sobre recursos, significados e identidades, mas é possível que tal setor tenha impacto nos esforços de pacificação da região?

Exemplos Históricos

O histórico dos esportes em geral, como uma ferramenta de cooperação internacional, podem ser rastreados desde os anos 1970, com a chamada diplomacia "ping-pong", utilizada por americanos e chineses como uma maneira de fortalecer as relações diplomáticas entre os dois. No caso do futebol, é possível apontar sucessos de seu uso como um fator da diplomacia cultural durante a história. Na região, o futebol frequentemente serviu como uma ponte entre lados hostis, como nos jogos entre os dois Yemen nos anos 80 e entre a Turquia e a Armênia, em 2009 (RAAB, 2012). Irã e Iraque, depois de travarem uma terrível guerra por 8 anos, após o cessar fogo, jogaram nos campos um contra o outro pela primeira vez desde o começo da guerra, na "Copa da Paz e da Amizade" no Kuwait. Um ano após o jogo, os países reabriram suas embaixadas em suas respectivas capitais, em 1990 (HASHEMI, 2021).

Na Copa do Mundo de 1998, o embate no estágio de grupos entre Estados Unidos e Irã, carregava o peso de duas décadas de relações hostis após a Revolução Iraniana. A ampla cobertura midiática, após a vitória do Irã por 2-1, trouxe o debate político para a esfera pública e levou à declarações de paz dos líderes de Estado dos respectivos países (O'CALLAGHAN, 2018). Nas Olimpíadas de 2004 o sucesso do time nacional iraniano foi considerado uma força de união de um país dividido (RAAB, 2012).

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Se observarmos o contexto entre 2017 e 2021, período no qual a Arabia Saudita impôs um bloqueio econômico ao Qatar devido ao seu apoio à Irmandade Muçulmana e laços com o Irã (HENDERSON, 2022), não deixa de ser notável o comparecimento do príncipe saudita Muhammad bin Salman no torneio e seu agradecimento ao emir qatari pela Copa do Mundo de 2022 (SAUDI..., 2022). A relação entre Irã e Qatar também ficou evidente com a disponibilização de hotéis iranianos aos espectadores da Copa (HENDERSON, 2022).

Relações futebolísticas entre Irã e Arabia saudita: entre atritos e convergências

Os atritos geopolíticos entre os dois países por muitas vezes se expandiram para os campos, principalmente nos torneios realizados pela Confederação Asiática de Futebol: Após a vitória do time nacional da Arabia Saudita em 2009, os jogadores sauditas dançaram com espadas em frente de 100.000 torcedores iranianos furiosos no Estádio Azadi, em Tehran. Quando o time iraniano Zob Ahan eliminou o saudita Al-Hilal na semifinal da AFC Champions League de 2010, os jogadores iranianos imitaram a dança em frente aos sauditas (ZOB... 2010). Quando o time iraniano Persepolis foi escalado para jogar em Ittihad, o serviço de imigração saudita forçou os jogadores a terem suas impressões digitais e íris escaneadas. Após recusarem os futebolistas ficaram presos durante oito horas no aeroporto de Jeddah (DORSEY, 2011).

Em março de 2021, a AFC designou a Arabia Saudita como anfitriã da fase de grupos da Champions League de 2021, citando restrições relacionadas à pandemia do COVID-19. O Irã estava programado anteriormente como anfitrião. Apesar de protestos iniciais, os times iranianos viajaram para o país. Os principais oficiais esportivos iranianos receberam diversas críticas internas por aceitarem tais decisões, por falharem em proteger o "direito inerente" do Irã em receber tais partidas. Os críticos também culparam a "frouxidão diplomática" do ministério de Relações Exteriores em relação ao assunto.

Os iranianos preocuparam-se com a chance de perder permanentemente os direitos de hospedar jogos da Liga Asiática, bem com a possibilidade de os sauditas estarem boicotando e prejudicando intencionalmente os times

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

iranianos. Apesar disso, os Sauditas os receberam com flores e doces no aeroporto, e providenciaram instalações esportivas entre os jogos. Tal movimento foi bem recebido pela mídia de Tehran, e o CEO de um dos times hospedados chegou a comentar que tal atitude lembrava a famosa "diplomacia ping-pong". Apenas alguns dias depois, os Sauditas presentearam outro time Iraniano, Esteghlal Tehran, por seu bom desempenho dentro de campo, com um bolo no hotel onde os jogadores estavam hospedados. A mídia Iraniana novamente cobriu o evento positivamente, e alguns jornais se demonstraram esperançosos com a possibilidade que tais ações representassem o fim do ódio entre os dois países. O proeminente site de notícias Tabnak descreveu a ação como uma mensagem de paz que poderia ser estendida às relações militares e políticas. Em junho de 2021, o presidente do Comitê Nacional Olímpico Iraniano, confirmou a repórteres que a organização estava buscando uma diplomacia esportiva com a Arabia Saudita, bem como a necessidade de resolver a disputa sobre a localização dos jogos. Ainda é cedo, porém, para afirmar se as disputas esportivas entre os dois estados caminham em direção à cooperação (HASHEMI, 2021).

Limites da "Soccer Diplomacy

É possível discutir se o futebol realmente pode ser um fator diplomático considerável ou se somente replicam os ânimos geopolíticos. Existem exemplos negativos da atuação do futebol em outros casos: O jogo de qualificação entre Egito e Algeria, batalhando entre uma das últimas vagas de colocação da Copa do Mundo de 2009, levou a uma onda retórica ultranacionalista da mídia e dos líderes políticos de ambos os países. O esporte foi utilizado como uma maneira de defletir a atenção do autoritarismo e corrupção de seus governantes, o que levou a violência entre os torcedores.

A já citada partida entre Irã e Estados Unidos, em 1998, foi realizada em um contexto onde tanto os americanos quantos os iraquianos temiam a desestabilização provocada pelas ameaças nucleares de Saddam Hussein, e o contensão do programa nuclear Iraquiano se era prioridade de Washington e Tehran. Ao final da crise, os dois países voltaram às comunicações e políticas atritivas.

Não obstante, novas pesquisas indicam que os times nacionais iranianos e sauditas têm um grande papel no desenvolvimento do futebol na região e que o confronto esportivo entre os dois pode ser utilizado como ferramenta

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

de convergência e como um código geopolítico entre os dois países, possivelmente abrindo caminhos diplomáticos entre os dois (FEIZABADI, 2022).

As palavras de Jalal Talebi, jogador iraniano presente na partida de 1998, exemplificam a esperança no papel pacificador do esporte: "We are all people. We are not enemies. We can play together, respect each other, shake hands, exchange congratulations and move on to the next game. We did our best to show everyone that we have our own proud history and that we weren't there to fight. We were there to play sport" (O'CALLAGHAN, 2018).

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Referências

AL-ARIAN, Abdullah. Qatar World Cup: Football, neoliberalism and revolution in the Middle East. Middle East Eye, 11 out. 2022.

DORSEY, James M. Iranian bid for FIFA tournament takes tension with the Gulf to the soccer pitch. Al Arabiya, 19 mai. 2011.

FEIZABADI, Mahdi Shariati; Anti-Diplomacy of Football in the Middle East; The geopolitical challenge of Iran and Saudi Arabia, Communication Management in Sports Media, Irã, 31 Dec. 2022.

HASHEMI, Mohammad; Can “Soccer Diplomacy” Mend Fences Between Iran and Saudi Arabia?. Gulf International Forum, Washington, 2 jul. 2021.

HENDERSON, Simon; Gulf Rivalries and the Qatar World Cup. The Washington Institute for Near East Policy, 17 Nov. 2022.

O'CALLAGHAN, Eoin; Great Satan 1-2 Iran: the most politically charged match in World Cup history, The Guardian, 20 Jun. 2018.

RAAB, Alon. Soccer in the Middle East: An introduction. Soccer and Society 13, University of California, Nov. 2012. DOI:10.1080/14660970.2012.730766.

SAUDI crown prince thanks Qatari emir after attending World Cup opening ceremony, Arab News, 20 Nov. 2022.

STIBBS, James; HANSCOMB, Toby. Football in Qatar (and the MENA region):How influence was built and what other sports can learn from its growth. Jossor Institute, Jun. 2021.

ZOB Ahan's powerful qualification to AFC Champions League final match, a response to Saudi Sword dance in Tehran, Kayhan, 23 Out. 2010.

How the geopolitical rivalry between Saudi Arabia and Iran shapes China's behavior in the Middle East

Lucas Cavalcanti dos Santos

On February 14th, 2023, Iran's president Ebrahim Raisi is meeting Xi Jinping during a three-day visit to China, accompanied by a top-level delegation to negotiate ways of implementing the "25-year strategic cooperation pact" signed in March 2021 (SYED, 2023). Two months earlier, in December 2022, Xi Jinping also paid a three-day visit to Saudi Arabia, where both countries discussed and signed deepening cooperation agreements ("China's Xi arrives…", 2022). These two events illustrate China's ambitious attempt to handle its international relations through cooperation with the Middle-Eastern rivals, who are engaged in multiple proxy conflicts[1] against each other in countries like Yemen, Syria, and Iraq, among others (HIRO, 2018, p. 374). Thus, the Saudi-Iranian tensions poses major obstacles for China's foreign policy in the Middle East. In this sense, this analysis aims to explore how the Saudi-Iranian rivalry — that is the geopolitical competition between Riyadh and Tehran for regional dominance — affects China's behavior in the region.

1 Conflicts in which the competing sides sponsor third-party actors to fight on their behalf.

China's Interests in the Middle East

According to Scobell (2018), through the decades after 1980, the Middle East's importance to China has gradually increased to a point at which, today, it's the most strategically relevant region for Beijing, after its immediate surroundings in East Asia. The author mentions four main reasons for this: first, the Middle East is a key stage of US-China competition. Second, it has become economically vital due to its supply of natural gas and oil and commercial potential at large for China's growing economy. Third, beginning in the early 2000s, Beijing gave even more attention to the region's influence in its domestic stability, because of issues related to separatism, extremism, and terrorism. Fourth, the Middle East gained even more significance as a result of its location, as well as Xi's launch of China's Belt and Road Initiative (BRI), in 2013. Scobell also includes, within this fourth reason,

China's new policies to close the inequality gaps among its own regions by integrating its poorer, westernmost provinces through infrastructure to eastern China and the Extended Middle East. For all of these national goals — facing the US geopolitically, securing oil and gas, fostering trade, securing investments like the BRI's, and combating terrorism — there is one key enabling-element: regional stability. Proxy wars, sudden regime changes, loose armed non-state actors, and, at the extreme, an all-out war between Saudi Arabia and Iran will nothing but harm China's interests.

Other authors put more emphasis on the oil and energy factor, as China is the largest buyer of energy in the World, having imported US$150 billion in crude petroleum in 2020 (OEC, 2023), while Saudi Arabia and Iran have, respectively, the second and fourth largest proven reserves in the world (HAIDER, 2020). In this sense, diversification is a fundamental principal of energy security but, given the growing interdependence, it also heavily relies on how countries handle their relations with each other, bilaterally or multilateraly (YERGIN, 2006, P. 82).

For all of these elements of a grand strategy foreign policy[2] — competing with the US, securing oil and gas, fostering trade, securing investments like the BRI's, and combating terrorism — there is one key enabling-element: regional stability[3]. Proxy wars, sudden regime changes, loose armed non-state actors, and, at the extreme, an all-out war between Saudi Arabia and Iran will nothing but harm China's interests.

Understanding China's strategy in the Middle East facing the Saudi-Iranian rivalry

Since 1982, China has pursued a non-alliance policy (FULTON, 2021, p. 208). Alternatively, it has structured its international relations with different countries through partnerships of different hierarchies. Contrary to alliances, which are focused on third states, based on security and on threat perceptions, partnerships emphasize mutual interests while sidestepping divergent ones. In other words, partnerships do not focus on third states nor incur in binding military assistance agreements. In the case of the Middle East, China has comprehensive strategic partnerships with both Iran, Saudi Arabia and the United Arab Emirates, while the remaining countries have lower-level partnership

2 According to Gaddis (2005, p. 271 e 399), grand strategy entails the calculated relationships between ends and means in a framework which, although inseparable from its historical context, transcends particular periods, places and

3 It is true that China could exploit instability to its own benefit, and an entire analysis could be written to argue that. In this case, however, regional stability is favored by rethoric and actions.

Recebido em 14 fev. 2023| Publicado em 05 maio| 2023

emphasize mutual interests while sidestepping divergent ones. In other words, partnerships do not focus on third states nor incur in binding military assistance agreements. In the case of the Middle East, China has comprehensive strategic partnerships with both Iran, Saudi Arabia and the United Arab Emirates, while the remaining countries have lower-level partnership agreements (ibid.).

In this logic, Burton (2021, p. 202) writes that Beijing's behavior in the region reveals a pattern he calls strategic ambiguity. Strategic ambiguity means not taking clear sides by engaging bilaterally with both rivals simultaneously. This idea, however, is nothing new. The Brazilian foreign policy right before World War II was exactly that, i.e., Brazil balanced between the US and Germany to gain concessions from both parties, in what became known as pragmatic equidistance (MOURA, 1980). Anyway, Burton distinguishes this from balancing and bandwagoning, stating that balancing describes a weaker state's decision to align with others against a stronger power to resist it, while bandwagoning entails the decision of aligning with the stronger power, accepting its leadership out of fear or to collect benefits.

Unlike both of them, strategic ambiguity refers to the strategy whereby a State actively develops relationships with opposing powers in order to retain flexibility, access benefits from both rivals, and avoid getting sucked into the disputes among them. Fulton (2021) describes the same strategy by the name of strategic hedging, highlighting that it's generally implemented by emphasizing economic and diplomatic relations and steering away from aggressive security policies. In this sense, the strategic partnerships can be seen as an instrument of strategic ambiguity or hedging.

However, strategic hedging doesn't necessarily mean neutrality, because external factors outside of a State's control may restrict its options. For example, Malla (2022) argues that, despite historically pursuing national interests defined by economic terms while keeping a critical distance from internal affairs of other States, China will likely be forced to unintentionally take a side in the near future.

In this sense, we can conceive two broad scenarios: first, there are those who argue China is more likely to gravitate towards Saudi Arabia in the future; second, those who argue that China will probably favor Iran if and when the time comes. Supporting the first scenario, Malla (2022) poses that the international sanctions against Iran get in

Recebido em 14 fev. 2023| Publicado em 05 maio| 2023

the way of China's trade and investments, making it difficult for Beijing to fully implement its strategic partnership with Tehran. Simultaneously, Saudi Arabia has become an essential energy supplier for China, nearing 20% of its total oil imports (ibid., p. 33), which gives Riyadh more bargaining power over Beijing vis-a-vis Tehran. In other words, Malla believes China is more likely to take Saudi Arabia's side, not by choice, but by circunstancial reasons.

On the other hand, supporting the second scenario, John Garver (2016) argues that Saudi Arabia's efforts to undermine the Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA, the Iran nuclear agreement) and the Saudi's proximity to the United States worries China. At the same time, despite Tehran periodical attempts to create a united anti-US front with China and China's persistent rebuttal, the Chinese understands that the possibility of aligning with Iran against the US if needed is an asset (ibid.). For this strategic importance, Garver believes China is more likely to take Iran's side if pressured, as it cannot alienate Tehran.

Beyond that, Malla writes that China's distancing from security issues in the Middle East has only been possible because this burden was taken by the United States for a long time. Therefore, as the United States shrinks its military presence in the region — for it's no longer as dependent on Middle East's oil and considers the Asia-Pacific region a higher priority —, China's growing stakes will inevitably force it to play a more active security role, including upping its military presence and geopolitical assertiveness (MALLA, 2021, p. 35).

Conclusion

In summary, China's interests in the Middle East are mostly economic, namely: securing imports of oil and gas to fuel its growing economy; building infrastructure, like the BRI, to potentialize trade with the Middle East and beyond; and protecting its investments in the region. However, it's also important for China to combat forms of extremism that could harm the country domestically by fueling separatist and terrorist threats. Finally, China also aims to block the United States from achieving a hegemonic presence in the region, while avoiding direct confrontation with Washington, as both countries share some common goals, such as promoting peace and keeping oil prices stable. Therefore, it's vital for the Chinese interests to have stability in the Middle East, seen that conflicts endanger the oil supply, the BRI, and foreign investments. As such, the

Recebido em 14 fev. 2023| Publicado em 05 maio| 2023

As such, the rivalry between Saudi Arabia and Iran affects the Chinese behavior in the Middle East in two major ways. Firstly, it increases instability in the region. This happens through a) the financing of multiple proxy wars and non-state armed actors in neighboring states like Syria, Yemen, and Iraq and b) the risk of direct war between Riyadh and Tehran if tensions are poorly managed. Secondly, complexity of this rivalry also sets up obstacles for China's traditional policies of not interfering in domestic affairs of other States and not getting militarily involved in conflicts between third states. In other words, if the Saudi-Iranian rivalry develops in way that endangers the aforementioned Chinese interests to a sufficient degree, China may feel pressured to deviate from its tradition and act more assertively in the region, possibly though coercive or interventionist means.

Still, it's important not to overstate the inevitability of China militarizing its strategy to the Middle East. The Saudi-Iranian rivalry and the dynamics of the region are too complex and, as such, they don't allow for accurate predictions. So far, China has succeeded in its pursuit of strategic ambiguity, that is, in engaging both countries through equivalent, high-level comprehensive partnerships while not alienating any of them nor partaking one side in the dispute. The major factors that could potentially force China to take a side might be circumvented, only time will tell. Furthermore, an all-out war is not of neither side's interest. So it's not far-fetched to imagine the normalization of Saudi-Iranian relations in the near future. The continuation of China's commercial relations with both countries may be a key instrument for this, as Beijing could potentially leverage its economic significance for Riyadh and Tehran to induce them towards diplomatic solutions for their differences.

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Referências

BURTON, G. China's Three Level Game in the Middle East. Asian Journal of Middle Eastern and Islamic Studies, v. 15, n. 2, p. 189–204, 3 abr. 2021.

China's Xi arrives in Saudi Arabia to 'bolster ties'. Aljazeera, Dec. 2022. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/12/6/chinas-xi-to-visit-saudi-arabia-from-wednesday>. Acesso em: 19 fev. 2023.

FULTON, J. China between Iran and the Gulf Monarchies. Middle East Policy, v. 28, n. 3–4, p. 203–216, set. 2021.

GADDIS, John Lewis. Strategies of containment: a critical appraisal of American national security policy during the Cold War. Rev. and expanded ed. New York: Oxford University Press, 2005.

GARVER, J. China and Iran: An Emerging Partnership Post-Sanctions. MEI, Feb. 2016. Disponível em: <https://www.mei.edu/publications/china-and-iran-emerging-partnership-post-sanctions>. Acesso em: 21 fev. 2023.

HAIDER, W. H. Estimates of Total Oil & Gas Reserves in The World, Future of Oil and Gas Companies and SMART Investments by E & P Companies in Renewable Energy Sources for Future Energy Needs. Day 1, Mon, January 13, 2020. Anais... Em: INTERNATIONAL PETROLEUM TECHNOLOGY CONFERENCE. Dhahran, Kingdom of Saudi Arabia: IPTC, 13 jan. 2020. Disponível em: <https://onepetro.org/IPTCONF/proceedings/20IPTC/1-20IPTC/Dhahran,%20Kingdom%20of%20Saudi%20Arabia/154555>. Acesso em: 21 fev. 2023

HIRO, D. Cold war in the Islamic world: Saudi Arabia, Iran and the struggle for supremacy. Oxford ; New York, New York: Oxford University Press, 2018.

MALLA, M. W. China's Approach to the Iran Saudi Arabia Rivalry. Middle East Policy, v. 29, n. 1, p. 25–40, mar. 2022.

MOURA, Gerson. Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

OEC. Crude Petroleum in China. OEC. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/bilateral-product/crude-petroleum/reporter/chn?subnationalFlowSelector=flow1>. Acesso em: 21 fev. 2023.

SCOBELL, A. Why the Middle East matters to China. Em: EHTESHAMI, A.; HORESH, N.; UNIVERSITY OF DURHAM (Eds.). China's presence in the Middle East: the implications of the One Belt, One Road Initiative. Durham modern Middle East and Islamic world series. London: Routledge, Taylor & Francis Group, 2018.

SYED, A. Why Iran's President Is Making a Rare Trip to China. Time, Feb. 2023. Disponível em: <https://time.com/6255406/iran-ebrahim-raisi-china-trip/>. Acesso em: 19 fev. 2023.

Dilema de Segurança: a influência da Arábia Saudita e do Irã na Guerra do Iêmen

Anna Luiza Fagundes e Cecília Dias

Introdução

A partir da Revolução Iraniana de 1979, as relações entre a Arábia Saudita e o Irã ficaram tensas, ao passo que a formação da República Islâmica do Irã instalou um governo xiita mais radical, que prega veementemente a noção do anti-ocidentalismo e contraria-se à presença estadunidense na região. A partir desse acontecimento e de diversos momentos de crise entre essas duas potências do Oriente Médio, o Irã passou a se aproximar de grupos que atuam contra o ocidentalismo, materializado pela influência dos Estados Unidos e de Israel. Dessa forma, a monarquia saudita, que segue a vertente sunita do islã e mantém relações próximas com o Ocidente, configurou-se como principal oponente aos interesses iranianos (COSTA, 2017).

Nesse sentido, na medida em que esse tensionamento ocorria, houve, em 2013 a eclosão da Guerra do Iêmen, a qual, desde 2013, que vem sendo intensificadas pelo apoio bélico prestado pela Arábia Saudita ao líder Abd Rabbuh Mansur Al Hadi e pelo apoio, principalmente ideológico, do Irã ao grupo Houthis. Assim, considerando a rivalidade entre os países, utilizaremos o conceito do "Dilema de Segurança", cunhado por John Herz (1950), a fim de explicar se tal abordagem realista, a qual diz respeito ao incremento militar de um Estado induzir os demais a fazerem o mesmo, o que resulta em uma insegurança generalizada; pode explicar com clareza o atual contexto do Oriente Médio, em que há um embate político e militar entre as duas potências.

Influências ocidentais

O Golfo Pérsico, próximo ao Irã e à Arábia Saudita, atrai o interesse de diversos países por apresentar vasta produção petrolífera e por possuir rotas comerciais estratégicas, como o Estreito de Hormuz, que segundo dados do

Energy Information Administration (2012) é o ponto de estrangulamento (área com possibilidade de limitar o desempenho de determinada atividade econômica) de trânsito de petróleo mais importante do mundo. Diante desse contexto, os Estados Unidos buscam utilizar sua influência na região de maneira expressiva, visando manter acesso ao petróleo produzido no Golfo e impedir que seja limitado o trânsito por essas áreas, uma vez que a República Iraniana poderia bloqueá-las como forma de reação às sanções impostas pelos norte-americanos. Vale ressaltar que, antes da Revolução Iraniana, os EUA coordenaram um golpe de Estado no Irã, instituindo no poder o Xá Reza Pahlavi, que mantinha a aproximação entre os dois países – rompida após a Revolução (SANTOS, 2020).

Nesse sentido, a Arábia Saudita configurou-se como a principal aliada dos EUA no Oriente Médio, após essa revolução, uma vez que os estreitos laços entre os governos iraniano e estadunidense foram rompidos. Devido ao longo histórico de alianças comerciais e armamentistas entre os dois Estados, sobretudo relacionadas ao petróleo e ao interesse em comum de limitar a expansão de influência iraniana, a Arábia Saudita se constituiu como a maior associação estratégica dos EUA no Golfo Pérsico (GASTALDI, 2020). Assim, a monarquia saudita caracteriza-se como um dos maiores compradores de armas dos EUA (SIPRI, 2018) e recebeu apoio logístico e armamentista da potência ao longo da Guerra Civil do Iêmen, fato que causa uma insegurança generalizada na região, de acordo com o princípio do "Dilema de Segurança". Além do país americano, a Arábia Saudita obteve, também, incremento militar da França e do Reino Unido, cujo interesse é lucrar com a Guerra, o que intensifica o sofrimento das vítimas, uma vez que o arsenal fornecido possui uma alta tecnologia de destruição, o que foi evidenciado com a utilização de armamento britânico para ataques a civis iemenitas, denunciada pela Anistia Internacional em conjunto com a Human Rights Watch (2015).

Dilema de segurança

O "Dilema de Segurança", termo cunhado por John Herz (1950), remonta às origens do pensamento realista nas Relações Internacionais: Hobbes via o estado de natureza anárquico como permeado constantemente por guerras, e os Estados, a fim de protegerem-se, incrementavam seu arsenal bélico, o que causava mais insegurança generalizada (JACKSON; SORENSEN, 2018). Contudo, o que atualmente se entende por esse conceito foi altamente

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

se entende por esse conceito foi altamente revisado por autores neorrealistas, os quais apontam essa definição como a conjuntura em que países, buscando aumentar suas condições de segurança para se protegerem de um eventual ataque ou da dominação de outros, ampliam seus recursos de poder, o que causa uma reação semelhante aos demais, resultando em uma insegurança generalizada (MENDES; REZENDE, 2020). Tal contexto causará um temor por parte dos agentes, já que o incremento do poder de um Estado pode significar uma ameaça, tanto em termos de rivalidade quanto em relação à perda de hegemonia, para o país em questão – e, consequentemente, tal situação resultará em um crescente desejo de garantia da sobrevivência estatal por meio do acréscimo de recursos que possam conferir uma certa proteção. Para os diversos teorizadores, esse conceito só torna-se possível pela estrutura anárquica e competitiva do sistema internacional.

É importante destacar que diversos recursos políticos, ideológicos e culturais também podem ser utilizados para se obter vantagem em relação aos rivais de determinada localidade – isso dá-se pela mobilização de nações ou de grupos a favor de uma causa ou contra determinado agente. Nesse plano, essas estratégias de poder cooptativo mostram-se eficientes na medida em que causam temor alheio. A título de exemplificação, elementos culturais e ideológicos utilizados para fragilizar os oponentes, a partir da utilização do sentimentalismo da opinião pública sobre determinada causa ou até mesmo sobre a conduta de um país ou de um grupo político, é a instrumentalização do nacionalismo e da religiosidade, os quais fazem frente à ameaça externa, principalmente na configuração de um fraco poder militar.

Para Kenneth Waltz (1979), formulador do realismo defensivo, não é vantajoso para as potências adquirirem poder além do essencial para a segurança do Estado, já que isso pode estimular a formação de alianças entre outros países (JACKSON; SORENSEN, 2018) e aumentar o poder pela junção das forças de variados Estados. Por outro lado, para John Mearsheimer (2001), elaborador do chamado realismo ofensivo, o Dilema de Segurança é um dos principais conceitos das Relações Internacionais, porém ele aparece em uma posição distinta das análises defensivas, visto que não está na iminência do conflito, mas sim na busca por poder para aumentar as condições de segurança, uma vez que os recursos são limitados (JACKSON; SORENSEN, 2018). Assim, implica-se que o aumento da segurança de um agente gera, inevitavelmente, a redução da segurança do outro. Dessa forma, uma perspectiva realista ofensiva

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

do Dilema é mais útil para o propósito aqui desenvolvido, já que explica a realidade das potências, que almejam a hegemonia e formulam estratégias, muitas vezes conflituosas, para impedirem a ascensão de outros poderes locais ameaçadores de seus interesses.

Guerra Civil no Iêmen

Diante do exposto, há de se analisar a Guerra do Iêmen. Assim, deve-se compreender quais foram as motivações históricas que eclodiram nesse conflito. Para isso, há de se retomar à época da insurgência de protestos contra regimes totalitários na África e no Oriente Médio, os quais requisitavam uma melhoria na qualidade de vida da população – a Primavera Árabe. Nesse sentido, desde 1978, o então presidente Ali Abdullah Saleh mantinha-se no poder, o que revoltava, naquela época, parcela da população devido à aproximação com países ocidentais, como os EUA, e também aos baixos índices de desenvolvimento da nação (PEREIRA, 2019). Sob esse prisma, após a Primavera, cidadãos clamavam, ainda mais, pela queda de seu governante. Por conseguinte, após ser ferido em um atentado à bomba, o líder iemenita acertou sua saída, depositando o cargo no seu vice, Abd Rabbuh Mansur al Hadi, no final de 2011. No ano seguinte, Hadi foi eleito democraticamente, sendo o único a concorrer (SANTOS, 2020).

Apesar de ter ocorrido o que parte da população demandava, o novo líder era aliado aos Estados Unidos e identificava-se fortemente com a vertente sunita (CERIOLI, 2018). Ainda tendo de lidar com mazelas relacionadas à fome, à pobreza, à taxa de desemprego e à corrupção em excesso na nação, houve o levante dos Houthis – movimento xiita apoiado pelo Irã –, que, insatisfeitos com o governo, aliaram-se à Saleh e tomaram, no ano de 2014, a capital Saana'a, obrigando o líder a mover-se para o Sul (SANTOS, 2020). Esse feito assemelhou a nação bastante à configuração da época pré-unificação iemenita, na década de 90 (MACHRY, 2016). Não obstante, o líder tentou negociar com o grupo, o qual não acatou.

Nesse ínterim, a Arábia Saudita e os países que o apoiavam fundaram a Coalizão Saudita, que estava ao lado de Hadi e, por meio de operações de ataques, visavam a retirada dos Houthis do poder. Em 2015, contudo, o conflito intensificou-se quando houve ataques à capital saudita, Riad, a qual respondeu com bloqueios e mais hostilidade ao Iêmen, que já vinha enfrentando a crise humanitária em decorrência da Guerra (PEREIRA, 2019). Além dos agentes

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

internacionais atuando, houve, também, a insurreição de movimentos fundamentalistas na região, como a Al-Qaeda, que usufruíram da instabilidade política e social do Iêmen para a tomar parte do território (SANTOS, 2020).

Portanto, de um lado há o apoio saudita ao líder Hadi; e, por outro, o apoio iraniano aos grupos que se opõem ao governo. À luz dessa análise, é necessário reconhecer os efeitos do que seria uma possível proxy war – ou seja, uma guerra promovida por potências em um Estado tido como mais fraco, as quais participam do conflito apenas por meio dos suportes citados (NEVES, 2022). Esses, por sua vez, que buscam influenciar a região e obter domínio das áreas estratégicas que existem ao redor do território iemenita, como o estreito de Bab-el-Mandeb, caracterizado pelo fluxo de navios petrolíferos e pelo transporte de cargas. Assim, o conflito estabelece-se como sendo um dos mais graves da atualidade, ocasionando perdas civis e econômicas irreparáveis para o Iêmen, que segue sendo um dos países mais pobres do mundo.

Sobre o Dilema de Segurança na Guerra

É necessário, pois, correlacionar a Guerra com o Dilema de Segurança, o qual, pela sustentação teórica, basear-se-á na tese do realismo ofensivo. Nesse sentido, é sabido que, para o realismo, o sistema internacional é anárquico; sendo assim, não há organismos ou nações que monopolizem o poder (JACKSON; SORENSEN, 2018). Logo, no modelo ofensivo, os Estados veem na expansão militar e na agressão a melhor forma de conseguí-lo e, embora armem-se a fim de garantirem sua sobrevivência, não é isento que haja quaisquer ameaças a essa. Por conseguinte, as potências do Irã e da Arábia Saudita, nos anos anteriores à Guerra, fomentaram seu arcabouço bélico a fim de se protegerem de um iminente conflito, já presente nas relações entre as nações (SANTOS, 2020). Dessa forma, o pretexto político instável da região do Iêmen trouxe, para eles, o local de dissipar sua força.

Além de fatores atrelados à insegurança bélica, a oposição religiosa torna-se outro motor imprescindível para a latência do conflito, ao passo que, por um lado, o governo saudita, sendo majoritariamente sunita, apoia o líder religioso sunita do Iêmen; e o governo iraniano, por outro, apoia o grupo xiita Houthis pela ligação entre a mesma vertente do Islã e por contraporem-se aos interesses

Recebido em 14 fev. 2023| Publicado em 05 maio| 2023

sauditas (CERIOLI, 2018). Portanto, o Dilema de Segurança, nesse cenário, caracteriza-se como sendo resultado tanto de um aumento do poderio militar das potências regionais, quanto da utilização do sectarismo religioso como forma de consolidar poder e influência, ameaçando ideologicamente o rival.

Assim, uma vez que a Arábia Saudita intensifica a sua zona de controle com o fortalecimento do seu apoio bélico ao governo do Iêmen, o Dilema de Segurança aparece como um jogo de soma zero (MENDES; REZENDE, 2020), em que esse aumento da área de domínio, simultaneamente, gera a redução de uma possível zona sob a tutela iraniana, já que, caso os Houthis ascendessem ao poder, o projeto de expansão iraniana seria exitoso, visto que o grupo armado já havia conquistado a capital do país, o que representava um forte avanço. Logo, a Coalizão Saudita representou uma forte barreira ao surgimento de um governo possivelmente aliado, consistindo em um forte incentivo para a interferência política e militar da nação xiita no conflito.

Outra questão a ser pontuada é em relação à atuação do Irã ser quantitativamente menor em relação à saudita (PINTO, 2023). Tal disparidade beneficia a República iraniana, visto que tanto o Irã quanto os Houthis, por serem agentes independentes que partilham interesses, geram incerteza na Arábia Saudita simplesmente por manterem relações próximas, o que reforça sua atividade. Assim, o Irã auxilia na manipulação da imagem saudita no cenário internacional, que torna-se um país que financia diretamente uma guerra com impactos copiosos (PINTO, 2023). Nesse referencial, o Dilema de Segurança mantém-se, também, como possível para análise desse cenário, tendo em vista que o aumento da insegurança gerado na Arábia Saudita ocasiona em um excessivo investimento militar (PINTO 2023).

Logo, para os realistas ofensivos, o ponto-chave do "Dilema de Segurança" consiste na corrida pela obtenção de poder em diferentes planos – e é exatamente o que pode ser observado. Portanto, a Guerra Civil do Iêmen é uma demonstração prática desse conceito, tendo em vista que não ocorre um embate direto entre o Irã e a Arábia Saudita, porém eles demonstram, um para o outro, seus potenciais poderios, gerando uma incerteza generalizada para toda a região.

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Conclusão

Nesse viés, a presente análise propôs-se a trazer informações relacionadas à questão da tensão iraniana e saudita na Guerra do Iêmen sob a ótica do Dilema de Segurança. A principal dificuldade encontrada para conectar o conflito bélico ao conceito foi a distinção dele realizada pelos realistas ofensivos e pelos defensivos, uma vez que para os defensivos o Dilema só se configura em uma situação de iminência ao embate direto, ao passo que para os ofensivos ele é muito mais amplo, visto que inclui tanto a própria busca por poder quanto a possibilidade de maiores confrontos. Sendo assim, a Guerra Civil é um palco do conceito, já que é o meio de obtenção do poder para as citadas potências regionais e enquadra-se como uma confrontação mais ativa, na perspectiva ofensiva.

Além disso, a forte presença de grandes hegemonias mundiais no Oriente Médio torna o conceito ainda mais expressivo, em virtude do incremento do poder bélico que os Estados Unidos proporciona à Arábia Saudita e das grandes importações armamentistas russas e chinesas ao Irã. Logo, do ponto de vista macro, o aumento dos recursos militares das hegemonias da região, por influências externas, torna todo o contexto mais inseguro, devido ao aumento das tensões com o temor do país rival e dos estragos decorrentes da sua guerra interna.

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Referências

CERIOLI, Luíza Gimenez. Roles and International Behaviour: Saudi–Iranian Rivalry in Bahrain's and Yemen's Arab Spring. Contexto Internacional, [s. l.], v. 40, ed. 2, p. 295-317, 2018

COSTA, Renatho. Os aiatolás e o receio da República Islâmica do Irã. São Paulo: Porto de Idéias, 2017. ISBN: 978-85-8061-126-7.

EIA. The Strait of Hormuz is the world's most important oil transit chokepoint. Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=4430>. Acesso em: 24 fev. 2023.

GASTALDI, Fernanda Castro. ESTADOS UNIDOS E ARÁBIA SAUDITA NO MUNDO PÓS-REVOLUÇÃO IRANIANA: uma perspectiva neogramsciana. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, p. 112. 2020.

JACKSON, Robert.; SORENSEN, Georg. Introdução às Relações Internacionais. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

KRAUSE, P.; PARKER, T. Yemen's proxy wars explained | MIT Center for International Studies. Disponível em: <https://cis.mit.edu/publications/analysis-opinion/2020/yemens-proxy-wars-explained#=_=>. Acesso em: 12 fev. 2023.

MACHRY, Patrícia. O Iêmen do pós-Guerra Fria à atualidade: da unificação à desintegração. 2016.

MENDES, Flávio; REZENDE, Lucas. O dilema da segurança como realidade fundamental da política internacional: debate teórico e implicações para a América do Sul. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 7, n. 1, 2020.

MUGGAH, R.; THOMPSON, N. Igarape Institute | Weapons from foreign powers, including Brazil, fuel the Yemen conflict. Disponível em: https://igarape.org.br/en/weapons-from-foreign-powers-including-brazil-fuel-the-yemen-conflict. Acesso em: 2 fev. 2023.

NEVES, Luiz. A guerra do Iêmen e a teoria de Kenneth N. Waltz. 2022.

PEREIRA, Danilo. Iêmen: Crise humanitária. I FÓRUM DE DIREITO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, v. 1, n. 01, 2019.

PINTO, Pedro. Conflito no Iémen: A Expansão do Controlo dos Houthis e as Repercussões Geopolíticas para o Médio Oriente. As Relações entre a Arábia Saudita e o Irão (2015-2021). 2023. Tese de Doutorado.

SANTOS, Mibsan. A Balança de Poder na Guerra Civil do Iêmen: a interação entre Arábia Saudita e Irã (2015 a 2020). Portal de Trabalhos Acadêmicos, v. 7, n. 1, 2020.

UFRGSMUN. UFRGS Model United Nations: Break through the surface. Reach hidden answers. / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais - Vol. 1(2013) - Porto Alegre: UFRGS/FCE/PPGEEI, 2013 - Anual. ISSN 2318-3195

WALKER, Peter; NORTON-TAYLOR, Richard. UK-made missile hit civilian target in Yemen, say human rights groups. The Guardian, [s.l.], 25 nov. 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/nov/25/uk-made-missile-hit-civilian-target-yemen-say-human-rights-groups>. Acesso em: 24 fev. 2023.

Impactos da desigualdade entre Arábia Saudita e Irã sobre os direitos humanos no Oriente Médio

Ana Helena Resende e Felipe Alexandre Moura

Em um cenário marcado por conflitos e tensões securitárias, o Oriente Médio se insere internacionalmente como uma região de fortes tensões geopolíticas, as quais possuem intersecção com fatores religiosos e energéticos. Nesse contexto, Arábia Saudita e Irã se auto conclamam como vanguarda do mundo muçulmano, disputando entre si a "liderança islâmica" (FRANCO, 2012). Contudo, questões comerciais, religiosas, políticas e históricas afetam os vínculos geopolíticos da região, e impactam diretamente os direitos humanos. Por isso, questionamos: como a rivalidade entre Arábia Saudita e a República Islâmica do Irã influencia na distribuição da riqueza e poder? E como a desigualdade de renda interfere na garantia aos direitos humanos na região?

Assim, analisaremos indicadores socioeconômicos a fim de interpretar se há, e como a assimetria de renda entre estes países reflete na qualidade de vida e no acesso aos direitos humanos por parte de suas populações. Por meio de uma breve análise econômica, avaliaremos se a presença no comércio internacional e o enriquecimento por meio da exportação de produtos e serviços gera diferenças consideráveis entre os custos de vida e a integração regional dos países.

Questionar-se-á também sobre a proteção da dignidade cidadã nos territórios saudita e iraniano. Pode o país com maiores indicadores econômicos e de qualidade de vida prover melhor garantia aos direitos humanos? Ou o poder político representado pela autopercepção das duas subpotências como liderança regional dificulta a garantia dos direitos humanos na região?

Contrastes entre as inserções internacionais saudita e iraniana

O comércio internacional é um dos principais indicadores de

integração e cooperação para um país (DIAS; RODRIGUES, 2012). Tendo em vista a instabilidade geopolítica do Oriente Médio, uma de suas formas mais bem sucedidas de inserção internacional é participação nos fluxos globais de renda, uma vez que os Estados dessa região são tradicionalmente ligados pelo comércio (MORAES, 2015, p. 41).

Na região, a posse de territórios ricos em petróleo está relacionada com a fé por meio do Califado: um regime de governo monárquico islâmico. Tradicionalmente, o Irã é uma forte potência xiita, enquanto a Árabia Saudita é majoritariamente sunita - especificamente, o sunismo saudita é intitulado wahhabismo. Nesse contexto, se estabeleceram no Oriente Médio estados centralizados e burocraticamente organizados em torno de uma corte absolutista com uma clara autoridade político-militar, exercida pelos califas (PALAZZO, 2014, p.165).

Portanto, a religião afeta diretamente as alianças políticas e comerciais no mundo árabe. Este processo é conhecido como sectarismo religioso, e é considerado como um dos principais motivos que levaram à disputa entre Arábia Saudita e Irã pois é utilizado como instrumento político por esses Estados em prol de seus interesses (COSTA, 2018, p. 72). Logo, é importante a intersecção entre religião e comércio para os respectivos interesses regionais dessas nações, uma vez que esse fator afeta como se constrói o alcance extrarregional de cada uma delas por meio do comércio internacional.

A Arábia Saudita está mais integrada ao comércio internacional do que o Irã, o que influencia positivamente em sua balança de pagamentos. Isto porque, por meio de um maior volume de exportações, se gera maior integração ao comércio internacional para o país e, consequentemente, permite o estreitamento de vínculos geopolíticos. Ademais, sua envergadura econômica internacional impacta diretamente no Produto Interno Bruto da nação e oportuniza abertura comercial para investimentos estrangeiros.

Na tabela abaixo, é possível evidenciar como o fluxo de produtos comercializados pela Árabia Saudita costuma ultrapassar as quantidades iranianas. Isso justifica-se em parte pelo arrefecimento das relações diplomáticas entre a República Islâmica do Irã e o mundo ocidental desde a Revolução Iraniana, a partir de quando o país passou a defender o movimento pan-arabista, além de buscar destronar as monarquias conservadoras (FADAEE, 2017).

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

do governo iraniano afastou relações comerciais com países como os Estados Unidos e as potências europeias, e inviabilizou qualquer relacionamento frutífero com Israel e Arábia Saudita.

Tabela 1: comparativo de exportações em valor FOB (US$)

Fluxo de Exportações	2019	2020	2021	2022
Árabia Saudita	$2.027	$1.886	$2.070	$2.914
Irã	$2.192	$1.156	$1.940	$4.285

Fonte: Comex Stat

Para Rizwan (2014, p. 96), as posturas agressivas do governo iraniano o isolaram das comunidades regional e internacional, enquanto que os sauditas assumiram o posto de maior aliado ocidental no Golfo Pérsico. Ainda que o ápice da rivalidade entre as nações tenha sido no período da Revolução Iraniana (1979), a partir da qual o Irã declarou o objetivo de exportar sua revolução islâmica para outros países. A considerada "Guerra Fria do Oriente Médio" produziu consequências diplomáticas que se postergaram até a contemporaneidade.

De semelhante maneira, o PIB da Árabia Saudita é consideravelmente maior que o do Irã. De acordo com o Banco Mundial, em 2021 os países totalizaram USD 833,5 bilhões e USD 359,7 bilhões, respectivamente, evidenciando a assimetria de renda entre essas subpotências árabes, as quais competem pela dominância regional.

Nesse contexto, ressaltamos a importância do petróleo como commodity mais exportada pelos países árabes, e mercadoria de maior aporte à integração internacional das economias da região. Por isso, entendemos o Oriente Médio como um processo cuja denominação identifica a entrada dos interesses petrolíferos definida e definitivamente no planejamento estratégico dos estados-maiores das grandes potências (AKCELRUD, 1985 apud MAGNOLI 2006, p. 425).

Assimetrias socioeconômicas

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Na literatura contemporânea de economia política internacional, pressupõe-se que salários altos refletem um nível maior de desenvolvimento econômico e, por conseguinte, também proporcionam bem-estar social e qualidade de vida à população (BROADBERRY e GUPTA, 2006 apud O'ROURKE, 2010). Nesse contexto, faremos uma reflexão comparativa sobre os custos de vida e a renda per capita das populações saudita e iraniana, a fim de comprovar as assimetrias socioeconômicas entre os países.

No entanto, embora um trabalhador saudita receba, em média, seis vezes mais que um trabalhador iraniano, o alto custo de vida da Arábia Saudita rebaixa seu poder de compra uma vez que cerca de dois terços do seu salário mínimo estariam comprometidos caso seus gastos mensais coincidam com os descritos na tabela abaixo.

Tabela 2: comparativo de custos de vida (em US$)

Gastos	Irã	Arábia Saudita	Percentual de Diferença
Salário mínimo	310,88	1.967,07	+532,7%
Aluguel (1 quarto)	462,75	455,80	-1,5%
Refeição (1 pessoa)	4,20	6,66	+58,6%
Utilidades (eletricidade, água, gás, etc.)	31,72	103,99	+227,8%
Gasolina (1 litro)	0,63	0,61	-3,2%

Fonte: Numbeo, 2023

Contudo, vale ressaltar que estes rendimentos dizem respeito ao serviço público, setor que mais emprega força de trabalho em ambos os países, ao passo que a iniciativa privada tem liberdade para instituir um sistema diante do exposto, nota-se que o salário mínimo iraniano é extremamente baixo em comparação com o saudita, fato que revela uma assimetria de renda entre os nacionais desses países. O valor não é suficiente para cobrir despesas básicas de uma única pessoa. No Irã, um trabalhador não qualificado sequer paga o aluguel em grandes centros urbanos com apenas um salário mínimo. ma de salários que contemple suas próprias capacidades materiais. Diante disso, outros indicadores socioeconômicos mais precisos podem nos ajudar a compreender melhor tais assimetrias, como aqueles que mensuram desemprego,

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

inflação e desigualdade.

O percentual de trabalhadores desempregados é maior no Irã (BANCO MUNDIAL, 2021), pois estima-se que cerca de 11,5% da força laboral do país não possui um trabalho formal. No mesmo ano, a Arábia Saudita possuía 7,4% da sua força de trabalho ociosa, porém, foram incluídos no cômputo os trabalhadores migrantes, que compunham pouco mais de um terço da população total em 2021 (REUTERS, 2022).

Ademais, as taxas de inflação, medidas com base no índice de preços ao consumidor, também são menores na Arábia Saudita: 3,1% (BANCO MUNDIAL, 2021). O Irã, por sua vez, enfrenta um processo inflacionário que vem crescendo exponencialmente, a inflação no país atingiu 43,4% em 2021 (ibidem). Na opinião de políticos iranianos reformistas, a conjuntura econômica do Irã não deve apresentar sinais de melhora a curto prazo, o que denota uma visão pessimista em relação ao crescimento econômico iraniano. A base mais conservadora prevê uma taxa de inflação superior a 52%, um déficit orçamentário crescente e um mau desempenho das instituições financeiras do país (IRAN INTERNATIONAL, 2023).

Por último, a partir do coeficiente de Gini podemos aferir a disparidade na distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou famílias dentro desses países. Isso porque seu valor aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a cem, sendo que o valor zero representa a situação de igualdade - ou seja, todos têm a mesma renda -, e o valor cem está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. (IPEA, 2014). Em 2013, o Irã obteve 37,4 pontos no índice de Gini, enquanto a Arábia Saudita auferiu 54,1 pontos (BANCO MUNDIAL, 2019). Apesar de não existirem dados mais recentes do quadro saudita à disposição, é possível afirmar que, pelo menos quantitativamente, as assimetrias de renda também se fazem presentes no cotidiano de iranianos e sauditas em seus respectivos países.

De fato, para atestar se as capacidades econômicas dos países e seus nacionais determinam o impacto das questões geopolíticas do Oriente Médio no interior da Arábia Saudita e Irã, é necessário analisar quais as implicações práticas atreladas às assimetrias socioeconômicas, as quais são atravessadas por dificuldades de acesso aos direitos humanos.

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Mas afinal, como as assimetrias socioeconômicas determinam o quão fortes são os impactos sobre os direitos humanos?

Irã e Arábia são ambos acusados de negligência nos relatórios da Human Rights Watch quanto aos direitos humanos. Contudo, as assimetrias econômicas entre os países fazem com que essas denúncias tenham pesos diferentes no âmbito doméstico e internacional, uma vez que não há sanções econômicas aplicadas aos países. Especialmente, o Irã sofre sanções do Ocidente como consequência da política antiocidental da Revolução Iraniana, que se mantém presente na elaboração da política externa do país. Isso porque, além de uma ameaça para a estabilidade regional, a República Islâmica do Irã passou a representar um desafio às posições internacionais sauditas em suas principais áreas de atuação: seu papel no mundo islâmico e seu poder no mercado de petróleo (SPOHR, 2013, p. 63).

Sob a lente da migração, é possível questionar os efeitos do mecanismo que possibilita a concessão de vistos para trabalhadores migrantes na Arábia Saudita: o kafala. Além do sistema não prever, em sua legislação, garantias de proteção aos direitos humanos, ele ainda confere aos empregadores poder excessivo sobre a mobilidade e o status legal dos trabalhadores migrantes no país, submetendo esses trabalhadores a uma série de abusos que vão desde o confisco de passaporte a salários atrasados e trabalho forçado (HUMAN RIGHTS WATCH, 2022).

Na intersecção com a religião, a perseguição à minoria sunita no Irã ganha novas dimensões com o aumento dos fluxos migratórios de refugiados afegãos, cuja maioria é seguidora do ramo sunita. O Irã abriga cerca de 780 mil refugiados afegãos registrados e outros 850 mil indocumentados (HUMAN RIGHTS WATCH, 2022). Assim, migrantes ou refugiados também se veem vulnerabilizados entre os iranianos, pois as políticas migratórias do país estabelecem barreiras burocráticas que dificultam o processo de documentação dessas pessoas. Os mesmos toleram, no mercado de trabalho, a violação de uma série de direitos humanos da pessoa migrante ou refugiada positivados em instrumentos jurídicos internacionais,

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

de direitos humanos da pessoa migrante ou refugiada positivados em instrumentos jurídicos internacionais, como a Convenção de Genebra de 1951, da qual o Irã não é signatário.

O status de "indocumentado" é atravessado pelo impasse da suscetibilidade à deportação, o que ilica na transmutação de pessoas migrantes e refugiadas em mão de obra barata e descartável nos países onde estão inseridos. Essas pessoas permanecem em uma condição prolongada de vulnerabilidade em favor de empregadores coniventes com a descartabilidade da vida humana, um elemento oportuno para a era do capitalismo global neoliberal (DE GENOVA, 2020).

Conclusão

Portanto, a assimetria econômica entre Arabia Saudita e Irã revela-se como uma variável de impacto comum a múltiplas áreas, sendo o acesso aos direitos humanos dos migrantes uma das principais questões. Geopoliticamente, a disparidade de indicadores econômicos como PIB e Exportações líquidas, e de indicadores de qualidade de vida como Gini e custo de vida, representam e retroalimentam os impactos de conflitos e crises características ao Oriente Médio. Ademais, os relatórios internacionais comprovam como a religião opera de forma interseccional no cenário da migração e do refúgio, agregando forte sectarismo religioso à rivalidade política.

Em síntese, Árabia Saudita e Irã são países de grande aporte sociopolítico e econômico para o mundo árabe. A cooperação internacional e o desenvolvimento da região enfrentam o desafio do embate religioso e das consequências políticas advindas da Revolução Islâmica, tornando os sistemas de direitos humanos frágeis no que tange a migração, liberdade de fé, e discurso de mídia. O comércio díspar e a desigualdade de renda se mostram, portanto, um sintoma da desintegração regional.

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Referências

CIA. Gini Index coefficient – distribution of family income. Disponível em: https://www.cia.gov/the-world-factbook/field/gini-index-coefficient-distribution-of-family-income/country-comparison. Acesso em 14/02/2023.

COMEX STAT. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Disponível em: http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/75911. Acesso em: 13/02/2023.

COSTA, Beatriz Pidone et al. Arábia Saudita e Irã: rivalidade e disputa pela hegemonia no Golfo Pérsico. ÎANDÉ: Ciências e Humanidades, v. 2, n. 1, p. 72-84, 2018.

DE GENOVA, Nicholas. "O poder da deportação". Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana: REMHU, Brasília. 2020.

DIAS, Reinaldo; RODRIGUES, Waldemar. Comércio Exterior. EDA Atlas SA, 2012.

FADAEE, Farshid. Iran and Saudi Arabia, and the Perfect Storm in the Persian Gulf. Department of Peace and Conflict Research: Uppsala University. 2017.

FRANCO, Raquel Trabazo Carballal. O Redimensionamento da Arábia Saudita como Centro de Poder no Oriente Médio e seus Reflexos nas Relações com o Irã. Universidade de Brasília: Brasília, 2012. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/3800/1/2012_RaquelTrabazoCarballalFranco.pdf. Acesso em: 13/05/2023.

"Iran's On Fire". IRAN INTERNATIONAL. 2023. Disponível em: https://www.iranintl.com/en/202302114234. Acesso em: 14/02/2023.

IPEA. Coeficiente de Gini. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28. Acesso em: 14/02/2023.

MAGNOLI, Demétrio (Org.). História das Guerras. São Paulo: Contexto, 2006.

MORAES, Elize Carpes de. Irã X Arábia Saudita. Relações Internacionais: Florianópolis, 2015. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/10749. Acesso em: 13/02/2023.

NUMBEO. Cost of Living Comparison in Iran. Disponível em:

https://www.numbeo.com/cost-of-living/compare_countries_result.jsp?country1=Iran&country2=Saudi+Arabia. Acesso em: 13/02/2023.

NUMBEO. Cost of Living Comparison in Saudi Arabia. Disponível em: https://www.numbeo.com/quality-of-life/compare_countries_result.jsp?country1=Iran&country2=Saudi+Arabia. Acesso em: 13/02/2023.

O'ROURKE, Kevin H. (eds.) "The Cambridge Economic History of Modern Europe". Cambridge University Press: Cambridge. 2010

RIZWAN, Muhammad; ARSHID, Muhammad; WAQAR, Muhammad; IRAM, Saira. From Rivalry to Nowhere: a Story of Iran-Saudi Ties. IOSR Journal of Humanities and Social Science. Vol. 19 Nº 9 Ver. IV. Setembro 2014. Pp. 91-101.

SPOHR, Alexandre Piffero. A Inserção Internacional do Golfo Pérsico: os casos saudita e iraniano. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2013. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/96552/000917236.pdf?sequence. Acesso em: 14/02/2023.

TRADE MAP. Arabia Saudita. Disponível em: https://www.trademap.org. Acesso em: 13/02/2023.

"UNEMPLOYMENT among Saudi citizens increases to 9.9% in Q3/22". REUTERS. 2022. Disponível em: https://www.reuters.com/markets/unemployment-among-saudi-citizens-increases-99-q322-2022-12-29/. Acesso em: 14/02/2023.

"World Report 2022: Iran". Human Rights Watch. 2022. Disponível em: https://www.hrw.org/world-report/2022/country-chapters/iran. Acesso em: 14/02/2023.

"World Report 2022: Saudi Arabia". Human Rights Watch. 2022. Disponível em: https://www.hrw.org/world-report/2022/country-chapters/saudi-arabia. Acesso em: 20/02/2023.

A Guerra Esquecida e o impacto na vida cotidiana da população

Camila Gomes

"Como, sem dúvida, você pode imaginar, nós costumamos perguntar, em desespero: 'Qual é o sentido da guerra? Por que, por que as pessoas não podem viver juntas em paz? Por que toda essa destruição?' A pergunta é compreensível, mas até agora ninguém encontrou uma resposta satisfatória [...]. Há uma necessidade destrutiva nas pessoas, a necessidade de demonstrar fúria, de assassinar e matar. E até que toda a humanidade, sem exceção, passe por uma metamorfose, as guerras continuarão a ser declaradas, e tudo o que foi cuidadosamente construído, cultivado e criado será cortado e destruído, só para começar outra vez!"

- O Diário de Anne Frank.

Há muito o Oriente Médio tem sido palco de instabilidades e conflitos com configurações diversas, por vezes envolvendo atores externos, por vezes se restringindo a atores internos, de modo que atualmente a visão predominante acerca da região seja de uma área com conflitos contínuos e sucessivos. De fato, a região é marcada por tensões notáveis, como a gerada com a Guerra Civil da Síria – que, de acordo com dados estimados, matou mais de 306 mil civis entre 2011 e 2021 (OHCHR, 2022), além do deslocamento forçado de outros milhões de sírios – e com a atuação de grupos extremistas, como o Estado Islâmico e a Al-Qaeda, responsáveis por atos terroristas locais e em territórios distantes que resultam em cenários de destruição típicos de guerra.

É indiscutível que conflitos armados, em particular aqueles de maior durabilidade, tendem a deixar rastros muitas vezes imensuráveis de destruição espalhada pelo território local, especialmente em áreas de confrontos mais intensos. A presente análise visa, assim, fazer uma avaliação exploratória da chamada "Guerra Esquecida", ou seja, enfocar as implicações e consequências causadas

pela destruição de infraestrutura no Iêmen, que, diferente de outros conflitos, não recebe destaque relevante no cenário internacional. Com mais de 23 milhões de pessoas necessitando de ajuda humanitária, das quais 19 milhões vêm sofrendo com insegurança alimentar (R2P, 2023), em uma população nacional de aproximadamente 29 milhões de pessoas (World Bank, 2023), esta é, atualmente, a maior crise humanitária mundial (R2P, 2023), mas segue apagada em meio a outros acontecimentos globais julgados "mais relevantes" pela mídia mainstream.

Contextualização

A "Guerra Esquecida", termo inicialmente utilizado por meios de comunicação (McGarry, 2018; The Guardian, 2021) e por estudiosos como Lopour (2016) justamente para caracterizar a ausência de atenção internacional dada ao conflito no país, teve início em 2015, após a queda do ditador Ali Abdulah Saleh em 2012, que ocupava o poder desde 1978. Com a queda do então líder do país e os planos de governo de seu vice-presidente, Abd Rabbuh Mansur Hadi, manifestações populares e ascensão de grupos armados se tornaram cada vez mais evidentes no território. Desse modo, o governo iemenita, apoiado por uma coalizão formada por Arábia Saudita e Emirados Árabes (BBC, 2022), vem, desde então, se contrapondo violentamente contra o grupo de rebeldes houthi, apoiado pelo Irã (The Economist, 2017). Assim, de maneira similar ao observado durante a Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética, duas grandes potências regionais do Oriente Médio atualmente influenciam um conflito civil e se opõem de maneira indireta, apoiando forças opostas em guerras extraterritoriais em uma dinâmica similar às observadas em uma proxy war (Mumford, 2013).

As tentativas falhas da ONU e alguns números resultantes do conflito

Ainda que a guerra civil iemenita possua motivações intrinsecamente internas (Kleemann, 2019), a influência e atuação de atores externos, notadamente dos governos do Irã e da coalizão Arábia Saudita-Emirados Árabes, também assume papel importante na continuidade dos embates civis. Esse apoio, realizado através da disponibilização de armas, treinamento militar e/ou auxílio financeiro que

 Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

os Estados oferecem para seus respectivos lados, tem dificultado a busca e o alcance de uma resolução pacífica do conflito. Embora tentativas tenham sido realizadas por organizações internacionais como o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), através de diferentes Resoluções – tais quais as 2201 e 2216, de 2015, e a Resolução 2451, de 2018 –, todas visando alcançar negociações que tornassem possível o fim da escalada e dos conflitos no Iêmen através de diálogos promovidos entre as Partes, na prática elas não foram realmente efetivas.

Sendo uma disputa com inúmeras particularidades complexas, tais medidas se mostram ineficientes por diferentes razões, notadamente pela ausência de interesse e esforço real do governo iemenita e dos grupos rebeldes que têm atuado em lados opostos em se empenhar por uma solução. Para além, organizações internacionais que possuem influência, como a ONU e o CSNU, ainda que oficializem Resoluções como as supracitadas não conseguem reivindicar que as Partes as implementem, pois, de modo geral, possuem uma natureza não vinculante característica de soft law. Na prática, vínculos regidos por soft law se diferem dos de hard law no que tange sua aplicabilidade (ABBOTT, SNIDAL, 2000). Enquanto o primeiro funciona quando aplicado voluntariamente sem maiores consequências caso o ator não o adote, o outro gera obrigatoriedade e, em consequência, abre espaço para ser juridicamente cobrado em âmbito internacional caso não seja cumprido. Desse modo, com a falha nas tentativas de alcançar o fim do embate, a guerra persiste, assim como seu rastro de devastação.

Desde 2015, momento em que as tensões entre o governo iemenita e os houthi escalaram e a guerra civil eclodiu de fato, o país, que já era considerado o mais pobre da região correspondente ao Oriente Médio e Norte da África (World Bank, 2023), se deparou com uma intensificação da crise quando os confrontos evoluíram. Com a destruição massiva da infraestrutura local resultante do uso contínuo de armas de pequeno e médio potencial destrutivo, combinado com o uso esporádico de armas de maior potencial – como bombas e mísseis –, os danos subsequentes têm sido incalculáveis e ultrapassado os materiais.

A partir dessa escalada dos conflitos no Iêmen e o apoio de forças estrangeiras adversárias em diferentes lados da guerra civil, ataques com maior capacidade de destruição se tornaram cada vez mais frequentes, ao ponto de terem alcançado um pico de cerca de 700 ataques aéreos em um único mês (BBC, 2022). Esses ataques, além de já terem

 Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

causado mais de 150.000 mortes diretas e estimadamente 227.000 mortes indiretamente relacionadas (CAAT, 2022), são responsáveis também por um grande aumento da vulnerabilidade social da população. Tal fato, já comumente observado em períodos de instabilidade, foi ainda mais intensificado devido à iminência de ataques e destruição de infraestrutura local, atingindo espaços que oferecem serviços essenciais para a sobrevivência humana e manutenção de um acesso básico à instituições e espaços de importante valia, imprescindíveis para tornar o alcance pleno do direito de viver possível.

Não sendo exceção, a Guerra Esquecida ultrapassou a destruição da infraestrutura local e causou danos irreparáveis à vida de moradores da região. Além de precisarem lidar com a tensão e ansiedade constantes causadas pela continuidade e intensidade do conflito, precisaram, ainda, lidar com as perdas e danos decorrentes da guerra. Permanecendo em conjunturas assim, onde não há expectativa real de um fim, o intenso sofrimento e receio tendem a se acumular e gerar cada vez mais aflição. Todo esse cenário apresenta a destruição local como mais uma estratégia cruel da guerra, ainda que outros de seus aspectos, igualmente bárbaros, recebam a – pouca – atenção direcionada ao conflito.

Considerações finais

O que, de acordo com representantes da Arábia Saudita que prestaram apoio ao governo do Iêmen seria uma "guerra rápida", resultou, na verdade, em uma realidade que atualmente é considerada a maior crise humanitária do mundo (Hartung, 2022; R2P, 2023), superior até mesmo à questão de refugiados sírios e o atual embate entre Ucrânia e Rússia no território ucraniano, embora imensuravelmente menos citada nos meios de comunicação de alcance internacional. Tal realidade atingiu diferentes bases da sociedade iemenita. Arrasou a economia nacional (The Economist, 2017) e fez com que a fome se tornasse a regra, com pessoas que sequer encontram alternativas possíveis para que consigam se alimentar. Destruiu casas, escolas e hospitais (Amnesty International, 2023), ao ponto de deixá-los sem condições mínimas de funcionamento e de atendimento aos altos números não apenas de feridos em batalha, mas também por problemas graves diretamente ligados ou não ao conflito.

Suas consequências resultam no custo real da guerra na vida das pessoas, da população comum que ainda

 Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

reside no Iêmen. Esses custos, ainda que economicamente exorbitantes, não são o único preço a ser pago. Em um contexto assim, os reais responsáveis pela continuidade dos conflitos não são os que lidam com os resultados destrutivos da guerra, uma vez que esta é uma realidade que recai no cotidiano do povo que ali reside, especialmente os de classe social mais baixa. São eles que precisam lidar com situações que acentuam as condições extremamente precárias de vida da população e que são agravadas de forma tão aguda em tempos de conflito. São eles que, além de buscar sobreviver um dia de cada vez, com a incerteza de saber se haverá ou não um amanhã seguro e em paz, carregarão consigo, ainda, o peso de ter vivido momentos de tamanha agonia, apreensão e insegurança.

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Referências

A 'GUERRA esquecida' no Iêmen: 8 anos de conflito e 700 ataques aéreos em um mês. BBC News. 15 mar. 2022. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-6075874. Acesso em: 10 fev. 2023.

HARTUNG, W. Time to End the Forgotten War in Yemen. Forbes. 20 abr. 2022. Disponível em: https://www.forbes.com/sites/williamhartung/2022/04/20/time-to-end-the-forgotten-war-in-yemen/?sh=525541182914. Acesso em: 11 fev. 2023.

HOW – and why – to end the war in Yemen. The Economist. 30 nov. 2017. Disponível em: https://www.economist.com/leaders/2017/11/30/how-and-why-to-end-the-war-in-yemen?utm_medium=cpc.adword.pd. Acesso em: 10 fev. 2023.

LOPOUR, J. Spotlight on Yemen's Forgotten War and Humanitarian Disaster. Preventing the Next Syrian Refugee Crisis. CIGI Paper Series No. 97. 28 mar. 2016. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2755617. Acesso em: 11 fev. 2023.

MCGARRY, M. 'Forgotten War' in Yemen has the country on the verge of man-made famine. ABC News. 27 mar. 2018. Disponível em: https://abcnews.go.com/International/forgotten-war-yemen-country-verge-man-made-famine/story?id=54015153. Acesso em: 10 fev. 2023.

MUMFORD, A. Proxy Warfare and the Future of Conflict. The RUSI Journal, [s. l.], 2013, v. 158, n. 2, p. 40-46, 28 abr. 2013. DOI https://doi.org/10.1080/03071847.2013.787733. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03071847.2013.787733. Acesso em: 15 fev. 2023.

KLEEMANN, S. The Forgotten War: Yemen. Universitätsverlag Potsdam. 27 jun. 2019. DOI https://doi.org/10.25932/publishup-43071. Disponível em: https://publishup.uni-potsdam.de/frontdoor/index/index/docId/43071. Acesso em: 15 fev. 2023.

THE Guardian view on Yemen: the forgotten war. The Guardian. 30 dez. 2021. Disponível em: https://www.theguardian.com/commentisfree/2021/dec/30/the-guardian-view-on-yemen-the-forgotten-war. Acesso em: 11 fev. 2023.

THE War on Yemen'' Civilians. Campaign Against Arms Trade (CAAT). 15 fev. 2022. Disponível em: https://caat.org.uk/homepage/stop-arming-saudi-arabia/the-war-on-yemens-civilians/. Acesso em: 12 fev. 2023.

THE World Bank in Yemen. The World Bank. 2023. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/country/yemen/overview. Acesso em: 10 fev. 2023.

UN Human Rights Office estimates more than 306,000 civilians were killed over 10 years in Syria conflict. OHCHR. 28 jun. 2022. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/press-releases/2022/06/un-human-rights-office-estimates-more-306000-civilians-were-killed-over-10. Acesso em: 10 fev. 2023.

YEMEN. Global Centre for the Responsibility to Protect. 2023. Disponível em: https://www.globalr2p.org/countries/yemen/. Acesso em: 27 fev. 2023.

YEMEN: The War Forgotten by the World. Amnesty International. 2023. Disponível em: https://www.amnesty.org.au/yemen-forgotten-war/. Acesso em: 9 fev. 2023.

Ending conflicts as a path to solve the war against hunger in Middle East

Natália Gráss

"The old world is dying, and the new world struggles to be born: now is the time of monsters." (Antonio Gramsci)

The present analysis will focus on how food insecurity is affecting national security in Middle Eastern countries. Although it is a traditional subject of IR, International Security now has possibilities of cooperation and not escalation of conflicts. In addition, the international order present in the rivalry between Saudi Arabia and Iran is called into question,since this political tension can draw attention away from food crises caused by conflicts in the region. For a long time in human history, the concern for food in its sufficient availability and safety has been a central issue. Chinese emperors have even lost the right to the "Mandate of Heaven" for not being able to feed their people. Another more recent situation dates back to the Cold War, when the United States launched Food for Peace programs (EIRAN, E.; ELIAS, M.; TROEN, A., 2021).

This suggests that it is possible to understand that the importance of nutrition goes beyond its biological function. The relevance of combat is also present in the Sustainable Development Goal 2, proposed by the United Nations, which aims to end hunger and all forms of malnutrition (HUNGER, 2021). In this sense, the analysis will address the reasons why food insecurity is considered a national security issue, as well as demonstrating how the lack of food availability in the Middle East during wars ends up being masked or seen as something less relevant by the International Community.

Why does food insecurity affect national security?

One of the main threats to food security can be understood as the challenge of getting supplies. In conflict situations, many borders are closed and with that the supplies do not reach all of those who need it most. An example of this

includes Bashar Al-Assad, current president of Syria, policy during the height of the war in Syria, the policy was "kneel or starve". Another threat can be captured by social instability, mainly because access to food at this time is a constant challenge. A third and final issue is the one that arises from the lasting conditions of limited supplies, which may be the result of weakened and inefficient governance, as well as aggravating the displaced or migrant populations in the region. (EIRAN et al, 2021).

Here the concept of national security is applied as the way in which a State implements its sovereignty. In addition, use its ability to project power to other countries, as well as obtaining measures that provide social and economic gains for the national population (COSTA, 2018). In this sense, it is possible to conclude that for a state to obtain full natural security, it is also necessary to guarantee quality of life for its own population.

A case study of Syria and Yemen

Most of the conflicts in the region since 2010 have affected the lives of a large part of the population (OMIDVAR, 2019). Especially when it comes to Syria, when the country suffered from a serious earthquake that devastated the north of the country. From the economic and social destruction, countries like Yemen and Syria were heavily affected. The results obtained in the Global Hunger Index pointed out that the regional situation is "extremely alarming", being more intense in Yemen (GARDUÑO; GARDUÑO, 2015). One of the main reasons behind famine in Yemen is due to reduced food production caused by unsustainable agricultural practices, which generates a great dependence on food imports. However, the country's economy is weak, which makes this process difficult and affects the availability and access to food for families.

Both Syria and Yemen are experiencing situations of political instability. In addition, crises related to climate change have a great weight on countries, since they affect the livelihoods of the population and are essential factors that contribute to food insecurity (OMIDAVAR, 2019). According to the United Nations (UN) report, about 17.8 million live in food insecurity (hunger, 2021). An aggravating factor is the number of children in this situation, as 1.8 million children are acutely malnourished (DUREAB, 2019).

Recebido em 14 fev. 2023| Publicado em 05 maio| 2023

In 2010, the World Food Program established stability as a dimension that guarantees food security, in economic, political and social terms (WFP, 2010). This allows us to deduce that the situation in Yemen and Syria, countries with a long history of wars, do not have the means to ensure food security and combat hunger. This already difficult context intensified after the isolation due to Covid-19. Since, with the wave of unemployment that followed, many families lost their income and entered the poverty level. Furthermore, the economic crisis that followed caused the food basket to increase from 20 to 50% (ZURYAK, 2020). Another extremely relevant factor is nutritional poverty, which is linked to the "triple burden", obesity, malnutrition, and undernutrition, which involve difficulty in accessing adequate food. In this sense, food insecurity is characterized as a kind of result of political conflicts in the country. Since malnutrition, when not accompanied by public policies to solve it, results in the union of complex problems such as hunger, climate change and catastrophes and consequently unstable policies

Possible solutions to regional hunger

According to FAO's regional director, Abdulhakim El Waer "Protracted conflicts and crises continue to be the main drivers of the degrading situation of hunger. The situation is also exacerbated by the region's food systems, which are failing to provide affordable, diversified, safe and nutritious food for all" (UNICEF, 2021). One of the proposals that would transform this reality is the adoption of sustainable and resilient food systems. This would allow, for example, future generations to consume healthy food, and thus have a life with less health risks.

By placing hunger as a national security issue, it is necessary to recognize the 2018 Security Council Resolution 2417, which provides for access to food for individuals affected by conflicts. It is worth remembering that food is no longer a humanitarian issue that concerns periphery, but an environment and branch of global competition. In order to resolve the issue, a debate between the decision makers involved is necessary, and above all, a partnership in the world food system. This can include national governments, effective international trade, as well as large conglomerates in the food and agriculture sector (EIRAN et al, 2021).

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Final remarks

After understanding the main causes of hunger and its relationship with the conflict, it is possible to understand that it is a difficult situation to resolve. One way would be the help of its neighbors, like Saudi Arabia and Iran, although these are in constant rivalry and local disputes. Another factor would be pacification through some Organization, or branch of the UN. But beyond the resolution, there will only be one possible way to cooperate: when the countries involved find common interests to be able to carry out mutual aid.

Finally, another point of reflection may be whether, in fact, solving the issue of hunger and food insecurity will change the reality of these conflicts? After the above, it is possible to conclude that hunger is a determining factor in the course of conflicts, since it generates a certain dependence between countries and relevant actors. In addition, the food issue is an aggravating factor to the other issues involved in the tensions between the countries. In addition, countries such as Saudi Arabia, Iran and neighbors that are major regional players can contribute to reducing insecurity. Furthermore, even though the countries are completely different, would they not be willing to cooperate?

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Referências

COSTA, Frederico Carlos de Sá. Sobre o conceito de "segurança nacional".

In: Tensões Mundiais, [s.l.], v. 5, n. 9, pp. 123-140, 2018. DOI: 10.33956/tensoesmundiais.v5i9jul/dez.670.

DUREAB, Fekri, Eshraq Al-Falahi, Osan Ismail, Lina Al-Marhali, Ayoub Al Jawaldeh, Nazmun Nahar Nuri, Elvis Safary, and Albrecht Jahn. 2019. "An Overview on Acute Malnutrition and Food Insecurity among Children during the Conflict in Yemen" Children 6, no. 6: 77. https://doi.org/10.3390/children6060077 Accessed on: February 12th 2023.

EIRAN, E.; ELIAS, M.; TROEN, A. No Bread, no peace, Foreign Policy, 2021. Available at: Food Should Be Treated as a National Security Issue (foreignpolicy.com). Accessed on: February 12th 2023.

GARDUÑO-DIAZ, Sara D.; GARDUÑO-DIAZ, Philippe Y. Food Security in the Middle East and North Africa. International Journal of Nutrition and Food Engineering, v. 9, n. 1, pp. 47-50, 2015.

HUNGER and malnutrition in the Arab region stand in the way of achieving Zero Hunger by 2030, UN report warns. UNICEF. Available at:Hunger and malnutrition in the Arab region stand in the way of achieving Zero Hunger by 2030, UN report warns (unicef.org). Accessed on: February 12th 2023.

OMIDAVAR, N., AHMADI, D., SINCLAIR, K. et al. Food security in selected Middle East and North Africa (MENA) countries: an inter-country comparison. Food Sec. 11, pp. 531–540 (2019). https://doi.org/10.1007/s12571-019-00935-w .

UNITED NATIONS. Adopting Resolution 2417 (2018), Security Council Strongly Condemns Starving of Civilians, Unlawfully Denying Humanitarian Available at: Warfare Tactic, 2018. Available in: https://press.un.org/en/2018/sc13354.doc.htm. Accessed on: February 10th, 2023.

WFP (2010). Fighting hunger worldwide, Annual report. World Food Program, 2010.

ZURAYK, R. (2020). Pandemic and food security: A view from the Global South. Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development,v. 9, 17-21. DOI:.https://doi.org/10.5304/jafscd.2020.093.014. Accessed on: February 12th 2023.

Cruelty hidden in plain sight: starvation of civilian population as a weapon of war in Yemen

Amanda Pereira Arrigo

Contextualization

Yemen's civil war began in 2014 when Houthis - Shiite rebels backed by Iran- took control of the country's capital demanding a new government and lower fuel prices. In the following year, a Saudi-led coalition of Gulf States launched a campaign against Houthis insurgents, with the support of the United States and other Western countries. Eight years have gone by and this civil war not only hasn't stopped but also is considered the world's worst humanitarian crisis (WAR IN YEMEN, 2023). The aim of this analysis is to explore how the rivalry between Saudi Arabia and Iran affects children in Yemen through starvation.

In this context, Saudi Arabia and Iran compete for regional power by supporting opposite sides in the war in a way that can be considered a relationship based on rivalry. By definition, "rivalry" means "feelings of enmity between countries, materialized in a relationship characterized by extreme competition, and usually psychological hostility, in which the issues and positions of contenders are governed primarily by their attitude towards each other" (THOMPSON, 2001).

more than 23.4 million people- half of which are children- are in need of humanitarian assistance, accounting for three-quarters of the entire population. In the first three years of the war it was estimated that 85 000 children were killed because of hunger or disease (UNICEF, 2022). With these horrifying numbers in mind, we ask: is starvation being used as a weapon of war in Yemen? If so, how does the rivalry between Saudi Arabia and Iran affect children in Yemen by using it as a warfare tactic?

Starvation as a weapon of war

Starvation can be defined broadly: not only the lack of access to food and water, but also to medicines, vaccines and objects indispensable for survival. (GARRAWAY, 2021). It has been used as a weapon of war for a long time (RUNGE & GRAHAM, 2020). Hitler, for instance, designed a "Hunger plan" aiming to starve populations in the Soviet Union, especially Ukraine, by denying food to natives in order to support Operation Barbarossa (RUNGE & GRAHAM, 2020). Even though the racist component is not replicated in Yemen, what the Nazi Hunger Plan and the civil war in Yemen have in common is that famine does not happen for natural reasons: it is imposed through political acts of men.

It is so frequently used that there is a term for it: "food wars". Messer apud Collison & Macbeth (2014), define food wars as "situations of organized armed political violence, where combatants on one or both sides use hunger as a weapon, and where destruction of farming populations, infrastructure, waterworks and markets result in disruptions to agricultural production, food markets, health services and human nutrition". It means that starvation of civilians does not "happen" as an effect of the war: it is intentionally used as a tactic of war.

A clear example of this is the military campaign of the Saudi-led Coalition- backed by Western powers such as the United States, French and United Kingdom- which deliberately used aerial attacks targeting Yemen's civilian infrastructure such as medical, economic and cultural facilities (MUNDY, 2021). Along with that, the Coalition also imposed naval and air blockade, keeping civilians from accessing clean water, food, fuel, and health services.The World Organization Against Torture even said in a report in 2022 that the blockade had contributed substantially to the starvation of Yemeni civilians and can be considered a form of torture (RELIEF WEB, 2022). But they are not the only ones. The indiscriminate use of landmines by the Houthis has also affected access to agricultural lands, worsening the scenario (MUNDY, 2021).

In 2018, four years after the war in Yemen started, the Security Council adopted the Resolution 2417 (UNITED NATIONS, 2018) strongly condemning starving of civilians and denying humanitarian access as warfare tactics. Even so, it was not enough to stop the combatants in Yemen to

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

use starvation to leverage civilian suffering in order to put pressure on enemy parties (HELLESTVEIT, 2021). It should be clear by now that since civilians in Yemen have been experiencing sieges, blockades, sanctions and deprivation of objects indispensable for survival, they are not starving, they are being starved by the parties at war.

Final remarks

The rivalry between Saudi Arabia and Iran has internationalized the conflict in Yemen and has dragged it for a long time with no foreseeable end. Since it became an international conflict they are committing a war crime under the Rome Statute by using starvation of civilians as a warfare tactic, as it was explained in the text above (IIEA, 2022). Although maybe not in a direct way since the conflict is primarily local in its origin (CLAUSEN, 2022), Saudi Arabia and Iran are both responsible for the prolongation of the war and the more than 233 000 deaths. And all of this suffering for what? Is it gaining regional power really worth all these deaths?

We see everyday the terrible effects that disputes of power can have on people. Children are dying every single day in Yemen because of it and it seems that the only thing that matters to Saudi Arabia and Iran is to fight for regional power and gain influence in the region. Maybe it's time to think about a new definition of power, one that does not imply that terrible things can be done and excused if it means exerting power. And from that we can start to question the ways that actors are exerting their power and hopefully, change it for the better.

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Referências

CLAUSEN, Maria-Louise. Delegation or intervention: Yemen as a theatre for the rivalry between Iran and Saudi Arabia. In: Saudi Arabia and Iran. Manchester University Press, 2022. p. 156-172.

COLLINSON, Paul; MACBETH, Helen (Ed.). Food in zones of conflict: cross-disciplinary perspectives. Berghahn Books, 2014.

DAHL, Robert A. The concept of power. Behavioral science, v. 2, n. 3, p. 201-215, 1957.

GARRAWAY, Charles. Starvation as a method of war affecting vulnerable communities in Syria and Yemen. 2021. Available in: https://www.inclusive-citizenship.no/wp-content/uploads/2021/03/Inclusive-Webinar-report-2021.pdf. Accessed on February 9th, 2023.

HELLESTVEIT, Cecilie. Starvation as a method of war affecting vulnerable communities in Syria and Yemen. 2021. Available in: https://www.inclusive-citizenship.no/wp-content/uploads/2021/03/Inclusive-Webinar-report-2021.pdf. Accessed on February 9th, 2023.

IIEA. The Institute of International and European Affairs. The Rome Statute and Hunger as a Weapon of War - The Journey Towards Ending Impunity for Starvation Tactics, 2022. Available in: https://www.iiea.com/blog/the-rome-statute-and-hunger-as-a-weapon-of-war-the-journey-towards-ending-impunity-for-starvation-tactics#:~:text=The%20intentional%20starvation%20of%20civilians,the%20parties%20of%20said%20treaty. Accessed on February 9th, 2023.

MUNDY, Martha. Starvation as a method of war affecting vulnerable communities in Syria and Yemen. 2021. Available in: https://www.inclusive-citizenship.no/wp-content/uploads/2021/03/Inclusive-Webinar-report-2021.pdf. Accessed on February 9th, 2023.

RELIEF WEB. Torture in slow motion: the economic blockade of Yemen and its grave humanitarian consequences, 2022. Available in: https://reliefweb.int/report/yemen/torture-slow-motion-economic-blockade-yemen-and-its-grave-humanitarian-consequences#:~:text=Attachments&text=The%20naval%20blockade%20imposed%20on,in%20a%20report%20published%20today.. Accessed on February 22nd, 2023.

RUNGE, Carlisle Ford; GRAHAM, Linnea. Hunger as a weapon of war: Hitler's Hunger Plan, Native American resettlement and starvation in Yemen. Food Policy, v. 92, p. 101835, 2020.

THOMPSON, Willian R. Identifying Rivals and Rivalries in World Politics. In: International Studies Quarterly 45 (4), 2001. p.557-586.

UNICEF. More than 11,000 children killed or injured in Yemen, 2022. Available in: https://www.unicef.org/press-releases/more-11000-children-killed-or-injured-yemen#:~:text=Between%20March%202015%20and%2030,(5%2C299%20boys%3B%201%2C946%20girls). Accessed on February 10th, 2023.

UNITED NATIONS. Adopting Resolution 2417 (2018), Security Council Strongly Condemns Starving of Civilians, Unlawfully Denying Humanitarian Access as Warfare Tactic, 2018. Available in: https://press.un.org/en/2018/sc13354.doc.htm. Accessed on February 10th, 2023.

WAR IN YEMEN. Global Conflict tracker, 2023. Availabe in: https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/war-yemen. Accessed on February 12th, 2023.

YEMEN: 85 000 children may have died from starvation since start of the war. Save the Children, 2018. Availabe in: https://www.savethechildren.net/news/yemen-85000-children-may-have-died-starvation-start-war. Accessed on February 10th, 2023.

Direitos das Mulheres no Irã e na Arábia Saudita

Melissa Aska e Nathália Rabelo

Introdução

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 1948, afirma que "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos" e "todos têm direito a todos os direitos e liberdades estabelecidos na Declaração, sem distinção de qualquer tipo, como raça, cor, sexo, idioma, religião..." (DECLARAÇÃO..., 1948). Atualmente, está entre os Objetivos do Milênio e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável buscar a "igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres" (ODM) e "alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas" (ODS) (PIMENTEL, 2022).

Embora atores internacionais, como a ONU Mulheres, estejam engajados nessas questões, existe uma enorme disparidade entre os direitos garantidos a homens e mulheres em todo o mundo. Atualmente, entre os países mais desiguais e que mais ferem e/ou negam os direitos das mulheres estão Irã e Arábia Saudita (WORLD..., 2021), com inúmeros casos que denunciam as graves violações cometidas por tais países, e crescentes manifestações em busca da não-discriminação e da igualdade. A presente análise busca explicitar essa situação e realizar um comparativo entre ambos e, por fim, refletir acerca dos rumos das garantias de direitos das mulheres nestes dois países.

Perspectiva da República Islâmica do Irã

Em setembro de 2022, uma jovem iraniana chamada Mahsa Amini foi presa pela Polícia da Moralidade, pois estaria usando o véu incorretamente e, sob a custódia do Estado, faleceu. A partir disso, iniciou-se uma série de protestos pelo país, exigindo justiça por Mahsa e mais direitos e autonomia para as mulheres. Sobretudo, após

o episódio de violência, o Conselho Econômico e Social, Ecosoc, adotou uma resolução que solicitava a retirada do Irã da Comissão sobre o Estatuto da Mulher (IRÃ..., 2021).

Sendo assim, evidencia-se o caráter retrógrado dos direitos das mulheres no Irã. Ademais, movimentos feministas são muitas vezes percebidos como um elemento exógeno indesejado, advindo do Ocidente com o propósito de destruir o tecido moral da sociedade. Logo, as mulheres ativistas assumem posições defensivas, numa tentativa de assegurar à comunidade que as demandas por direitos não comprometem a virtude moral e patriótica. Ressalta-se a tendência anti-imperialista, a fim de provar "sua lealdade e devoção às suas nações e, só então, ousar lutar contra os patriarcais de dentro e reivindicar os direitos das mulheres" (TOHIDI, 2016). Portanto, o movimento feminista iraniano não cabe no molde ocidental, o qual costuma se classificar entre liberal e radical.

Ademais, com o estabelecimento do Estado teocrático da República Islâmica no Irã, em 1979, diversas leis e políticas, de âmbito público e privado, passaram a ser de jurisdição dos clérigos. Por conseguinte, houve um aumento na discriminação de gênero em favor dos homens xiitas. Assim, por exemplo, em caso de assassinato, a lei Diyeah, referente à taxa de compensação ou "preço pelo sangue derramado", afirma que o sangue de uma mulher vale metade do que o de um homem (TOHIDI, 2016). Logo, evidencia-se a condição subumana na qual o gênero feminino é posto na sociedade iraniana.

Dessa forma, embora o Irã possua altos níveis de educação e baixas taxas de natalidade, a participação feminina na área de trabalho e governo ainda está entre as menores do mundo. Sobretudo, de acordo com o Índice Global de Igualdade de Gênero de 2021, a república iraniana está entre os piores países para as mulheres, ocupando a 150º posição, de um total de 156 Estados (WORLD..., 2021). A partir desse cenário de precariedade de garantias, o ativismo feminino iraniano é focado na aquisição de direitos muitas vezes já bem estabelecidos no mundo ocidental.

De acordo com o sociólogo Asef Bayat, o ativismo feminista iraniano demonstra-se na presença de mulheres nos domínios públicos, como forma de enfrentamento à ideologia isolacionista promovida pelo Estado com as políticas de segregação sexual e diversas outras demandas machistas (BAYAT, 1997). O caráter militante de uma mulher iraniana está no envolvimento com atividades cotidianas, como trabalhar, praticar esportes ou concorrer

 Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

a cargos públicos - acima do envolvimento com grandes protestos organizados (TOHIDI, 2016).

Perspectiva da Arábia Saudita

Salma al-Shehab, militante saudita do movimento feminista, foi condenada a 34 anos de prisão pelo Tribunal Penal Especializado (SCC) da Arábia Saudita por ter postado tweets em defesa dos direitos das mulheres (MAIS DE..., 2022). De acordo com Bethany al-Haidari, diretora da Freedom Initiative, casos como este têm se tornado comum: ao mesmo passo que são concedidas melhorias nos direitos das mulheres, ativistas e militantes da causa são presas, como uma forma de controle (ARÁBIA SAUDITA..., 2022).

As tradições e práticas religiosas, normalmente sancionadas por lei, regem a posição feminina na Arábia Saudita. As restrições aos direitos femininos são justificadas em referência às exigências islâmicas, embora o Alcorão não dê necessariamente suporte para as interpretações que as autoridades religiosas e políticas do país aplicam (MTANGO, 2004). Ainda sim, as mulheres sauditas enfrentam enormes barreiras cotidianas, visto a falta de liberdade e autonomia que as detém.

O sistema saudita requer que as mulheres tenham um tutor masculino, sendo ele um dos parentes próximos da mulher, e para várias situações, necessitam da permissão dele para realizar atividades consideradas cotidianas no Ocidente (ZAHEER; HAIDER; YOUSAF, 2022). No entanto, autoridades vêm modificando a Lei de Procedimento perante os tribunais da Sharia, de forma a aumentar a autonomia feminina sobre sua própria vida, como a emenda que agora permite às mulheres sauditas a possibilidade de morarem sós sem a permissão de um tutor (MULHERES..., 2021).

Nessa perspectiva, desde 2017, ano em que o príncipe Mohamed bin Salman foi nomeado herdeiro da coroa, houve uma significativa melhora nos direitos das mulheres. Isso se dá porque o príncipe Mohamed apresentou o plano de desenvolvimento econômico intitulado "Visão 2030", que pretende aumentar a taxa de emprego das mulheres em cerca de 10%, o que aos poucos, pretende lhes dar uma maior autonomia (OS DIREITOS..., 2019). Ainda sim, a Arábia Saudita se encontra na 147º posição, de 156 países, no Índice Global de Igualdade de Gênero de 2021 (WORLD..., 2021).

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

de Gênero de 2021 (WORLD..., 2021).

Em matéria de educação, a primeira escola para meninas sauditas foi criada na década de 1950, entretanto, seu ensino era regulado pelo Departamento de Orientação Religiosa, enquanto que o dos meninos era regulado pelo Ministério da Educação (ALHARBI, 2014). O ensino feminino era voltado para ensinar as meninas como se tornarem boas mães e donas de casa, além de manterem o status de "obediente, consistente e piedosa" (AL-RASHEED, 2013 apud TAILASSANE, 2017). Já nas faculdades, permitidas para mulheres desde 1979, eram oferecidos apenas cursos voltados aos cuidados, como medicina e enfermagem, e na área da educação, como pedagogia (TAILASSANE, 2017).

Todavia, nos dias atuais, são permitidos outros cursos, como engenharias e Direito, e existem projetos para igualar o nível de educação para homens e mulheres. Para além disso, é importante citar que apenas em 2017, foi aprovada a ordem que permitia às mulheres o acesso à serviços governamentais como a saúde e educação, sem que precisassem da permissão de um tutor (OS DIREITOS..., 2019).

Em consonância ao acesso à melhor educação e novas possibilidades de cursos nas faculdades, a participação feminina no mercado de trabalho praticamente dobrou nos últimos 6 anos, alcançando uma marca de mais de 30% de mulheres empregadas (28 MIL..., 2022). Pode-se inferir desse dado que o projeto do príncipe Mohammed "Visão 2030" tem conseguido diversificar a economia do reino, já que o emprego para as mulheres sauditas que, outrora, se restringia à área da saúde e educação, atualmente oferece oportunidades mais variadas, como a oferecida pela empresa Renfe como maquinistas de trem-bala (28 MIL..., 2022). Cabe ressaltar que o direito de dirigir foi conquistado pelas mulheres apenas em 2018, graças à articulação de ativistas (ANDRAUS, 2022).

Contraposição entre Arábia Saudita e República Islâmica do Irã

Pode-se analisar que é possível ver um ínfimo avanço na política saudita em relação aos direitos femininos, principalmente, graças aos esforços do príncipe Mohammed em melhorar a visão da Arábia Saudita

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

perante o mundo. Ainda há inúmeras pautas importantes que o governo precisa rever nas liberdades políticas, econômicas e sociais das mulheres sauditas, mas a "Visão 2030" é um passo importante no que já foi alcançado.

Ademais, apesar do caráter conservador intrínseco na sociedade iraniana, é possível notar uma ânsia por mudança. Assim, por exemplo, a violência policial que atingiu a jovem Mahsa Amini agiu como estopim para uma onda de protestos pelo país, na qual mulheres queimaram seus véus e abdicaram por mais direitos. Outrossim, a campanha #MeToo, realizada em 2019, serviu para expor a emblemática da violência doméstica nos lares da República Islâmica do Irã (COMO..., 2022).

Sendo assim, é evidente que Arábia Saudita e Irã possuem similaridades e contrastes no que se refere aos direitos das mulheres. A princípio, sob uma lente mais ampla, ambos os Estados têm um governo altamente ligado às pautas religiosas do islamismo, com uma interpretação extremista em alguns casos. Sobretudo, há um subjugamento do papel da mulher da sociedade, de modo que priva-se o âmbito feminino de diversos direitos, como autonomia, educação ou propriedade privada.

Cabe ressaltar a percepção de inferioridade da mulher, em comparação ao homem, de modo que em tribunais realizados na Arábia Saudita, um depoimento feminino possui metade do valor de um testemunho masculino e, em concomitância, leis iranianas como Hudud (punições, como o apedrejamento), Qisas (retaliação, olho por olho) e Diyeh ("preço pelo sangue derramado") afirmam o menor valor da mulher (TOHIDI, 2016). Ademais, exerce-se um controle sobre os corpos femininos em ambos os países, restringindo a autonomia das mulheres. Dessa forma, arranjos como o casamento apenas são possíveis com a permissão de uma figura masculina, pelo lado da noiva, assim como o divórcio requer uma série de pré-requisitos, caso o pedido seja feito pela esposa.

Todavia, as políticas dos países divergem em relação ao âmbito educacional. De um lado, o Irã possui bons índices educacionais, com uma significativa parcela feminina no alunado de universidades, embora cursos de engenharia e física ainda sejam campos predominantes masculinos (COMO..., 2022). Em contrapartida, como explicado acima, o direito de estudar matérias não relacionadas ao lar é um fenômeno recente na Arábia Saudita, logo, não se pode esperar que os índices educacionais sauditas alcancem os iranianos, na atual conjuntura

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Sobretudo, é interessante notar que, embora o Estado iraniano possua uma maior presença feminina em espaços acadêmicos, as mulheres representavam apenas 17% da força de trabalho em 2017, de acordo com o Relatório Global de Desigualdade de Gênero do Fórum Econômico Mundial (ARON, 2022). Ademais, a ocupação de cargos públicos é mínima e, normalmente, ocorre com personalidades que encorpam os valores tradicionais e religiosos da sociedade. Como já citado, a Arábia Saudita foi capaz de dobrar nos últimos anos a participação feminina no mercado de trabalho, alcançando a marca de 33% de mulheres empregadas e, embora a ocupação feminina no âmbito governamental seja mínima, cada vez mais as mulheres são capazes de conquistar espaço.

Além disso, mulheres de ambos os países sofrem com impedimentos sobre a propriedade privada, situação bem exemplificada pela política de herança dos Estados. Na República Islâmica do Irã, consoante com as diversas leis que afirmam que mulheres possuem metade do valor de um homem, as heranças são muitas vezes repassadas com valores divididos (COMO..., 2022). Já na Arábia Saudita, as mulheres não possuem nem mesmo direito a herança

Por fim, cabe mencionar o conceito operacional de "custo de oportunidade" (HATHAWAY, 2016), que se baseia na concepção de que Estados assumem responsabilidades, em forma de obrigações internacionais. Entretanto, nem sempre implementam as mudanças necessárias, pois o custo para realizá-las seria maior do que o custo de apenas assumir o compromisso. Outrossim, ao se mostrarem responsáveis por certas temáticas, os países evitam sofrer pressões de outros atores e conquistam uma "boa imagem" no cenário internacional.

Ressalta-se que comumente os compromissos não são cumpridos, pois o Direito Público Internacional permite declarações interpretativas ou engajamento parcial aos acordos, além de que tratados por vezes são desprovidos de mecanismos claros de controle, verificação e sanção. Dessa forma, é possível entender como apesar de ocuparem os piores lugares no Índice Global de Igualdade de Gênero de 2021, ainda há uma representatividade saudita e iraniana em comissões internacionais de gênero. Portanto, há certo sentido na eleição da Arábia Saudita para a Comissão sobre o Status da Mulher da Organização das Nações Unidas e na presença do Irã na Comissão sobre o Estatuto da Mulher, apesar do seu recente desligamento (IRÃ..., 2022).

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Considerações finais

A partir desses pontos, infere-se que ambos os países têm avançado em matéria dos direitos humanos das mulheres, entretanto, estão longe das diretrizes internacionais dos direitos das mulheres. São situações em um contexto político e religioso muito diferentes para comparar com os direitos femininos em países democráticos e de Estado-laico do Ocidente, isso não significa entretanto que iranianos e sauditas não possam se inspirar nos modelos que têm tido sucesso nesses direitos, caso por exemplo da Islândia, Finlândia e Noruega, países que ocupam os primeiros lugares no já referido Índice Global de Igualdade de Gênero (2021). Outrossim, é importante dizer que os países que melhor tratam dos direitos femininos, além de outros atores internacionais como a ONU, têm importante papel em ajudar na luta das mulheres pela igualdade e não discriminação de gênero, pressionando os governos e verificando as medidas tomadas contra ativistas e manifestantes.

No caso da Arábia Saudita, pode-se inferir que os avanços e o grande interesse, tanto econômico quanto midiático por parte do príncipe herdeiro Mohammed em cada vez mais permitir que as mulheres tenham acesso aos seus direitos com autonomia e liberdade encaminham a Arábia à uma crescente melhoria na vida feminina e até mesmo, se for cumprida a "Visão 2030", uma possível subida no ranking mundial de igualdade de gênero. Ademais, ao caso iraniano, pode-se notar o papel importante que as manifestações e pressão interna e externa vem obtendo no ganho de direitos e voz à parcela feminina da população. Em ambos os países, tudo depende do quanto as autoridades políticas e religiosas pretendem ceder em suas leis e costumes.

Recebido em 14 fev. 2023 | Publicado em 05 maio| 2023

Referências

28 mil mulheres disputam 30 vagas de emprego para maquinista, na Arábia Saudita. MEMO, [S. l.], 18 fev. 2022. Disponível em: https://www.monitordooriente.com/20220218-28-mil-mulheres-disputam-30-vagas-de-emprego-para-maquinista-na-arabia-saudita/ . Acesso em: 13 fev. 2023.

ANDRAUS, Carolina. O empoderamento feminino na Arábia Saudita. Exame, [S. l.], 13 abr. 2022. Disponível em: https://exame.com/esg/o-empoderamento-feminino-na-arabia-saudita/ . Acesso em: 13 fev. 2023.

ARÁBIA Saudita condena ativista por direitos das mulheres a 34 anos de prisão. MEMO, [S. l.], 16 ago. 2022. Disponível em: https://www.monitordooriente.com/20220816-arabia-saudita-condena-ativista-por-direitos-das-mulheres-a-34-anos-de-prisao/ . Acesso em: 13 fev. 2023.

ARÁBIA Saudita indica primeira mulher para comandar Comissão de Direitos Humanos. MEMO, [S. l.], 25 set. 2022. Disponível em: https://www.monitordooriente.com/20220925-arabia-saudita-indica-primeira-mulher-para-comandar-comissao-de-direitos-humanos/ . Acesso em: 13 fev. 2023.

ATIVISTA saudita recebe principal prêmio de direitos humanos da Europa. MEMO, [S. l.], 20 abr. 2021. Disponível em: https://www.monitordooriente.com/20210420-ativista-saudita-recebe-principal-premio-de-direitos-humanos-da-europa /. Acesso em: 13 fev. 2023.

BAYAT, Asef., February. Street Politics: Poor People's Movements in Iran. New York: Columbia University Press, 1997.

BYRRO, Carolina de Carvalho. Multiculturalismo, sociedade civil como sujeito de direito internacional e direito das mulheres:: Arábia Saudita na comissão sobre o status da mulher da ONU. Jus, [S. l.], 17 mar. 2022. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/96516/multiculturalismo-sociedade-civil-como-sujeito-de-direito-internacional-e-direito-das-mulheres . Acesso em: 14 fev. 2023.

COMO vivem as mulheres no Irã, país em que 'valem metade' de um homem. BBC, [S. l.], 1 nov. 2022. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63429830 . Acesso em: 14 fev. 2023.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Unicef , [S. l.], p. 217 A III, 10 dez. 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos . Acesso em: 23 fev. 2023.

GLOBAL Gender Gap Report 2021: INSIGHT REPORT MARCH 2021. World Economical Forum , [S. l.], p. 1-405, 1 mar. 2021. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf . Acesso em: 13 fev. 2023.

HATHAWAY, Oona A. The Cost of Commitment. Disponível em: https://openyls.law.yale.edu/bitstream/handle/20.500.13051/5461/273.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 12 fev. 2023.

IRÃ é retirado de maior comissão sobre direitos das mulheres nas Nações Unidas. ONU NEWS, [S. l.], 15 dez. 2022. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2022/12/1806807 . Acesso em: 15 fev. 2023.

MTANGO, Sifa. A State of Oppression? Women's Rights in Saudi Arabia. Asia-Pacific Journal on Human Rights and the Law, [S. l.], 1 jan. 2004. Disponível em: https://brill.com/view/journals/aphu/5/1/article-p49_2.xml?ebody=article%20details . Acesso em: 13 fev. 2023.

MULHERES sauditas podem viver sós sem permissão de tutor. Agência de Notícias Brasil-Árabe, [S. l.], 14 jun. 2021. Disponível em: https://anba.com.br/mulheres-sauditas-podem-viver-sos-sem-permissao-de-tutor/ . Acesso em: 13 fev. 2023.

OS direitos da mulher na Arábia Saudita: restrições e reformas. Estado de Minas, [S. l.], 2 ago. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/08/02/interna_internacional,1074445/os-direitos-da-mulher-na-arabia-saudita-restricoes-e-reformas.shtml . Acesso em: 13 fev. 2023.

PIMENTEL, Sílvia. Convenções de direitos humanos sobre direitos da mulher . Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direitos Humanos. Wagner Balera, Carolina Alves de Souza Lima (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/527/edicao-1/convencoes-de-direitos-humanos-sobre-direitos-da-mulher . Acesso em: 13 fev. 2023.

TAILASSANE, Roumaissaa, "Women's Rights and Representation in Saudi Arabia, Iran, and Turkey: The Patriarchal Domination of Religious Interpretations" (2019). International Relations Honors Papers. 5. Disponível em: https://digitalcommons.ursinus.edu/int_hon/5 . Acesso em 12 fev. 2023

TOHIDI, Nayereh. Direitos das Mulheres e Movimentos Feministas no Irã. Disponível em: https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/7-sur-24-por-nayereh-tohidi.pdf. Acesso em: 12 fev. 2023.

ZAHEER, Dr. Muhammad Akram; HAIDER, Waqas Ali; YOUSAF, Abdullah. Women Rights in Islamic Societies: A Comparative Study of Iran and Saudi Arabia. Al-Wifaq Research Journal of Islamic Studies, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 1-13, 30 jun. 2022. DOI https://doi.org/10.55603/alwifaq.v5i1. Disponível em: https://alwifaqjournal.com/vol5issue1-en01 / . Acesso em: 12 fev. 2023.

[v. 5 | n. 1] [abril | 2023]

petrel